



CLENIR DA CONCEIÇÃO RIBEIRO

OUTRAS VOZES DA NAÇÃO EM *O VENTO ASSOBIANDO NAS GRUAS*

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS:
TEORIA LITERÁRIA E CRÍTICA DA CULTURA
MESTRADO EM LETRAS

São João del-Rei
Dezembro de 2022



CLENIR DA CONCEIÇÃO RIBEIRO

OUTRAS VOZES DA NAÇÃO EM *O VENTO ASSOBIANDO NAS GRUAS*

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Letras, da Universidade Federal de São João del-Rei, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Letras.

Área de concentração: Teoria Literária e Crítica da Cultura

Linha de pesquisa: Literatura e Memória Cultural

Orientador: Prof^a. Dr^a. Eliana da Conceição Tolentino

Dezembro de 2022



Cleir da Conceição Ribeiro

OUTRAS VOZES DA NAÇÃO

EM O VENTO ASSOBIANDO NAS GRUAS

Banca Examinadora

Prof.ª Dr.ª Eliana da Conceição Tolentino – UFSJ
(Presidente/Orientadora)



Documento assinado digitalmente
ELIANA DA CONCEICAO TOLENTINO
Data: 20/12/2022 15:28:21-0300
Verifique em <https://verificador.jf.br>

Prof. Dr. Marcos Vinícius Ferreira de Oliveira – UFJF
(Titular Externo)



Documento assinado digitalmente
MARCOS VINICIUS FERREIRA DE OLIVEIRA
Data: 26/12/2022 17:47:09-0300
Verifique em <https://verificador.jf.br>

Prof. Dr. João Barreto da Fonseca - UFSJ
(Titular Interno)



Documento assinado digitalmente
JOAO BARRETO DA FONSECA
Data: 17/02/2023 23:29:58-0300
Verifique em <https://verificador.jf.br>

Prof. Dr. Antônio Luiz Assunção
Vice-coordenador do PPG em Letras



Documento assinado digitalmente
ANTONIO LUIZ ASSUNCAO
Data: 20/12/2022 15:21:03-0300
Verifique em <https://verificador.jf.br>

Dezembro de 2022

Ficha catalográfica elaborada pela Divisão de Biblioteca (DIBIB)
e Núcleo de Tecnologia da Informação (NTINF) da UFSJ,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

R484o Ribeiro, Clenir da Conceição.
OUTRAS VOZES DA NAÇÃO EM O VENTO ASSOBIANDO NAS
GRUAS / Clenir da Conceição Ribeiro ; orientadora
Eliana da Conceição Tolentino. -- São João del-Rei,
2022.
98 p.

Dissertação (Mestrado - Letras) -- Universidade
Federal de São João del-Rei, 2022.

1. Literatura Portuguesa Contemporânea. 2. Nação.
3. Corpo. 4. Romance. 5. Revolução dos Cravos. I.
Tolentino, Eliana da Conceição, orient. II. Título.

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora, Prof. Dr^a. Eliana Tolentino, por me apresentar Lídia Jorge, pelos inúmeros ensinamentos, pela orientação atenta e cuidadosa, o que contribuiu imensamente para este trabalho.

Aos professores Marcos Vinícius Ferreira de Oliveira e João Barreto da Fonseca, que gentilmente atenderam ao convite para participarem da banca examinadora.

Ao Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade Federal de São João del-Rei, pelo acolhimento e profissionalismo ao longo desse período de estudo. E aos meus colegas pesquisadores pelas trocas de experiências, em especial à Elaine, Joice, Polyanna e Samantha pelo carinho, companheirismo, risos e desabafos.

Ao curso de Letras, da UFSJ, por todo conhecimento e oportunidades. Aos meus colegas, alunos e ex-alunos da Escola Estadual “Afonso Pena Júnior” pela amizade, incentivos e por juntos acreditarmos na educação pública. Estendo meu agradecimento a todos que contribuíram para a minha formação escolar.

Aos meus pais, Maria de Carmo e Elias, meus irmãos, Nely e Elisaías, que sempre abraçam meus sonhos, se fazem presentes em todos os momentos e por cuidarem tanto de mim. Ao querido João pela parceira, motivação, apoio e alegrias compartilhadas.

Aos amigos pela constante presença, ainda que virtual, principalmente Ângela e Fernanda, pelas conversas, deleites e conselhos. À Bianca, minha eterna criança, por colorir meus dias.

RESUMO

As narrativas que elegeram Portugal como comunidade imaginada levaram em conta a concepção do país como império, que contava com colônias em diferentes continentes, assim a literatura desempenhou um importante papel enquanto cultura nacional. Porém, na contemporaneidade, a literatura portuguesa apresenta-se como possibilidade de revisitação à memória e se abre para as novas demandas do mundo globalizado. Diante disso, esta dissertação realiza um estudo do romance *O vento assobiando nas gruas* (2002), de Lídia Jorge. Procura-se refletir sobre a nação portuguesa a partir do diálogo entre algumas das vozes que a compõe no cenário pós Revolução dos Cravos, tendo como foco a protagonista Milene Leandro, sua oligofrenia, seu corpo mutilado e a proximidade com os Mata, família de cabo-verdianos em Portugal. Com base em reflexões sobre a nação moderna e o contemporâneo, principalmente em Homi Bhabha (1998), e acerca das especificações de identidade, colonialismo e pós-colonialismo portugueses, em textos de Eduardo Lourenço (1999, 2001 e 2014) e Boaventura de Sousa Santos (1994, 1999, 2003), bem como de pressupostos da decolonialidade, em Walter D. Mignolo (2017), intentamos pensar o imaginário nacional português. Além disso, discutiremos a violência contra o corpo da protagonista como metáfora de uma nação que transita entre o desejo de resguardar a memória coletiva e as exigências do contexto contemporâneo.

Palavras-chave: Nação. Corpo. Literatura. Pós-colonialismo. Colonialismo.

ABSTRACT

The narratives that elected Portugal as an imagined community took into account the conception of the country as an empire, which counted with colonies in different continents, that way the literature played an important role as a national culture. However, in the contemporaneity, Portuguese literature presents itself as a possibility of revisiting a memorie and it opens up to the new demands of the globalized world. In view of this, this dissertation performs a study about the romance “*O vento assobiando nas gruas (2002)*”, by Lidia Jorge. It seeks to reflect about the portuguese nation from the dialogue between some of the voices that compose itself in the post Carnation Revolution scenario, focusing on the protagonist Milene Leandro, her oligophrenia, her mutilated body and the proximity with the Mata, a family of cape-verdeans in Portugal. Based on the reflections about the modern nation and the contemporary, especially in Homi Bhabha (1998), and on the specifications of Portuguese identity, colonialism and post-colonialism, in texts by Eduardo Lourenço (1999, 2001 and 2014) and Boaventura de Sousa Santos (1994, 1999, 2003), as well as assumptions of decoloniality, in Walter Mignolo (2017), we try to think about the Portuguese national imaginary. In addition, we will discuss the violence against the body of the protagonist as a metaphor of a nation that transits between the desire to shield the collective memory and the demands of the contemporary context.

Keywords: Nation. Body. Literature. Post-Colonialism. Colonialism.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
CAPÍTULO I- A LITERATURA PORTUGUESA CONTEMPORÂNEA: O PASSADO E O PRESENTE DA NAÇÃO	13
1.1 <i>O ser</i> nação	13
1.2 Entre ficção e realidade, entre centro e periferia: a memória portuguesa	19
1.3 Da revisão ao passado para o mundo: a literatura portuguesa contemporânea.	30
1.4 O contemporâneo interroga a nação em <i>O vento assobiando nas gruas</i>	34
1.4.1 As sobras do império e a nação oligofrênica	45
CAPÍTULO II- O CORPO NAÇÃO.....	52
2.1 Histórias do corpo.....	53
2.2 O corpo político e suas simbologias.....	57
2.2.1 O corpo e suas fronteiras: corpos controlados e violados	62
2.3 O corpo da “mátria” portuguesa em <i>O vento assobiando nas gruas</i>	66
2.4 O contato entre os corpos e o hibridismo nacional.....	75
2.5 O corpo e a representação do migrante na ex-metrópole	78
3 CONSIDERAÇÕES FINAIS	89
4 REFERÊNCIAS	93

INTRODUÇÃO

Lídia Jorge, em uma entrevista ao programa “Ler Mais, Ler Melhor”¹, da emissora RTP, comenta sobre o romance *O vento assobiando nas gruas* (2002) e que ele pode se desenvolver tanto em torno da figura da protagonista Milene Leandro quanto da história do local onde ela se move, história de uma terra, de Portugal. A escritora complementa com a possibilidade da personagem retratar um território que não consegue ter voz e se defender.

Inspirando-nos na metáfora de Lídia Jorge pensamos que no enredo de *O vento assobiando nas gruas* parte da história de Portugal parece ser apresentada pelo conflito entre perpetuar o imaginário do período colonial e a abertura para as novas configurações, as quais surgiram com a Revolução dos Cravos, marco do descolonialismo português. A narrativa do romance tem como foco o relacionamento de Milene Leandro- portuguesa- com Antonino Mata- cabo-verdiano- e as consequências geradas do encontro entre esses corpos.

Portanto, a fim de refletir as múltiplas vozes da nação portuguesa na contemporaneidade, neste estudo constantemente fizemos uso do termo decolonial. Justificamos esta escolha pelo vocábulo ser antônimo de colonialidade, cujo significado remete à permanência da estrutura do colonialismo, mesmo com a independência das colônias- denominada descolonização. Logo, a decolonialidade existe como uma mobilização contra os efeitos do modelo colonial. Também, com base nos novos aspectos evidentes com o fim do colonialismo, utilizamos migrante para nos referirmos aos cabo-verdianos em Portugal, porquanto o contato entre colonizador e colonizado gerou influências simultâneas, afetando ambos. Desse modo, o sujeito colonizado migra entre territórios constituintes de parte da sua história. Embora seja evidente que a nação colonizadora ainda possa oprimi-lo, é fato que ele também a compõe.

A partir da leitura da obra, levantamos a hipótese da possível efetivação do pós-colonialismo português nos planos histórico e político, com o fim do império. Porém, prefigura uma possível persistência dos discursos coloniais no imaginário nacional. Assim, nosso propósito foi pensar o corpo de Milene, e sua relação com Antonino, como metáfora da nação, que oscila entre a nostalgia colonial e as tendências do mundo globalizado. Para tanto, de início buscamos refletir sobre a trajetória colonial e pós-colonial lusitana, bem como acerca da memória construída do colonialismo e as relações de proximidade com a literatura.

¹ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=9FjINpbkw7Y>. Acesso em outubro de 2021.

Dado que propusemos refletir a nação com uma obra literária, fez-se relevante apontar que a literatura desempenhou um importante papel na consolidação dos estados nacionais, dando origem aos mitos e ao imaginário de unidade constituinte das nações. Em Portugal, as narrativas da expansão marítima, por exemplo, participaram da definição da imagem do país como centro hegemônico. Todavia, a Revolução dos Cravos, de 25 de abril de 1974, marcou as principais mudanças na sociedade e no imaginário portugueses, resultando numa produção literária significativa que em partes se ocupou de revisar criticamente a história e a memória coletiva.

Segundo Eduardo Lourenço, era “como se nesse momento, quer dizer, depois de 75, entre 75 e 80, em Portugal, a consciência portuguesa, o imaginário português quisessem desenhar um outro mapa” (LOURENÇO, 2004, p. 349). A escritora Lúcia Jorge fez parte do grupo de autores que despontou literariamente naquele período e assim ocupa um lugar de destaque na literatura lusitana, que não se coloca mais como exaltação do nacionalismo, mas pode ser uma revisitação crítica do passado e da atual conjuntura.

Diante disso, o desenvolvimento desta pesquisa foi motivado pelo anseio em conhecer mais a escrita de Lúcia Jorge e as diferentes tendências da literatura portuguesa. Também pelo desejo de refletir acerca do crime que marca o clímax do romance: Milene foi submetida, por sua família, a uma cirurgia de esterilização. Na narrativa, é inquietante a reação “natural” das personagens diante da violência contra o corpo da mulher. Ademais, o silêncio que mantém o crime em segredo parece representar a opressão da estrutura colonial. Assim, no campo dos Estudos Culturais, a obra possibilita, sob uma perspectiva decolonial, pensar a nação a partir das vozes e culturas que a constitui. Neste sentido, pode-se problematizar ainda a suposta insistência de mecanismos coloniais no cenário pós-colonial.

Outrossim, imaginamos que reavaliar a nação da qual o Brasil foi colônia possibilita examinar também as heranças características das articulações políticas e culturais brasileiras, embora este exercício possa destoar do modo como a história de Portugal foi apresentada para a maioria dos brasileiros, principalmente no contexto do ensino básico. Na minha formação, por exemplo, foi recorrente a narrativa do Brasil “descoberto” e as etnias indígenas civilizadas por um povo que nos trouxe a “salvação da alma”. No mais, os registros que narram a vinda da família real e o contexto da Independência do Brasil- ao ignorarem as revoltas e movimentos antilusitanistas- permitiram de certa forma a construção discursiva de uma relação harmônica entre colonizador e colonizado, diferentemente dos países em África que vivenciaram as lutas pela libertação.

Para mais, inicialmente, meu contato com a Literatura Portuguesa, no ensino médio, foi restrito à carta de Pero Vaz de Caminha, a autores como Camões, Fernando Pessoa e Eça de Queirós para estudo de algumas escolas literárias com o intuito de dialogar com a história de Portugal, reafirmando, na maioria das vezes, a imagem de um país europeu dominador e ao mesmo tempo pacífico para com suas colônias. Similarmente, ainda há pouca presença da literatura contemporânea portuguesa em materiais didáticos atuais, premissa que afirmo devido à proximidade com esses aparatos pedagógicos enquanto docente do ensino fundamental e médio, em São Tiago, na rede estadual de Minas Gerais.

Porém, o contato com outros escritores, com a literatura lusitana de autoria feminina e diferentes leituras acerca da colonização portuguesa, durante a graduação em Letras na UFSJ, ampliaram minha reflexão do papel crítico da literatura, despertando interesse em revisitar, sob uma nova ótica, o discurso do colonizador e sua história. Em 2018, a professora Eliana Tolentino apresentou-me o romance *O vento assobiando nas gruas*, de Lídia Jorge, para desenvolvermos uma iniciação científica, intitulada “África-lugar de memória e dor”, em que problematizamos a possibilidade de Portugal buscar fora de suas fronteiras a própria constituição histórica.

Posteriormente, no trabalho de conclusão de curso “*O vento assobiando nas gruas: uma nação em nevoeiro*”, iniciamos um estudo da nação portuguesa no contexto pós Revolução dos Cravos. Tais trabalhos colocaram-me em contato com diversas pesquisas sobre as obras de Lídia Jorge em que comumente são analisadas questões como identidade, memória e história colonial, relações África e Portugal e as marcas ideológicas decorrentes disso, bem como os traumas e as consequências nos países que sofreram a violência da colonização portuguesa.

O desejo de aprofundar o estudo sobre a ficção jorgiana para (re) ler Portugal fortaleceu-se com o intuito de discutir o corpo feminino mutilado como metáfora da nação. Acreditamos que *O vento assobiando nas gruas* pode refletir- por meio de Milene e do seu contato com os migrantes cabo-verdianos- o hibridismo nacional, embora alguns efeitos da colonização ainda se façam presentes. Diante disso, levantamos a hipótese de que a colonização e descolonização também se configuram traumáticas para Portugal. Em face do exposto, e apesar do corpo de Milene ser violado pelo poder, pretendemos uma leitura dele como símbolo de uma nação que, apesar de ter se consagrado como comunidade imaginada, é heterogênea e precisa ser reconhecida assim.

Ademais, a protagonista é diagnosticada com oligofrenia- deficiência caracterizada pela interrupção do desenvolvimento da inteligência²- e por isso não consegue se expressar, era “como se precisasse necessariamente das palavras dos outros para poder construir a sua própria versão dos factos” (JORGE, 2007, p.13). É possível esta condição refletir também uma nação com dificuldade para se situar e ter voz no contexto contemporâneo. Consideramos que *O vento assobiando nas ruas* (2002) pode possibilitar um estudo crítico da nação portuguesa, ao ser lido como contranarrativa dessa que fora, em grande parte, fundamentada na memória colonial.

O estudo do romance possui caráter qualitativo e partimos da leitura do *corpus* a fim de realizar um levantamento mais detalhado dos elementos necessários à pesquisa, nos atentando ao corpo da protagonista, seu relacionamento com Antonino, à oligofrenia, bem como à condição da jovem diante de sua família. Sendo ela mutilada e deslocada, nos concentramos em refletir sobre a nação portuguesa contemporânea. Feitos os levantamentos das hipóteses no texto literário, buscamos dialogar com as bases teóricas para desenvolvermos um embasamento analítico.

Tendo em vista a importância de discutir o termo nação para nossa pesquisa, recorremos a algumas formulações apontadas por estudiosos como Ernest Renan (1997), Homi Bhabha (1998) e Benedict Anderson (2005). Assim, consideramos a nação para além das fronteiras físicas ou características como língua, etnia e crenças que unem um povo. Baseando em Anderson (2005) problematizamos a comunidade imaginada que perpetua e define a consciência nacional. Em Bhabha (1998), nos debruçamos acerca da nação moderna enquanto construto descentralizado e fronteiro.

No ensaio “O que é o contemporâneo?”, do filósofo Giorgio Agamben (2009), discutimos alguns aspectos do projeto literário de Lídia Jorge e da protagonista do romance. Refletimos acerca de pressupostos da decolonidade, em Walter Dignolo (2017), com o intuito de pensar Portugal contemporâneo e a relação com os povos colonizados. Também, a fim de problematizar esta nação, buscamos uma leitura crítica da colonização e descolonização portuguesa, para tanto recorremos ao teórico Boaventura Santos, principalmente nos textos “Entre o próspero e Caliban: colonialismo, pós-Colonialismo e identidade” (2001), “Modernidade, identidade e a cultura de fronteira” (1993) e *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade* (1999).

Dada à relevância de estudos acerca da identidade para discutir o imaginário de nação, trouxemos Stuart Hall (2001) para explorar a ideia de que o sujeito pós-colonial transita entre

²< <https://www.dicionariomedico.com>> Acesso em julho de 2022.

diferentes identidades. E para tratar da identidade portuguesa, empregamos como referência algumas postulações do crítico literário, ensaísta e filósofo português Eduardo Lourenço, a partir dos textos *O canto do signo: existência e literatura* (1994), *Mitologia da saudade, seguido de Portugal como destino* (1999), *O labirinto da saudade: psicanálise mítica do destino português* (2001) e *A nau de Ícaro e imagem e miragem da lusofonia* (2001). Eduardo Lourenço faz uma análise crítica da imagem irrealista que os portugueses têm de si mesmos, porque não se reconhecem como uma nação pequena.

Para lermos o corpo da protagonista como metáfora da nação, formulamos a ideia de que o corpo marca o espaço do indivíduo no mundo assim como a nação-comunidade imaginada- o situa histórica e culturalmente. Diante disso, traçamos uma análise do corpo para além da Biologia e Medicina e buscamos nos volumes de *História do corpo* (2008) as colocações acerca dele em cada época e cultura. Consoante a isso, David Le Breton, em *Antropologia do corpo e modernidade* (2011), nos possibilitou refletir sobre o corpo enquanto construção simbólica.

No mais, alguns verbetes de *Dicionário do corpo* (2012), organizado por Michela Marzano, foram consultados por nós pelo uso que se faz da metáfora do corpo para discorrer sobre as relações políticas, bem como as leituras de parte do corpo, principalmente da que diz respeito à mutilação da protagonista. Para refletir acerca do controle, violência contra o corpo e estigmas atribuídos a ele recorremos a Judith Butler, nos textos “Como os corpos se tornam matéria” (2002), *Corpos que importam: os limites discursivos do sexo* (2019) e *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade* (2003); e também a Michel Foucault, a partir de *História da Sexualidade I: a vontade de saber* (2017), *Microfísica do Poder* (2000) e *Vigiar e Punir: nascimento da prisão* (1999).

Dividimos nosso trabalho em dois capítulos. No primeiro, discutimos significados de nação, apresentamos o romance e certas particularidades do colonialismo e pós-colonialismo portugueses. Concomitante, abordamos a memória colonial lusitana e sua relação com a literatura. Além disso, analisamos elementos da obra em discussão que ensejam pensá-la como o olhar contemporâneo acerca da nação portuguesa, principalmente a partir da protagonista Milene Leandro e das sobras do império.

No segundo capítulo, discutimos algumas reflexões teóricas sobre o corpo e delimitamos as aproximações que estabelecemos com nação. Parte do nosso intuito foi pensar em como se deu o imaginário do corpo feminino no colonialismo e a releitura dele, pela metáfora da violência contra a personagem, no contexto pós-colonial. Por fim, refletimos acerca do contato entre os corpos de Milene e Antonino. Ademais, buscamos analisar a representação

do corpo do ex-colonizado no cenário da antiga metrópole, a partir da família de cabo-verdianos no romance. Propomos discutir o espaço social que ele ocupa, as relações de poder e opressão que também regem esse corpo estigmatizado, o consumo- marco da globalização- como imaginário de ascensão e as proximidades e/ou distanciamentos entre os grupos que compõem a nação contemporânea.

Em suma, no decorrer do nosso estudo pretendemos olhar a nação enquanto sujeito de uma narrativa, assim buscamos discutir a nação portuguesa como um corpo que guarda memórias de um tempo sonhado e se transmuta no processo de globalização, ainda que este precise “arrancar-lhe” partes para se fazer e se mostrar presente.

CAPÍTULO 1- A LITERATURA PORTUGUESA CONTEMPORÂNEA: O PASSADO E O PRESENTE DA NAÇÃO

1.1 O *ser* nação

Nesta dissertação, o nosso principal objetivo é pensar o corpo da protagonista Milene Leandro, no texto literário *O vento assobiando nas gruas*, como metáfora da nação portuguesa contemporânea. Para tanto, partiremos do pressuposto de que Portugal apresentou-se desde o império enquanto um país emergente nos âmbitos econômico e cultural. Neste sentido, discutiremos as complexidades que permeiam o colonialismo e o pós-colonialismo portugueses. Porém, acreditamos que concluir essa proposta exige primordialmente a abordagem teórica da ideia de nação e suas proximidades já estabelecidas com literatura, identidade e memória.

Discutir nação implica considerar que ao conceito são apresentados diversos referenciais. Um deles é a ideia dos países serem exemplos de pertença à nação, de modo que bandeira, língua, hino, culinária e religião passam a ser vistos como distintivos nacionais, pois são interesses comuns a muitos indivíduos. Outrossim, confunde-se pátria com nação, mas o vocábulo pátria- no sentido do dicionário- indica a terra natal ou adotiva de um ser humano, sendo o espaço geográfico em que se insere a vida. No entanto, quando este quadro se assume politicamente, ressaltando emoções coletivas e elementos gentílicos da nascença, a pátria volve-se em nação. Assim, o povo passa a localizar-se historicamente num espaço carregado de vivências dos seus antepassados e a nação é entendida como comunidade de linhagens.

Benedict Anderson, em *Comunidades imaginadas* (2005), aponta que os termos nação e nacionalismo, apesar de serem muito discutidos, não possuem conceituação simples e definida, porque ambos originaram de estudos de diversos campos do saber. Portanto, a ausência de pensadores específicos gerou um suposto vazio teórico e fez com que nação e seus

derivados fossem abordados por distintas áreas do conhecimento, o que levou a amplitude de significados, embora tal fato seja positivo se considerada a relevância da interdisciplinaridade. Neste trabalho, propomos pensar o arcabouço crítico-teórico sobre nação a partir, principalmente, de Benedict Anderson (2005), Ernest Renan (1997) e Homi Bhabha (1998), porque acreditamos que as formulações de tais estudiosos podem ancorar nossas reflexões no campo dos Estudos Culturais ao estabelecermos diálogos com o texto literário de Lídia Jorge e Portugal.

Anderson (2005) desenvolve um importante estudo de nação a partir do sentimento de nacionalismo, o qual, segundo ele, se elabora nos indivíduos pelo desejo de compartilharem vivências em comum. Essas, por sua vez, se solidificam num espaço territorial e social herdado de um passado coletivo e podem ser observadas em revoluções, guerras, culto aos símbolos, heróis e às narrativas que enaltecem a memória e o pertencimento. Logo, para o cientista político, pensar o nacional seria como imaginar uma comunidade em que os membros não se conhecem, mas se reconhecem como pertencentes a um determinado espaço temporal e físico que os une e os caracteriza. As nações passam a ser imaginadas como comunidades, pois

independentemente da desigualdade e da exploração efetivas que possam existir dentro dela, a nação sempre é concebida como uma profunda camaradagem horizontal. No fundo, foi essa fraternidade que tornou possível, nestes dois últimos séculos, que tantos milhões de pessoas tenham-se disposto não tanto a matar, mas sobretudo a morrer por essas criações imaginárias limitadas (ANDERSON, 2005, p. 34).

Destarte, a suposta homogeneidade estabelece contratos que anulam as diferenças e reforçam as fronteiras em nome da utopia de coletivo. Também Anderson (2005) postula que a nação pode ser vista como uma “comunidade política imaginada- e imaginada como sendo intrinsecamente limitada, e ao mesmo tempo, soberana” (ANDERSON, 2005, p. 32). Ele justifica que as nações são limitadas, porque até as maiores delas possuem fronteiras finitas. Soberanas, pois sonham ser livres e se desenvolveram a partir de uma construção histórica; como possível fruto do declínio das comunidades religiosas, dos reinos dinásticos, do desejo de emancipação vindouro de fatos como a Revolução Francesa, do avançar do capitalismo e, conseqüentemente, da imprensa. Benedict Anderson sugere que a ideia de nação, muito mais alinhada às raízes culturais que políticas, se constrói pela celebração de um passado imemorial, bem como da imagem de um futuro ilimitado que resguardará e dará continuidade às memórias.

Por conseguinte, ressaltamos que uma comunidade imaginada visa a propagação de interesses de poder, fundamentados em fatos pretéritos, que conseqüentemente segregam povos, culturas e narrativas ocupantes das margens na constituição nacional. Ou seja, os ideais

de unidade criaram margens e as sustentam constantemente ao silenciar seus discursos e não incluí-los enquanto parte do sistema nacional. Logo, a nação se desenha enquanto um construto simbólico: a sua existência depende exclusivamente da renovação dos contratos coletivos. Mesmo eles sendo de interesses particulares, é preciso renová-los com constância ou a cada tentativa de mudança.

Ainda de acordo com Anderson, o fortalecimento das nações como comunidades sólidas se deu por meio do jornal e do romance. A explicação para essa afirmativa é a de que os materiais impressos possibilitam a noção de simultaneidade e registram a ideia coletiva do passado e de um “nós” comum, seja pelos mitos, histórias de formação das unidades nacionais, criação e culto aos heróis ou por relatarem as conquistas e tragédias diárias. Anderson considera tal afinidade a partir do século XIX, época em que surgiu a imprensa, houve a ascensão do nacionalismo e declínio dos reinos dinásticos.

Entretanto, visto que nosso objeto de estudo é a literatura, de modo geral pontuamos que a afinidade entre o discurso literário- oral ou escrito- e nação pode ser estabelecida em distintas épocas. É possível afirmar que a ideia de essencialidade e o sentimento de pertencer a um grupo sejam independentes da organização política, haja vista as narrativas épicas que celebravam os mitos coletivos e feitos dos heróis. Neste âmbito, faremos uso desta relação para pensarmos também como a memória colonial portuguesa foi apresentada pela ficção e, posteriormente, reconstruída por ela.

Reforçamos ainda que os ideias de comunidade imaginada situaram-se mais fortemente em cenários marcados pela soberania e com fronteiras identitárias, culturais e físicas bem delimitadas. É evidente que com a globalização e o pós-colonialismo- embora na contemporaneidade ainda ocorra constantemente situações de xenofobia, por exemplo- novos fundamentos acerca de nação, suas proximidades com identidade e cultura, são elaborados. Exemplo disso é o desvincular da literatura do viés nacionalista e a tentativa de reescrever, bem como problematizar a história, principalmente por parte de povos e culturas que foram silenciados nas práticas colonialistas. Em Portugal, ex-metrópole, com o pós-colonial a ficção revisita criticamente um discurso de grandeza há muito proferido, a fim de reavaliar a nação no interior de suas fronteiras e no contexto global.

Todavia, antes de aprofundarmos na análise do caso português, faz-se necessário pensarmos nação também a partir das formulações de um texto primordial nesse assunto: “Que é uma nação?” (1997), do historiador Ernest Renan. Em conferência realizada na Sorbonne, em 1882, Renan propôs discutir o que é uma nação e sugeriu que língua, fronteira geográfica, etnia, raça e crenças não podem ser os únicos elementos a caracterizá-la, devido à possibilidade

de viver em meio às diferenças. Ele apontou que o conceito de nação pode ser determinado pelo propósito de um povo em ser unidade, pelo sentimento de pertencer. Dessa forma, “a essência de uma nação está em que todos os indivíduos tenham muito em comum, e também que todos tenham esquecido muitas coisas” (RENAN, 1997, p. 162). É preciso considerar, nesse caso, a exigência de abdicção do indivíduo em prol do coletivo. Ernest Renan metaforiza a existência da nação como “um plebiscito de todos os dias, como a existência do indivíduo é uma afirmação contínua da vida” (p. 174).

Renan (1997) postula que os sofrimentos unem mais um povo do que as venturas, porque eles impõem deveres e comandam o esforço em comum. Desse modo, a nação é o resultado de sacrifícios, de lembranças e esquecimentos coletivos, de ter glórias e lutos comuns no passado, vontades e sonhos semelhantes no presente e para o futuro. Isso nos leva a refletir que esses fatores são selecionados e a escrita da história da nação é feita por grupos dominantes que, pela posição de poder, selecionam e determinam o que narrar do passado.

Neste contexto, o teórico ressalta que “o esquecimento, e diria, mesmo o erro histórico são um fator essencial na criação de uma nação, e é por isso que frequentemente o progresso dos estudos históricos representam um perigo para a ideia de nação” (p. 161), pois trazem à tona os atos violentos que ocorreram em todas as formações políticas. Dessa maneira, destacamos a relevância das culturas de fronteira e literaturas contemporâneas, que questionam perspectivas unitárias e dão espaço a diferentes vozes, como é o caso de Lúcia Jorge em Portugal. As discussões apontadas por Renan (1997) e Anderson (2005) podem nortear a nosso estudo no que refere à suposta dificuldade da nação portuguesa em se reconhecer como heterogênea, devido à estrutura do imaginário hegemônico do período colonial.

Entretanto, dado que nação é um construto simbólico, com o avanço de fatores, como pós-colonialismo, movimentos migratórios e outros ocasionados pela globalização, torna-se evidente o desconjuntamento do imaginário nacional. Com isso, pensar a nação exige incluir o quê e quem está nas fronteiras. Dessa maneira, faz-se necessário, no âmbito geral, debater questões relacionadas à nação moderna. Assim, recorreremos à definição de Homi Bhabha (1998), em *O local da cultura*. No capítulo “DissemiNação: o tempo, a narrativa e as margens da nação moderna”, ele afirma que o processo nacionalista se elabora enquanto narrativa de um povo em determinado espaço e tempo. Bhabha formula a nação como construto descentralizado e fronteiro que se recusa acontecer de forma unitária, embora as vozes componentes de sua narrativa busquem soar de maneira unissonante. Entende-se a nação moderna enquanto espaço de espelhos múltiplos e marcado pela existência de fronteiras internas. O teórico afirma que

a nação não é mais o signo da modernidade sob o qual diferenças culturais são homogeneizadas na visão “horizontal” da sociedade. A nação revela, em sua representação ambivalente e vacilante, uma etnografia de sua própria afirmação de ser a norma da contemporaneidade social (BHABHA, 1998, p. 212).

Bhabha (1998) discute que o caráter homogêneo e totalitário das nações foi transformado por fatores, como a diáspora, responsáveis pelo surgimento de um discurso lateral, questionador da tradição. Além disso, ele aponta a importância das contranarrativas da nação para interrogar a comunidade imaginada. Sendo assim, as narrativas pedagógicas e disciplinares- “nossa cultura e história”- não podem ser separadas das performáticas, as quais se inserem no presente e são repletas de imprevisibilidades, variedades e diferenças. Ou seja, as narrativas pedagógicas perdem a hegemonia e se tornam espaço permanente de negociação dentro do performático. Compreende-se, portanto, a nação como um entre-lugar em que cada narrativa de diferença não é assimilada pela disciplinar, mas permanece junto a muitas outras alternativas, contaminando-as, sendo contaminada por elas e resistindo ao discurso totalizador.

Wander Melo Miranda (2010), em *Nações Literárias*, reflete acerca das colocações de Bhabha e destaca a importância do passado para uma nação. Segundo o pesquisador, o pretérito nacional constantemente é ressignificado, pois é precedido por um vazio anterior a ele, um “menos um na origem” (BHABHA, 1998, p. 119), que se torna o espaço de novas significações, responsável também por colocar a memória em questionamento.

Neste sentido, acreditamos ser pertinente reforçar que as ideias de comunidade imaginada e pertencimento resultam da operacionalização da memória em prol do ato de disseminar o imaginário de unidade e, por isso, formam a identidade coletiva de uma nação. Afinal, a idealização da identidade é essencial para que um povo se veja como único e compartilhando semelhanças.

Logo, em termos nacionais, memória e identidade são indissociáveis. Consequentemente, lembrar o passado de determinado grupo é visto como ato coletivo. Desse modo, discorrer sobre os aspectos que permeiam a memória de uma nação implica tratá-la enquanto memória coletiva, porque participa da construção identitária e histórica de um povo. Também é evidente que as lembranças em conjunto implicam escolhas e recortes. Conforme discute o sociólogo Michel Pollak (1992), no processo memorialístico as lembranças são unificadas a fim de criar identificações com o passado, portanto as memórias nacionais apresentam-se como herdadas.

O teórico Maurice Halbwachs (1990) delinea a memória coletiva como normativa e simbólica, pois neutraliza as contradições históricas e os conflitos sociais para selecionar do

passado o que é visto como relevante para a coletividade. Os acontecimentos escolhidos são idealizados, a eles ligam-se presente e passado e aponta-se uma visão para o futuro. Tal panorama nos remete à existência de grupos dominantes responsáveis pelas seleções do que lembrar ou esquecer, bem como ao perigo de uma nação que perpetua sua memória sem questioná-la.

Em consonância, Wander Melo Miranda (2010) aponta que a memória nacional, responsável por manter a coesão social e a estabilidade das instituições delimitadoras das fronteiras nacionais, é a forma mais acabada da memória coletiva. Portanto, nota-se a relevância da memória na formação da identidade e cultura das nações, ou seja, “uma nação não existe sem passado: é preciso lembrar a herança deixada por seus fundadores” (MIRANDA, 2010, p. 35). Assim, a memória retrata a face canônica da nação e torna-se o espelho onde ela se mira.

Neste segmento, a memória individual passa a ser determinada pela memória do grupo, visto que “é na sociedade que as pessoas normalmente adquirem as suas memórias. É também na sociedade que reconhecem e localizam as suas memórias” (HALBAWACHS, 1990, p. 38). Dessa forma, as “comunidades imaginadas” resultam do processo do desenvolvimento e disseminação das narrativas que reforçam visões sobre o passado e criam lugares de memória, possibilitando a noção de identidade coletiva. A literatura nacional, por exemplo, participou do sentimento de pertença e coletividade.

Memória e identidade passam então a funcionar como sistemas de significação e, conforme discute Stuart Hall, em *A identidade cultural na pós-modernidade* (2006), constroem-se mitos acerca da origem das nações, dando relevância à tradição com o intuito de unir um suposto passado originário com a manutenção da identidade.

Sobre a identidade nacional, Hall a define enquanto elemento formado, transformado e construído no interior de representação das culturas nacionais. Para ele, essas culturas são compostas por símbolos, instituições e modelos de comportamento que regem as narrativas, experiências compartilhadas, a continuidade da tradição, a ideia de um passado adequado, intemporalidade, bem como a imagem de um povo único e puro. Contudo, ele ressalta que as identidades nacionais não são unificadas, porque a cultura de uma nação não é ponto de unidade simbólica, mas sim parte da estrutura de poder.

Dessa forma, as identidades generalizadas foram construídas pela supressão das diferenças sociais, étnicas, culturais e de gênero, principalmente por parte das nações ocidentais colonizadoras. Hall acrescenta: “as identidades nacionais não subordinam todas as outras formas de diferença e não estão livres do jogo de poder, de divisões e contradições internas, de lealdades e de diferenças sobrepostas” (HALL, 2006, p.65). Por consequência, mesmo quando

essas são descentralizadas- por fatores como a globalização que impedem a manutenção e o retorno ao unitário, tal como geram identidades híbridas- estratégias de negociação continuam existindo para se criar e manter as novas identidades. Porém, é evidente o deslocamento da identidade nacional.

Conseqüentemente, o conceito de nação distancia-se dos pressupostos tradicionais de identidade, passando a ser refletido nos âmbitos do hibridismo e multiplicidade, como uma narrativa cultural imaginada em processo de descentralização. Nesse contexto, urge revisitar e problematizar a construção da memória nacional, seja nas narrativas históricas ou ficcionais. Por conseguinte, o estudo de *O vento assobiando nas gruas* (2002), de Lídia Jorge, pode nos permitir a leitura de alguns aspectos da nação portuguesa contemporânea transfigurados nesta obra literária.

1.2 Entre ficção e realidade, entre centro e periferia: a memória portuguesa

Só refletindo sobre o seu passado, revivendo-o de algum modo, uma nação toma plena consciência de si como algo de comum, como um projeto. Projeto que se reveste, é certo, de formas múltiplas e variadas, não se totalizando nunca numa história “fechada e acabada”, como aquela com que sonham os nostálgicos do conservantismo ou os messiânicos das ordens finais, em que os problemas do homem se tenham resolvido.

(Roque Spencer Maciel de Barros – Apresentação da 2ª. Edição de *História das Ideias Filosóficas no Brasil*, 1974).

Com o intuito de iniciarmos as reflexões sobre a nação portuguesa contemporânea, neste tópico debateremos algumas formulações acerca de importantes lugares de memória para Portugal, sendo o período colonial e as narrativas fundadoras da nação. Salientamos que este olhar para o anterior faz-se preciso, porque tais aspectos influenciaram no imaginário de hegemonia e, conseqüentemente, no ideal de nação. Também, discutiremos o colonialismo e pós-colonialismo portugueses, pois em partes é da revisitação à história e aos temas literários que a geração de escritores do pós-74 problematiza o contexto lusitano.

De início, pontuamos que pensar a memória nacional exige dialogar com a suposta supremacia de Portugal, construída discursivamente, e com a condição periférica revelada pela vivência histórica. O colonialismo português, por exemplo, que se estendeu do século XV ao XX e contou com um expressivo número de colônias em diferentes continentes, foi fator fundamental para consolidar o imaginário nacional de centro. Portugal foi pioneiro nas chamadas expedições marítimas. Além disso, a colonização se baseava no forte discurso de que os portugueses cumpriam uma missão divina de levar aos povos a salvação da alma, impactando na construção do suposto poderio colonial e da identidade como hegemônica.

Neste contexto, a literatura teve importante exercício por glorificar os feitos nacionais e participar da construção da comunidade imaginada. Exemplo disso são as narrativas romantizadas do passado, as quais, por vezes, valorizavam as ligações ao mar e a suposta grandiosidade dos “descobrimientos”, o que pode ter colaborado para o silêncio sobre as culturas colonizadas, experiências coloniais violentas e para o esquecimento das fragilidades nacionais.

No entanto, a grandiosidade do colonialismo português é questionada. Em uma análise daquele período, o sociólogo Boaventura de Sousa Santos, no ensaio “Entre o Próspero e o Caliban: Colonialismo, Pós-Colonialismo e Interidentidade” (2003), afirma que esse se diferenciou hierarquicamente da norma geral- baseada no caso britânico- e apresentou um perfil periférico no domínio das práticas e discursos. Para Santos, o país foi em certos momentos quase uma colônia informal da Inglaterra, devido às condições de crédito, uma vez que a junção do colonialismo português com o capitalismo foi menos próxima do que na circunstância inglesa. Portugal teve excesso de colonialismo e déficit de capitalismo. Apesar de ter sido um dos pioneiros nas grandes navegações, o país não se firmou enquanto uma poderosa nação colonizadora.

Boaventura Santos (1999) conceitua o caso lusitano como “imaginação de centro”, pois, por seu caráter periférico, Portugal possibilitava o trânsito entre suas colônias e os outros países colonizadores, que delas exploravam as riquezas naturais. Logo, o império se mostrava como centro nas colônias e nelas projetava o futuro próspero, exemplo disso é o imaginário de que o Brasil seria a realização da centralidade lusitana, enquanto a metrópole permanecia suspensa no tempo. Portanto, definir o colonialismo de Portugal passa pela dificuldade de vê-lo como hegemônico, uma vez que a condição periférica manifestou-se nos planos econômico, político e cultural.

Nesse âmbito, consideramos viável pensar a “imaginação de centro” também a partir das memórias construídas da formação nacional. O colonialismo tinha em sua base o discurso religioso e a formação mítica do reino, elementos que justificavam a imaginada supremacia e que foram selecionados para perpetuar a memória coletiva. Para tanto, comentaremos alguns fatores que foram reforçados pela ficção. Consideramos, neste sentido, as narrativas literárias e os mitos de origem propagados por elas. Conforme aponta Mircea Eliade (1986), os mitos podem ser tidos como tradição sagrada e modelo exemplar a ser seguido. Logo, os aspectos míticos formadores da história de Portugal participaram da solidificação da memória e identidades nacionais enquanto estáveis e centralizadas, garantindo as práticas coloniais.

A pesquisadora Ana Cristina Correia Gil (2015), em *A identidade nacional na literatura portuguesa: de Fernão Lopes ao fim do século XIX*, comenta que para a nação os mitos

fundamentam a ideia de perfeição das origens, projetando o futuro coletivo. Por exemplo, o mito de que o herói grego Ulisses teria fundado Lisboa em suas navegações de volta para casa- cultuado por Fernando Pessoa em *Mensagem*- liga Portugal “ao heroísmo grego da personagem homérica, estabelecendo uma ancestralidade mítica que associa a nação ao prestígio e valor da tradição clássica e lhe confere dignidade, respeitabilidade e legitimidade enquanto nação independente” (GIL, 2015, p. 86). Pensamos no mito como memória que protege a nação, visto que, independentemente das problemáticas que ela possa enfrentar, seu passado resguardará a magnificência e o futuro.

Para mais, Gil (2015) aponta que apesar de Portugal ter sido formado por uma pluralidade de povos, no espaço mítico do imaginário coletivo destacam-se os lusitanos como fundadores da nação; referindo-se aos descendentes do herói Viriato caracterizados pela bravura, resistência e amor à liberdade. Tal “herança” sustenta a autodenominação nacional de prestígio à independência e ao combate e, venerada pela memória e literatura- como no canto III de *Os Lusíadas*-, reaparece em diversos fatos históricos do país, como nas Cruzadas e navegações.

Em acréscimo, a professora comenta acerca da formação mítico-religiosa de Portugal, enfatizando o mito da Batalha de Ourique, datada de 1139, em que o rei D. Afonso Henriques acreditava ter recebido a profecia da vitória sobre os mulçumanos. Isso reforçou a “perspectiva providencialista sobre a história de Portugal, na medida em que desenvolve uma imagem de país eleito, protegido por Deus e detentor de uma missão extraordinária no mundo” (GIL, 2015, p. 75). A isso acrescentamos o Sebastianismo, crença de que o rei D. Sebastião, desaparecido na batalha de Alcácer-Quibir em 1578, retornaria a Portugal, como um novo líder, e levaria o país a glórias e conquistas. Tal crença perpetuou na utopia do descobrimento e no imaginário do destino do povo português. Os escritos jesuíticos do padre António Vieira, profetizando o Quinto Império em que Portugal constituiria um reino universal para a purificação da humanidade, e parte de *Mensagem*, de Fernando Pessoa, exemplificam a presença sebastianista no imaginário político e cultural português.

Sendo assim, se o poderio econômico destoava das demais potências europeias, a colonização portuguesa via-se suprema ao se ancorar na formação do reino e propagar uma missão divina. Porém, apesar dessas vertentes míticas e religiosas fundamentarem o período colonial, Boaventura de Sousa Santos (2003) lembra que nas práticas discursivas o colonialismo português apresentou problemas de “auto-representação”, justificados, em parcela, pela escrita da história colonial em inglês desde o século XVII. Para o teórico, o colonizador português se assemelha no campo da representação ao colonizado britânico.

A grande assimetria entre o colonialismo inglês e o português foi o fato de que o primeiro não teve de romper com um passado descoincidente de seu presente: foi desde sempre o colonialismo-norma porque protagonizado pelo país que impunha a normatividade do sistema mundial. No caso português, uma vez criada a possibilidade de um colonialismo retroativo, como discurso de dessincronia e ruptura, este pôde ser manipulado ao sabor das exigências e conjunturas políticas (SANTOS, 2003, p.25).

De modo geral, historicamente o atraso econômico e cultural português é apontado como resultado de alguns fatores, dentre eles o impedimento à reforma e ao liberalismo. Segundo Antonio Paim, em *História das ideias filosóficas no Brasil* (2007), a filosofia em Portugal foi baseada na ideia de Deus, o que marcou a resistência à ciência moderna. Destarte, o contato luso com a revolução do conhecimento humano se deu tardio em relação aos demais países europeus, pois, ainda marcada pela Escolástica, a filosofia portuguesa resistiu às novas concepções de pensamento da cultura ocidental.

Paim (2007) comenta sobre alguns dos elementos culturais e políticos demonstrativos da insistência dessa filosofia em gravitar sobre temas religiosos, sendo: o Estado Absolutista, a forte influência da igreja católica e a tradição místico-religiosa da cultura lusitana. Tal cenário pendurou até o século XVIII quando ocorreram as reformas pombalinas. Embora representassem a difusão do pensamento empirista no contexto luso-brasileiro, as reformas de Pombal tiveram como foco o liberalismo econômico, visto que foram adaptadas aos preceitos da Segunda Escolástica.

Assim, a inquisição permaneceu em Portugal até 1820 e concomitante ao rígido sistema de ensino, norteado pela Companhia de Jesus, constituíram um movimento de contra-reforma, privando a intelectualidade do contato com a filosofia moderna. Para tanto, pensamos nesta resistência como fator agravante do colonialismo português, em que predominava o domínio político, cultural e religioso sobre os povos colonizados, bem como caracterizava o imaginário de supremacia nacional. Mas também inferiorizava Portugal em relação aos demais países colonizadores.

Porém, é necessário salientar que a subalternidade portuguesa no sistema colonial não tornou as práticas colonialistas amenas, ou seja elas foram tão violentas e exploratórias como as demais. Refletimos a inferioridade no campo da representação econômica e cultural como fator que pode impactar na criação de outras formas de poder e na construção do imaginário nacional. Para Santos (2003), a falta e nostalgia de hegemonia propiciaram colonialismos internos que penduram até mesmo no pós-colonialismo.

Desconsiderando a situação periférica, as narrativas do colonialismo foram moldadas para atender ao sonho nacional e reproduzidas em diversos acontecimentos históricos,

principalmente nos que ameaçavam a independência e soberania. Outro ponto a se considerar, com base em Gil (2015), é o culto à saudade que se instaurou na consciência portuguesa a partir dos mitos e narrativas. A nação tornou-se nostálgica de fatos não vividos, mas contados e sonhados pela coletividade. O Sebastianismo, por exemplo, deixou de se referir apenas ao sonho imperial e ressurgiu enquanto esperança messiânica para a república a fim de salvar Portugal do império decadente, posteriormente permeou o Salazarismo, vindo a participar da Revolução dos Cravos. O crítico Eduardo Lourenço (2001) considera o Sebastianismo a imagem irrealista que os portugueses têm de si mesmos, bem como estratégia que mascara a fraqueza e a carência nacionais.

Sobre o desejo de rememorar e viver a hegemonia, destacamos o colonialismo tardio de Portugal, que começou em 1950 com um regime ditatorial que pôs fim a I República e terminou oficialmente com a Revolução dos Cravos, em 1974. A ditadura do Estado Novo, de Salazar, reforçava a exploração das colônias africanas para justificar uma possível extensão territorial portuguesa, evidenciando a ancoragem na utopia dos descobrimentos para mascarar a necessidade que o país tinha de compensar a inferioridade econômica, política e geográfica. Desse modo, a nação se fazia próspera fora de suas fronteiras físicas. Logo, é notória a vontade de resguardar a grandeza, construída pela ideologia imperial, a partir do ato de reproduzir a imaginada superioridade em relação ao “outro”. A memória coletiva buscava mostrar-se superior à realidade política.

A pesquisadora Cláudia Castelo (2011) postula que o colonialismo tardio alicerçou-se no lusotropicalismo de Gilberto Freyre, presente em *Casa Grande e Senzala* (1993), e que atribuía ao colonizador português a aptidão para uma prática colonialista híbrida e menos violenta. Essa adesão realçava ainda mais a tentativa de assegurar a hegemonia. Se de início o pressuposto de Gilberto Freyre era repudiado pelo Salazarismo, porque negava a “pureza” do português enquanto civilizado em oposição aos povos “primitivos”, com o enfraquecimento da extrema-direita na Europa- devido ao fim da Segunda Guerra Mundial- e pressão internacional que ameaçavam a estrutura colonial portuguesa, a ditadura de Salazar adotou o discurso freyriano e o uniu ao nacionalismo para propagar a soberania. É evidente a seleção do que lembrar e esquecer para o fortalecimento da nação.

Dado que a memória coletiva resulta da instrumentalização de imagens do passado por grupos dominantes, responsáveis por inventá-la e manipulá-la estrategicamente para difundir valores e comportamentos, pode-se considerar que a memória coletiva portuguesa se consagrou, em grande parte, na visão do país enquanto império hegemônico e centralizado. Tal imagem foi criada principalmente pela utopia do “aventureiro colonizador” que portava de uma missão

política de civilização dos povos. Similarmente, o Estado Novo procurou reconstruir a imagem de supremacia, reforçando a ideologia colonial. Além disso, a Revolução dos Cravos, sobre a qual discutiremos adiante, portou o sonho de reconstruir Portugal, o que escondeu a existência de fraturas na história, ao não colocar o passado em questionamento. Porém, estudos acerca desta memória levantam problematizações e expõem casos demonstrativos de que Portugal fez parte de uma periferia tanto no segmento econômico, quanto no cultural.

A pretexto das complexidades das memórias do país lusitano, sugerimos que a nação guarda uma dualidade entre o desejo de se ver grande, hegemônica; preceitos do colonialismo e do sonho místico, e a subalternidade evidente em relação à imagem de si mesma e da Europa. Tal binarismo põe em questionamento a história nacional, pois ela não é tão próxima da condição periférica vivenciada pelo país, ou seja as estruturas de poder a manipularam com o intuito de disseminar a coletividade como unitária e centralizada. Portanto, ao se problematizar o passado, imagens de inferioridade da nação surgem em contraste com as de grandeza e põem em discussão a identidade nacional.

No caso português, Eduardo Lourenço, em *O labirinto da saudade: psicanálise mítica do destino português* (2001), discute sobre a visão irrealista dos portugueses sobre si mesmos, por não reconhecerem a realidade histórica em que estão inseridos. E, por isso, para Lourenço, Portugal necessita de uma análise do comportamento nacional para arrancar as máscaras que se confundem com o “verdadeiro” rosto. Pensamos nesta análise enquanto possível questionamento à memória e conjuntamente como a abertura para as vozes que foram silenciadas ao longo da formação histórica.

O crítico sugere que nas “histórias de Portugal” tudo se passou como se não houvesse interlocutor, o que acreditamos ter sido um fator relevante para a dificuldade da nação em se reconstituir com o pós-colonialismo, uma vez que esse período se baseia no hibridismo. Eduardo Lourenço sustenta que a imagem irreal revelada pela autópsia historiográfica foi ocultada por historiadores, narrativas de origem e literatura as quais reforçaram o imaginário que o povo português porta de se ver garantido no seu ser nacional pela ordem do injustificável e providencial destino. Embora haja a consciência da fraqueza, tem-se a convicção mítica da proteção absoluta que mascara as oscilações ao longo dos séculos e orienta o futuro.

Ademais, em *Mitologia da saudade, seguido de Portugal como destino* (1999), sobre o caráter nacional português, o crítico pontua que

A história chega tarde para dar sentido à vida de um povo. Só o pode recapitular. Antes da plena consciência de um destino particular – aquela que a memória, como crónica ou história propriamente dita, revisita –, um povo é já um futuro e vive do futuro que imagina para existir. A imagem de si mesmo

precede-o como as tábuas da lei aos Hebreus no deserto. São projectos, sonhos, injunções, lembrança de si mesmo naquela época fundadora que, uma vez surgida, é já destino e condiciona todo o seu destino. Em suma, mitos. (LOURENÇO, 1999, p.10)

Para Lourenço, a autognose do ser português não pode ser meramente histórica, precisa passar pelo imaginário, fantasmagórico, sonhos e memórias coletivas, posto que as narrativas da nação se solidificaram mais pelas imagens construídas do que pela realidade vivida. Nessa conjuntura, ponderamos ser proveitoso dialogar com Boaventura de Sousa Santos, porque, em *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade* (1999), ele postula que o excesso mítico de Portugal se deu em virtude do défice de realidade produzido pela repressão ideológica da Inquisição, pelo Salazarismo e por parte das elites culturais de raiz literária, gerando um autodesconhecimento histórico. Logo, repensar a nação exige desconstruir e revisitar a construção da memória nacional.

Ainda sobre o imaginário de Portugal, conforme Lourenço (2001), no país há uma obsessão pelo passado e esperança messiânica de um futuro próspero: descontentes com o presente os portugueses sonham o passado e o futuro. O estudioso salienta que a vida histórica de Portugal é baseada em complexos de inferioridade e superioridade que mostram a fraqueza e também a convicção mágica de proteção, por isso ambos escondem a fragilidade nacional. Para ele, Portugal, desde o nascimento, foi uma nação pequena que se recusou a se enxergar assim, mas que não conseguiu convencer de sua grandeza. Desse modo, a “cura psicanalítica”, da qual a nação precisa, segundo Lourenço, deverá partir de um encontro dos portugueses com a realidade.

Portanto, o ensaísta aborda a identidade nacional a partir de uma perspectiva paradoxal, permeada por esses complexos. O excesso de passado e a celebração dos descobrimentos criaram a ideia de superioridade, mesmo o pioneirismo da expansão ultramarina tendo se perdido em meio a outros fatos históricos. Posto isso, o encontro com a realidade revelou o complexo de inferioridade, principalmente em relação à Europa nos âmbitos científico, econômico e tecnológico. Tal complexo foi gerado por traumatismos que se fizeram presentes na formação de Portugal e marcaram a consciência nacional.

Conforme Lourenço (2001), a primeira vivência traumática se deu no nascimento do país por meio da luta entre D. Afonso Henriques e sua mãe, sendo um fato que se configurou como estigma mítico na memória da nação. Seguido pelo domínio filipino, o qual, pela submissão à Castela, revelava a subalternidade portuguesa. No entanto, houve a esperança messiânica no Sebastianismo que desde então mascara a fraqueza nacional. Também, para o crítico, no século XIX, Portugal viu sua autoridade política ameaçada pelas invasões francesas

e posterior domínio inglês, acrescidos da fuga de D. João VI com a corte para o Brasil, deixando um vazio paternal na nação e reforçando a fragilidade da posição política na Europa. Por conseguinte, ao ceder à pressão da Inglaterra pelas terras em África, no *Ultimatum* Inglês em 1890, o país reforçou a existência traumatizada, visto que a monarquia lusitana mostrou que destoava do imperialismo europeu. Dessa forma, Lourenço aponta que a grandeza de Portugal era ficção e se fazia fora, uma vez que a metrópole estava em atraso cultural e econômico.

Nos ancoramos em Eduardo Lourenço (2001) para discutir que tal inferioridade, bem como os traumatismos históricos não impediram a autoimagem de superioridade. Para ele, em Portugal há a construção de hiperidentidade, uma fixação que contempla a diferença imaginada em relação a outros povos, nações e culturas, exaltando o que é português. Lourenço exemplifica essa premissa com o culto à imagem de Portugal rural e imune ao estrangeirismo veiculada pelo Salazarismo. O país lusitano não tem crise de identidade, mas sim excesso dela. Ora, a identidade portuguesa parece solidificada na memória mítica e colonial e esse panorama pode refletir nas complexidades pós-coloniais vivenciadas pela nação, principalmente na ausência de questionamento do colonialismo.

Para discutir essa complexidade, é preciso considerar o fim do império português nos termos históricos, mas também a possível permanência de aspectos ideológicos da estrutura colonial. O término do colonialismo ocorreu com a independência em África e a Revolução dos Cravos, em Portugal, que rompeu com a ditadura Salazarista. Faz-se necessário mencionar que com o desfecho da Segunda Guerra Mundial o nacionalismo e anticolonialismo se consolidaram nas colônias portuguesas. Além disso, em Portugal, os jovens, principalmente os vindos das colônias, se organizavam em grupos que defendiam a libertação dos países em África, discutindo a urgência de direitos iguais entre portugueses e africanos.

Tais manifestações também ocorriam nos territórios em África e, em 1961, os conflitos entre os nacionalistas africanos e as forças coloniais se intensificaram, dando início a guerra pela libertação das antigas colônias. Em Portugal, pela ideologia do Estado Novo, ficou conhecida como guerra colonial e propagada como tentativa de conter os nomeados terroristas comunistas, ocultando, assim, a violência portuguesa. O fato de mascarar as lutas pelo fim do colonialismo reforçou a manipulação em prol da supremacia e unidade.

Entretanto, a influência da ONU, e de outras organizações anti-imperialistas e defensoras dos direitos humanos, foi fundamental para denunciar a agressividade lusitana e culminar em sua derrota. Mas enquanto em África as lutas pela liberdade eram permeadas por violência, em Lisboa a revolução foi feita com flores e vista como um acontecimento de caráter mítico. Com ela, o grupo de militares buscava instaurar uma nova ordem política e cultural no

país, pois desde o fim da monarquia Portugal viveu um curto período de democracia, sendo castigado pela opressão do Estado Novo.

No que tange ao imaginário nacional, a Revolução representava também a esperança de um novo Portugal, uma vez que nos efervescentes anos 60 e 70, momento em que o mundo passava por alterações, o país encontrava-se imerso em uma ditadura, além de econômica e culturalmente estagnado. Dela, gerou-se o sentimento de confiança nos possíveis rumos que a nação tomaria. Eduardo Lourenço (2001) analisa este acontecimento como a procura por novos mitos e pela dignidade portuguesa, embora ele fosse o período ideal para o exame de consciência nacional da imagem irrealista, o que colocaria Portugal em discussão. Entretanto, o teórico afirma que a estrutura e função do pós-74 pouco se diferenciou do antigo regime, pois se pretendia atribuir ao país o papel de revolucionário exemplar. Para Lourenço, a Revolução foi festejada como simples mudança de cenário e não alterou o imaginário irreal.

Com o desmoronamento do império, “substitui-se uma certa mitologia de império por uma mitologia de descolonização” (REIS, 2017, p.101). E, nesse cenário, a reconstrução da memória ganhou relevância, porque com a guerra colonial as memórias individuais e coletivas passaram por seleções do que lembrar e/ou esquecer. Conforme discute Eduardo Lourenço (2014), o “colonialismo impensado”, que caracterizou os anos de ditadura, permaneceu no contexto pós-colonial. Dessa forma, devido à provável ausência de reflexão crítica sobre o passado, houve um desconforto na consciência nacional e evidenciou-se a nostalgia colonial, o que pode levar à busca por memórias em comum.

Boaventura de Sousa Santos (2003) conceitua a Revolução de 25 de Abril como um momento de Próspero de Portugal, pois, assim como as outras potências coloniais quase três décadas antes haviam vivenciado o pós-colonial, com ela o país lusitano experenciou a descolonização. Porém, Santos chama atenção para o fato de que os demais países europeus buscaram no reconhecimento da independência o neocolonialismo, já Portugal por “seu caráter semiperiférico” não adotou um “neocolonialismo hegemônico” e “não pôde ou não quis controlar o processo da independência como fizeram as potências coloniais centrais, mas é também duvidoso que o pudesse controlar mesmo que o quisesse” (SANTOS, 1993, p.45). Consequência disso foi a disputa das colônias portuguesas em África pelas então potências mundiais, Estados Unidos e União Soviética, que tiveram influência econômica e ideológica nas lutas pela libertação.

Porém, a inserção de Portugal na União Europeia, em 1986, é analisada pelo sociólogo como episódio causador do sentimento nacional de progresso, ao permitir que o português se enxergasse como europeu. Foi por meio desta complexa dimensão que o Estado regulou a

dialética da diferença e da identidade entre Portugal e a Europa. Assim, ocultou-se a face inferior à Europa e realçou a superioridade em relação aos demais países de Língua Portuguesa. Desta forma, Santos comenta sobre a criação de um universo imaginário em que Portugal se transforma num país europeu como os outros, o qual ele denomina de “estado como imaginação do centro”.

Entretanto, é fato que a Revolução dos Cravos marcou um período de modificações significativas na estrutura política e econômica portuguesa, principalmente devido à descolonização e conseqüente fortalecimento da democracia. Embora o país lusitano já tivesse vivenciado a liberdade de algumas colônias, como no Brasil e no Norte da África, a de 1974 pôs fim ao longo período colonial, trouxe de volta a miragem da Europa como espelho e a necessidade de se repensar a memória coletiva.

Segundo Santos (2003), a base identitária e cultural modificou-se significativamente no pós-74. No entanto, no caso português, “a experiência da ambivalência e da hibridez entre colonizador e colonizado, longe de ser uma reivindicação pós-colonial, foi a experiência do colonialismo português por longos períodos” (SANTOS, 2003, p. 26). Todavia, é preciso lembrar que a hibridização, pelo imaginário imperial, se efetivou apenas no discurso do lusotropicalismo, não sendo parte efetiva das práticas coloniais. Também, pela leitura que propomos do romance de Lídia Jorge, este fator parece não se consolidar com o pós-colonialismo. Dessa forma, levantamos a hipótese de que a Revolução não representa, exclusivamente, o marco da ruptura. Apesar da literatura refletir o viés decolonial, a Revolução enquanto acontecimento histórico remete a alguns ideais que parecem insistir nas raízes coloniais ao criar outras formas de colonização.

Dada a conjuntura do país e propondo refleti-la, Boaventura de Sousa Santos (1993) discute o papel da cultura portuguesa. Ele afirma que esta tem a forma fronteira e isso dá a ela um caráter acêntrico que “se traduz numa dificuldade de identificação no interior de si mesma”. Desse modo, pela fraqueza da hegemonia cultural e econômica por parte das elites, as colônias, os “diferentes localismos culturais dizem mais sobre a cultura portuguesa do que a cultura portuguesa sobre eles” (p. 48).

Ele aponta que no “trajeto histórico cultural da modernidade fomos tanto o europeu como o selvagem, tanto o colonizador como o emigrante. A zona fronteira é uma zona híbrida, babélica, onde os contactos se pulverizam e se ordenam segundo micro-hierarquias pouco susceptíveis de globalização” (p.49). Dessa forma, podemos considerar que as literaturas de fronteiras não se colocam mais como culturas nacionais, invenção do século XIX quando as nações nasciam, mas podem possibilitar que as memórias que louvam o centro sejam

interrogadas. Acrescentamos que essa cultura pode permitir pensar Portugal a partir da periferia, porém sem desconsiderar a trajetória colonial, até porque ela igualmente é parte importante da história.

Posto isto, salientamos que embora a literatura tenha sido fundamental na construção do imaginário lusitano e para a memória colonial, a ficção também participou da crítica à ideia de superioridade. Baseando no conceito de “imaginação de centro”, de Boaventura de Sousa Santos, a pesquisadora Margarida Calafate Ribeiro, em *Uma história de regressos: império, Guerra Colonial e pós-Colonialismo* (2004), chama atenção para o dualismo- centro e periferia- presente até mesmo na literatura portuguesa clássica. Como um exemplo, ela aponta *Os Lusíadas*, de Camões, o qual, mesmo sendo visto enquanto discurso fundador da identidade portuguesa, trazia em si traços da subalternidade lusitana. Se no Canto III a epopeia nomeia Portugal como a cabeça da Europa, o Velho do Restelo, no Canto IV, já condenava os perigos das navegações e o abandono dos problemas urgentes do país por aqueles que partiam em busca de conquistas.

Em acréscimo, por meio de outros exemplos, em obras de Fernão Álvares e Fernando Pessoa, a investigadora aponta alternativas para se observar que as imagens de centro, construídas por Portugal, são rodeadas de imagens de periferia. No entanto, ela postula que a literatura portuguesa ainda envaidecia a nação para amenizar o esvaziamento nacional e imperial e, por isso, mesmo reconhecendo a margem, se fazia notório o sonho messiânico de um futuro glorioso nos escritos lusitanos e um culto à memória fundadora da nação.

E nesse sentido, a Revolução dos Cravos (1974) marcou o início de transformações significativas na sociedade lusitana, como a presença de retornados e migrantes para se (re) inserirem na antiga metrópole, evidenciando a pluralidade de vozes, mesmo não sendo bem recebidos. Pensamos a Revolução como a possibilidade de “cura psicanalítica” proposta por Eduardo Lourenço (2001): a nação precisa passar por um autoconhecimento do passado e do presente para readequar a sua imagem, abandonando outrossim a oposição entre estrangeirismo e nacionalismo. Destarte, esse marco pode ser pensado a partir da perspectiva decolonial:

O giro decolonial é a abertura e a liberdade de pensamentos e de formas de vida-outras (economias-outras, teorias políticas-outras); a limpeza da colonialidade do ser e do saber; o desprendimento da retórica da modernidade e de seu imaginário imperial na retórica da democracia. O pensamento decolonial tem como razão de ser e objetivo a decolonialidade do poder (ou seja, da matriz colonial de poder) (CASTRO-GOMEZ e GROSFOGUEL, 2007, p. 30).

Sob esta lógica refletimos a decolonidade portuguesa no campo cultural a partir da Revolução dos Cravos, porque se busca empreender um olhar para a nação que expõe as

complexidades da memória coletiva e se distancia do eurocentrismo colonial enquanto fator positivo para a história nacional. Tem-se a convicção de que Portugal foi metrópole, explorou povos e culturas assim como os outros países europeus, porém se evidencia que nesse processo se situava na fronteira: Portugal não foi uma potente nação colonizadora, ancorou-se no discurso de grandeza e na violência colonial para criar sua supremacia. Desse modo, decolonizar o pensamento português faz-se necessário para visualizar a presença das ex-colônias na identidade, história e cultura portuguesa, bem como reconhecer a periferia em que a nação está inserida, o que pode apontar para outras perspectivas do que foi e é a nação lusitana. Nesse âmbito, discutiremos no tópico seguinte a decolonização da cultura portuguesa na literatura e suas temáticas contemporâneas, principalmente em Lídia Jorge, autora do romance desta pesquisa.

1.3 Da revisão ao passado para o mundo: a literatura portuguesa contemporânea

Até agora o percurso deste trabalho voltou-se para expor discussões sobre o imaginário nacional português a partir das memórias construídas do colonialismo e pós-colonialismo, assim como para as polaridades decorrentes de estudos que os colocaram em questionamento. Adiante, pretendemos aprofundar em como a literatura pode estabelecer diálogos e questionamentos com a nação e suas memórias no contexto contemporâneo, principalmente na obra de Lídia Jorge.

Pensamos ser relevante retomar que Portugal ocupa um lugar de destaque como tema de sua literatura. Até o século XVI, por exemplo, a cultura literária portuguesa participou da formação e consolidação da consciência nacional. Em seguida, com os indícios de crise no país lusitano, a literatura direcionou-se para o questionamento do ser português problematizando a conjuntura da nação. Ainda, nesta fase notou-se um movimento entre a construção do imaginário ideal de pátria e o viés de decadência. No decorrer das transformações literárias e vivências históricas de Portugal, aparece também a esperança de um destino grandioso para o país, como nos escritos sebastianistas do padre Antônio Vieira.

No entanto, as crises do século XIX, marcadas pela Invasão Francesa e Ultimato Inglês, realçaram o declínio da nação e impactaram diretamente nas gerações literárias, que teceram críticas e lamentos à ausência de prosperidade, bem como propuseram uma reconstrução nacional. Evidenciou-se, neste trajeto, o questionamento acerca dos futuros rumos da nação. Posteriormente, no Modernismo houve a tentativa de articular o cosmopolitismo com a valorização nacional. Durante o Estado Novo, apesar da censura, grande parte dos escritos

literários problematizava a desigualdade social do país. Com a Revolução dos Cravos intensificou-se a necessidade de se pensar novas organizações e mentalidades para Portugal a partir da revisitação à história e à memória nacional.

A fim de contextualizar essa literatura que surge com a descolonização portuguesa, é preciso ponderar que em meados do século XX Portugal vivia a violência do regime ditatorial de Salazar e os desdobramentos das lutas pela libertação. Nesse contexto, a literatura se debruçou sobre o ambiente social português- embora o estado pela educação visasse disseminar culturalmente o imaginário de superioridade- e propôs uma crítica acerca do então presente de censura e opressão, do atraso econômico, da política imperial e falência do país. A produção literária desse período atendia às demandas dos grupos atuantes e tinha como intuito reconstruir a identidade a partir de uma contestação aos ideais do governo salazarista.

Com a Revolução dos Cravos, a literatura apontou para mudanças temáticas significativas, como a revisão do passado colonial e abrindo-se para as vozes dos que foram silenciados pela história, ainda que elas sejam contadas, em parte, por escritores portugueses que acompanharam os efeitos das guerras pela independência, como é o caso de Lídia Jorge. A literatura dos anos 1980, portanto, aborda a identidade, cultura e história para além da tradição e nacionalidade, bem como lê a história por um viés político e social.

O nosso propósito é pensar a literatura portuguesa a partir do pós-74 como possibilidade de desnacionalização. Consideramos que a nação continuou sendo parte dos temas literários, mas sem ser cultuada e associada à nostalgia do império. No cenário decolonial, ressalta o desdobrar da nação em contato com as diferenças existentes em seu interior e para além das fronteiras físicas. A perspectiva pós-colonial procura romper com as oposições binárias desenvolvidas pelo colonialismo. Desse modo, no caso de Portugal, as vozes literárias deslocam a nação do seu suposto lugar de centro para pensá-la como resultado de trocas culturais e identitárias com as ex-colônias. No entanto, nesse panorama acabam por revelar também as estruturas opressivas que permanecem com o pós-colonialismo.

Levantamos a hipótese de que há, portanto, a investigação acerca do ser português, não para redescobrir e consolidar a identidade nacional, mas com o intuito de descentralizá-la dos estereótipos construídos. Nesse sentido, pensamos na reflexão proposta por Homi Bhabha, em *O local da cultura* (1998), de que as perspectivas literárias do pós-colonial apresentam “[...] uma consciência das posições do sujeito - de raça, gênero, geração, local institucional, localidade geopolítica, orientação sexual - que habitam qualquer pretensão à identidade no mundo moderno. (BHABHA, 1998, p.20).

Ressaltamos que a literatura pós Revolução de Abril passou a expor e problematizar a realidade política, a construção mítica e idealizada do passado em uma tentativa de interrogar a história, mesmo ela sendo fundamental para a identidade lusitana. Neste cenário, destacam-se autores como José Saramago, Antônio Lobo Antunes, Lídia Jorge, Dulce Maria Cardoso, Teolinda Gersão, Isabela Figueiredo, entre tantos outros. Esses escritores, “herdeiros de uma memória que os faz envergonhar de seu país” (TOLENTINO, 2017, p.6051), revisitam os mitos, as histórias, as ruínas e confrontam a comunidade imaginada.

Eduardo Lourenço (2001) atribuiu à Revolução o marco da expressão cultural de Portugal contemporâneo, posto que a literatura passou visar outras relações com a história. Salientamos que o revisitar a colonização e a descolonização se faz atendendo as perspectivas anteriormente silenciadas, como a participação das mulheres no sistema colonial e nas lutas pela libertação das colônias, a problematização do retorno dos ex-colonos a Portugal e o regresso pela memória ou ficção aos territórios africanos. Além disso, a literatura revisita seus temas e neste cenário destaca-se também a abordagem da posição do sujeito português no mundo, sua redescoberta diante do contexto globalizado e a relação com o real.

Sobre a literatura portuguesa nos dias atuais, a pesquisadora Gabriela Silva (2017), no ensaio “A novíssima literatura portuguesa: novas identidades de escrita”, afirma que

Perceber as transformações que acontecem na literatura produzida em Portugal contemporaneamente é dispor-se a entender as modificações que avançam sobre o homem português e sua cultura. As relações históricas não se esgotam, mas se modificam, alteram-se e expõem ao leitor um novo sujeito, com uma disposição anímica que vai além do espaço territorial que habita. Essa desnacionalização que acontece na literatura contemporânea portuguesa, deixando de lado um romance autenticamente centrado sobre os temas nacionais e que demarcavam uma cultura e uma literatura voltada sobre si mesma oferece ao homem português, esse novo sujeito que se abre ao mundo e se torna cosmopolita, uma nova configuração ideológica. O afastamento dessa história de um passado, quer distante, quer próximo e a expansão do horizonte dessa literatura demonstram esse sujeito que agora se dispõe a expandir-se identitariamente, percebendo também questões de alteridade e afastando-se do que as fronteiras territoriais e culturais impõem às sociedades e que de maneira singular se manifesta nas suas produções artísticas (SILVA, 2017, p. 7-8).

Silva (2017) salienta que pensar o mundo por intermédio da visão de um português vai além de uma maneira autóctone, sendo “um modo de leitura e apreensão das coisas e dos eventos” (p.11), porque os temas narrativos deslocam-se do eixo territorial e histórico. Para ela, não há foco em se construir a identidade de um sujeito em contextos específicos, “é o que podemos definir como “literatura-mundo” a que se difunde, que deixa de ser uma experiência localizada, estanque, mas múltiplas, variantes, do mundo” (SILVA, 2017, p. 11). Supomos ser

possível dialogar essa colocação com a ideia da literatura ser parte da tentativa de decolonizar a cultura e o pensamento português, uma vez que ao se deslocar do território e da história nacional há a ciência do estar na fronteira e em contato com o “outro”, permitindo-se “contaminar” e ser “contaminado”. O teórico argentino Walter D. Mignolo (2017) comenta que a perspectiva decolonial é

Se desprender e pensar nas fronteiras que habitavam: não nas fronteiras do estado-nação, mas nas fronteiras do mundo moderno/colonial, fronteiras epistêmicas e ontológicas [...]. Pensar habitando a fronteira moderna/colonial, sendo consciente dessa situação, é a condição necessária do pensar fronteiriço descolonial (MIGNOLO, 2007, p. 20).

Apesar de no imaginário nacional a Revolução dos Cravos ter simbolizado o sonho de reconstruir Portugal com base nos preceitos coloniais- conforme discutimos em Eduardo Lourenço e Boaventura de Sousa Santos-, enquanto marco que anuncia o pós-colonialismo português ela possibilita colocar Portugal em questionamento e como país periférico, haja vista as temáticas da literatura pós-74. Portanto, julgamos que decolonizar a cultura portuguesa exige também pensar o passado. Conforme discute Beatriz Sarlo, em *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva* (2007), o passado é sempre conflituoso, porque a ele se referem história e memória e elas se apresentam enquanto concorrentes: a primeira questiona a segunda que desconfia de uma reconstituição. Assim, ao ser questionada, a memória pode revelar fatos silenciados e desconstruir traços do passado, sendo a personagem contemporânea a voz que anuncia novas perspectivas, no caso de nossa pesquisa elas são marcadas no corpo da protagonista Milene Leandro.

Temos a hipótese de que a literatura portuguesa contemporânea pode estabelecer um diálogo com a chamada literatura de deslocamento. Sobre ela, Bhabha (1998) coloca que

Talvez possamos agora sugerir que histórias transnacionais de migrantes, colonizados ou refugiados políticos - essas condições de fronteira e divisas - possam ser o terreno da literatura mundial, em lugar da transmissão de tradições nacionais, antes o tema central da literatura mundial. O centro de tal estudo não seria nem a "soberania" de culturas nacionais nem o universalismo da cultura humana, mas um foco sobre aqueles "deslocamentos sociais e culturais anômalos" que Morrison e Gordimer representam em suas ficções "estranhas". Isso nos leva a perguntar: pode a perplexidade do mundo estranho, intrapessoal, levar a um tema internacional? (BHABHA, 1998, p.33).

Nesse âmbito, reforçamos que o novo panorama literário português se apresenta como uma cultura de fronteira, que conversa com o mundo e aponta reflexões de particularidades de Portugal. E nisso se estabelece um diálogo com o processo de colonização/descolonização, ao dar abertura para o reconhecimento da nação como híbrida e descentralizada, sem apagar a

significância dos “descobrimientos” para o nacionalismo. Se no passado Portugal buscou fora a imagem de sua centralidade, no contexto contemporâneo é nesse ultrapassar a fronteira que a cultura e literatura redescobrem a história e se reavaliam em relação a si mesmas.

Diante disso, salientamos que se a literatura teve participação no consolidar da nação, ela também pode ser um olhar crítico sobre a mesma e seus desdobramentos. Portanto, fazer emergir as vozes das fronteiras- internas e externas- que formaram Portugal perpassa pelo deslocamento da memória construída para o reconhecimento da periferia, a recolocação no sujeito português no mundo e pela representação identitária estabelecida entre o colonizador Caliban (SANTOS, 2003) e os colonizados. Parece, desse modo, que a literatura portuguesa contemporânea busca assemelhar às literaturas decoloniais que questionam a colonialidade e o eurocentrismo. Baseando-nos nestas premissas, no tópico seguinte discutiremos parte do projeto literário de Lúcia Jorge para iniciarmos o estudo do romance *O vento assobiando nas gruas* (2002).

1.4 O contemporâneo interroga a nação em *O vento assobiando nas gruas*

No percurso desta dissertação fizemos alguns apontamentos teóricos sobre nação, memória, identidade e as proximidades já estabelecidas entre elas e a literatura. Posteriormente, buscamos discutir tais relações no caso de Portugal, destacando suas especificidades, principalmente no que tange à memória colonial. Em seguida, realizamos uma breve abordagem sobre a descolonização portuguesa, os impactos dela no imaginário nacional e as perspectivas literárias em Portugal a partir deste marco. Consideramos esse trajeto necessário, pois ele será fundamental para as próximas discussões que propomos, sendo o estudo do romance *O vento assobiando nas gruas* e da protagonista Milene Leandro como possíveis vozes contemporâneas que questionam a comunidade imaginada portuguesa e, depois, o corpo violado de Milene como metáfora da nação.

De início, é preciso destacar a escritora Lúcia Jorge. Ela nasceu em 1946, no Alentejo, e tem formação em Filologia Românica pela Universidade de Lisboa. Em sua biografia possui uma passagem por África quando foi professora do ensino secundário em Angola e Moçambique durante parte do período de luta pela libertação destes países. Lúcia Jorge publicou seu primeiro romance, *O dia dos prodígios*, em 1980, e com ele marcou uma nova fase da literatura portuguesa. Posteriormente, veio *O cais das merendas* (1982), *Notícia da cidade silvestre* (1984) e *A costa dos murmúrios* (1988), que reflete a experiência colonial em África e foi a obra que consolidou o destaque da autora na ficção lusitana. Ela também publicou, entre outros, *O vale da paixão* (1998), *O vento Assobiando nas gruas* (2002), *A noite das mulheres*

cantoras (2011), *Os memoráveis* (2014), *Estuário* (2018), *Misericórdia* (2022), além de três antologias de contos e peça de teatro.

Lídia Jorge é uma voz da literatura portuguesa que tem em parte do projeto literário o propósito de refletir a história de Portugal sob a perspectiva daqueles colocados à margem dela- como as mulheres, os colonizados, as comunidades rurais-, bem como aprofundar nas transformações sociais que marcaram o século XX e a contemporaneidade. Soraia Lima Arabi, na tese “A lavra do texto e do chão no romance de Lídia Jorge” (2007), comenta que a escritora se destaca por ficcionalizar “eventos históricos, entrecruzando uma reflexão interior, comumente centrada nas indagações existenciais do narrador, com a matéria por ele narrada que trata do coletivo, isso é, daqueles a que o discurso oficial costuma ignorar” (ARABI, 2007, p. 54). Nota-se um olhar para o mundo a partir da margem, como pode ser o caso de Milene em *O vento assobiando nas gruas*.

Ainda se faz preciso mencionar que a vasta coletânea jorgeana é objeto de estudo em diversas instituições, inclusive em muitas pesquisas no Brasil. Comumente são feitas leituras acerca da história lusitana, das relações África e Portugal, memória colonial e das mudanças decorrentes do pós 25 de abril. Sobre *O vento assobiando nas gruas* destacam leituras da identidade, memória e história portuguesas e a Revolução dos Cravos, racismo, xenofobia, diferença social, protagonismo feminino, espaços individuais como metáfora de Portugal, análise das temáticas do romance português contemporâneo, dentre outras. Objetivamos dialogar com tais estudos a fim de pensar Portugal sob a perspectiva decolonial refletindo a nação portuguesa contemporânea a partir da oligofrenia de Milene, seu corpo violado e contato com os migrantes cabo-verdianos.

No meio literário e acadêmico, o romance é prestigiado, além das diversas pesquisas que o mencionam, pela conquista do “Grande Prémio de Romance e Novela” (2002), da Associação Portuguesa de Escritores, do “Prémio Correntes d'Escritas/Casino da Póvoa” (2004), “Prémio do Público” (2005), do Salão de Literatura Europeia de Cognac, e o “Prémio de Literatura Albatroz” (2005), da Fundação Günter Grass, dentre outras homenagens. Em 2022, houve a estreia da adaptação cinematográfica dessa obra, dirigida por Jeanne Waltz.

Retomando ao nosso objetivo de estudo, nesta seção pensamos o contemporâneo na obra de Lídia Jorge. Faz-se preciso mencionar que apontamos a nação portuguesa a partir da Revolução dos Cravos e do conseqüente fim do vasto império português. A fim de efetivar nossas observações, primeiramente realizamos um aprofundamento no enredo do texto literário para delimitar nossos recortes.

O vento assobiando nas gruas é organizado em três partes: “Cerimónia”, “O Livro de Milene” e “O Vento Assobiando nas Gruas”. Na edição da Record, de 2007, a primeira e última parte do romance ocupam, cada uma, menos de cinquenta páginas, enquanto a seção central totaliza 493. A protagonista é Milene Leandro, uma jovem portuguesa diagnosticada com oligofrenia, deficiência do desenvolvimento mental, que se relaciona amorosamente com o migrante cabo-verdiano Antonino Mata.

Na primeira parte da obra, temos o contato com Milene e sua dificuldade em transformar os pensamentos em palavras e ações, fruto da condição oligofrênica. Assim, por vezes, ela pensa em buscar nos dizeres dos outros a sua própria expressão. A personagem está à procura de explicações sobre a morte da avó Regina Leandro para dar aos seus poderosos e conservadores tios que se encontravam viajando na data do ocorrido, sendo a moça então a responsável por todos os preparativos do funeral, embora ela seja tratada com desdém pelos familiares, ora vista como digna de piedade ora como incômodo.

O corpo da matriarca dos Leandro fora encontrado à entrada da antiga e desativada *Fábrica de Conservas Leandro 1908*. Milene foi ao estabelecimento em busca de respostas, porque lá, em época de prosperidade, havia sido o “*diamante*” (LORGE, p. 15, 2007) da família. Ou seja, a fábrica simbolizava parte importante da memória e riqueza dos Leandro, então a jovem adentrou tal ambiente em busca de justificativas para ter a sua própria versão dos fatos, uma vez que desta feita ela queria ser dona do próprio discurso, ainda mais que os jornais já noticiavam pontos de vista sobre a morte da avó que seriam questionados pelos tios.

Nessa parte, previamente, temos as primeiras impressões acerca da protagonista de visão simplista, que nos é apresentada ora pelos excessivos pensamentos dela, ora por suposições e observações do narrador. Também, os comentários acerca dos outros membros da família evidenciam o distanciamento afetivo entre eles e a moça, bem como as diferenças de comportamento e interesses de Milene em relação aos demais. Portanto, levantamos a hipótese da leitura da personagem enquanto a voz contemporânea que destoa da comunidade imaginada e a desestabiliza.

Em “O Livro de Milene” é narrado o momento em que a numerosa família de migrantes cabo-verdianos, habitantes da antiga fábrica, chegam ao local e encontram a jovem. Inicialmente, o contato entre eles gera estranheza e desconfiança, - afinal o que a neta da senhora fazia ali? - mas Milene, com dificuldades, explica-lhes as circunstâncias da morte da avó e a procura por respostas, logo eles a acolhem até o retorno dos tios. A presença de Milene é motivo de satisfação e surpresa para alguns dos Mata. Depois ela passa a visitá-los com mais frequência e dessa aproximação se apaixona por Antonino Mata, operador de gruas. É relevante

dizer que de início- apesar de sentir compaixão pelo luto e solidão da moça e se identificar com tais sentimentos, pois lembrara de quando ficou viúvo- Antonino se irrita com a “imaturidade” dela, mas foi ele quem a ouviu primeiramente quando encontrada na fábrica. Também o rapaz pensava nos perigos que a proximidade deles representava, haja vista a diferença étnica e social.

Concomitante, nos capítulos desta parte, conhecemos mais a fundo o cenário urbano de Valmares, o qual é organizado em torno da praia, dos espaços ocupados pelos ricos e das mazelas do Bairro dos Espelhos- ambiente e moradia das classes sociais baixas, retornados e migrantes. Ademais, nos deparamos com um aprofundamento acerca de ambas famílias: os Leandro e os Mata.

Os descendentes de Ana Mata saíram de Cabo Verde em busca de melhores condições de vida em Portugal. O clã é formado por dezesseis membros que se dividem em filhos, noras, genros, netos e bisnetos da matriarca. Destacam-se Antonino, sua mãe Felícia e seu irmão cantor Janina. Os cabo-verdianos alugam a fábrica e têm sua força de trabalho empregada em atividades que participam do desenvolvimento da cidade, Antonino, por exemplo, é operador de guas. No decorrer da narrativa é visível a segregação social sofrida por eles, principalmente se comparados aos Leandro. Esses, por sua vez, com a morte de Regina Leandro, passam a se ocupar com a divisão de bens, sendo o casarão em Vila Regina- moradia de Milene e da avó- e a fábrica de conservas as heranças a serem repartidas entre os filhos de Regina, que são Gina, Ângela Margarida e Afonso, além dos agregados, netos e as duas netas órfãs: Milene e Lavínia.

A protagonista recebe como única herdeira Vila Regina, mas os tios lentamente vão levando objetos da mãe, os quais para eles poderiam compensar o fato de o imóvel não lhes pertencer. Todavia, Milene considera a casa como espaço de memórias da avó e evita que os tios a desnude por completo. Em relação às demais posses da família, Dom Silvestre, o esposo de Gina, tendo o apoio dos demais, as organiza com planos ardis sustentados na corrupção. A velha fábrica foi tomada dos Mata e vendida a um grupo de investidores holandeses que a transformaram em hotel.

No entanto, a força da ganância, o racismo e a utopia de superioridade dos Leandro se intensificam na violência contra o corpo de Milene. O namoro dela e Antonino Mata despertou o interesse dos parentes que viviam imersos em preservar as aparências. No começo, eles imaginaram ser apenas uma distração da jovem, porém com o desenrolar do relacionamento decidiram que algo precisava ser feito e, com isso, Ângela Margarida a submeteu a uma cirurgia de esterilização, sem o conhecimento de Milene e de seu noivo. Essa parte do romance encerra com a palavra “FIM” e com a jovem na clínica em que sofrera a histerectomia planejada pela tia, tendo a sensação de que estava esquecendo algo naquele lugar. Quando a mulher narra aos

irmãos e cunhados o crime que cometera eles se assustam, no entanto juntos analisam os motivos e as vantagens da decisão e assim compactuam com a violência contra a sobrinha.

Na terceira parte, intitulada “O vento assobiando nas gruas”, o narrador, até então sem identidade revelada, se apresenta como uma prima de Milene, igualmente sem filhos e afastada da família. A voz narrativa descreve o casamento da jovem portuguesa com o cabo-verdiano, comentando o comportamento dos Leandro, assim como dos Mata. Há uma inquietude pelo silêncio que guarda os crimes cometidos pelo clã português, especialmente no que tange à violência contra o corpo da protagonista, que em momento algum tem ciência do que lhe foi feito. Mas o noivo sabia, pois com o passar do tempo e o desenvolver de outros fatos, ele desconfiou do que poderia ter ocorrido e questionou os parentes da moça, porém foi silenciado por um acordo que garantiu a aceitabilidade do casamento, moradia para os Mata- uma vez que a fábrica estava à venda- e protegia Milene, porque constantemente ela pedia que fatos dolorosos não fossem lembrados. Além disso, os Leandro tinham interesse em mostrar boas atitudes, considerando até o casamento uma delas, a fim de garantir as aparências e a reeleição do tio Rui Ludovice para Presidente da Câmara.

Ainda é preciso destacar que no romance a voz que se apresenta como narrador é a de alguém que, intrigado com os segredos de seus parentes e com o que foi feito a Milene, resolve coletar informações e levantar hipóteses. Explora-se a consciência e o imaginário dos personagens e há mudanças no foco narrativo da terceira para a primeira pessoa, o que aponta para a leitura dos fatos como um ponto de vista e não uma verdade inquestionável.

A pesquisadora Raquel Trentin Oliveira (2011) comenta que a narrativa de *O vento assobiando nas gruas* também se destaca pela ironia na construção dos personagens e seus conflitos sociais. Considerando o exagero elemento constituinte da ironia, Oliveira (2011) aponta que no romance ele se mostra na incoerência entre o discurso das personagens, enunciados como grandes verdades, “e o contexto em que aparecem; entre a autoridade com que se revestem e a inconsistência do que dizem. A forma exagerada aponta então para o discurso falacioso, que insiste em representar como certa uma versão facilmente contestável dos fatos” (OLIVEIRA, 2011, p. 114). Tal recurso torna-se essencial para a exploração temática da obra, essencialmente no que tange à visão dos portugueses sobre a presença dos migrantes de Cabo Verde em Portugal no pós-74 e o contato com eles.

A trama se desenvolve, em 1994, no espaço urbano de Valmares, que parece ilustrar parte do composto social português no cenário posterior a Revolução dos Cravos. Há, em meio a modernização da cidade, a presença de portugueses de concepções tradicionais, que ocupam bairros, cargos nobres e se consideram superior aos demais- representados pela família de

Milene-, migrantes cabo-verdianos do clã Mata, os quais são reféns das atitudes dos anteriores e mão-de-obra para o desenvolvimento urbano, bem como de retornados³ que têm condições próximas as dos africanos. Por um lado, nota-se as transformações aceleradas do mundo, por outro é visível o apego às tradições e a união desses paralelos é feita por Milene. Pensamos nela, neste âmbito, como o estar na fronteira, que rompe com qualquer estereótipo de poder colonialista e com o imaginário de unidade, assim como sua condição possibilita questionar o suposto discurso de verdade e hegemonia proferido pelos Leandro. Em um diálogo com Bhabha (1998), refletimos Milene enquanto o presente da história da nação que destrói a cultura nacional. Portanto, ela pode refletir a urgência de se pensar a descentralidade da nação portuguesa, ainda que essa seja oligofrênica, hipótese que discutiremos posteriormente.

Sustentamos a ideia da protagonista como a perspectiva contemporânea, pois ela apresenta uma visão do mundo e dos outros que destoa de sua parentela: a jovem não se via como superior aos cabo-verdianos. Quando está hospedada com eles na antiga fábrica e tenta contato com o primo João Paulo ao gravar uma mensagem, antes dos tios retornarem de viagem, ela diz:

“-João Paulo? Olha, é só para te dizer que me sinto muito sozinha. Estou em casa da família Mata...” E ia dizer a gente da terceira leva ou terceira vaga, mas não disse. [...] Não iria chamar-lhes, ali diante, aquilo que os tios lhes chamavam lá em casa. Olhou para todos e disse- *“Mas estou muito feliz porque encontrei essas pessoas muito boas para mim...”* [...] Todos a rirem para ela, e ela a rir para todos (JORGE, 2007, p. 99. Aspas e destaques da autora).

A moça parece ter consciência do preconceito dos tios para com os africanos e se identifica com a família Mata. Enquanto esteve com eles, Milene ocupou o melhor quarto- do cantor Janina-, ajudou nas tarefas domésticas, pintou as unhas de Felícia Mata, mãe de Antonino, sentiu-se acolhida e com maturidade para tomar suas decisões e explicar a morte da avó com as próprias palavras, sentimentos desconhecidos por ela quando acompanhada dos tios, dado que pela oligofrenia eles a consideravam incapaz. Pela experiência vivida com os cabo-verdianos, a protagonista sentia que a vida poderia mudar: *“Agora, podem vir os tios e as tias, quando muito bem quiserem. Vou voltar ao Quilômetro 44, sozinha, sem eles. Passaram*

³ Segundo Elsa Peralta (2018), com a descolonização, cerca de 800.000 colonos portugueses deixaram suas vidas em África, entre 1974 e 1979, e se deslocaram para Portugal, sendo nomeados “retornados”, o que incluía até mesmo os filhos de portugueses nascidos em terras africanas. É válido ressaltar que o deslocamento para África fora incentivado pelo Estado Novo, a fim de “exportar pobreza” e delegar aos colonos o papel de manter a subjugação dos povos colonizados. Peralta reforça que o termo “retornado” adquiriu conotação pejorativa por nomear uma população deslocada devido ao colapso do sistema colonial. Este grupo encontrou inúmeras dificuldades para se inserir na sociedade portuguesa.

os meus dias de ira. Vão voltar os meus dias felizes...” (JORGE, 2007, p. 102. Destaques da autora).

Refletimos a tomada de consciência da personagem como reação ao sistema tradicional, que perdura na memória portuguesa até mesmo no pós-colonial. Consideramos que de certa forma o contemporâneo, Milene, interroga a nação sobre as mudanças esperadas, mas que não se fazem perceptíveis. Entretanto, a proximidade e trocas entre ela e os Mata podem remeter à impossibilidade de se manterem os estereótipos coloniais, dado que Milene, ponte entre os dois mundos, influencia e é influenciada por ambos. Ou seja, supomos que ela reflete à transformação do sujeito contemporâneo, o qual não se reconhece mais como parte de um sistema disciplinar e faz de sua vivência um contato com o outro e o mundo.

Na narrativa de Lídia Jorge, a história de Milene configura-se como perturbação da comunidade imaginada, assim ela representa um olhar contemporâneo, crítico, sobre a nação e a memória colonial. Sugerimos que, embora a Revolução dos Cravos tenha perpetuado como momento mítico para Portugal, os fatos que levaram ao acontecimento e seus desdobramentos já apontavam a ruptura com a comunidade imaginada. A protagonista nos permite dialogar com a concepção de Homi Bhabha, em *O local da cultura* (1998), de que o contemporâneo representa uma ruptura com o que está estabelecido e traz novas abordagens.

O novo e o contemporâneo aparecem através do ato de cisão da modernidade como acontecimento e enunciação, época e cotidiano. A modernidade como signo do presente emerge nesse processo de cisão, nesse lapso, que dá à prática da vida cotidiana sua consistência como contemporânea. É porque o presente tem o valor de um "signo" que a modernidade é interativa, um questionamento contínuo das condições da existência, tornando problemático seu próprio discurso não apenas "como ideias", mas como posição e *status* do *locus* do enunciado social (BHABHA, 1998, p. 335).

Pensamos em Milene como uma “não heroína” da nação, porque a jovem marca uma ruptura com a ordem preestabelecida que definia a distinção entre migrantes e portugueses. Ela é em Portugal os fragmentos do mundo globalizado, contexto em que os indivíduos não mais se definem por uma identidade ou memória em comum. Ao ter contato e se estabelecer com os cabo-verdianos, Milene expõe a nova configuração social para sua família, o que remete que a visão e o relacionamento de Portugal com suas ex-colônias precisam ser revisitadas pela história e imaginário lusitanos.

Se a literatura portuguesa contemporânea se caracteriza pela presença do sujeito cosmopolita que busca se perceber no mundo, ela também pode ser um convite à coletividade para se pensar o indivíduo português em seu contexto nacional, uma vez que para ser parte do mundo é preciso desalinhar-se da comunidade imaginada e reconhecer as fronteiras internas.

Desta forma, sugerimos que Milene manifesta o repensar da imagem irrealista discutida por Eduardo Lourenço (2001). Ela pode ser o presente da nação portuguesa responsável por interromper o ciclo de sonho que une o passado ao futuro, dando destaque ao tempo contemporâneo.

Outrossim, salientamos que Milene pode retratar, na conjuntura portuguesa, o pensamento decolonial. Embora esta corrente tenha se desenvolvido em África, Ásia e se estendido para a América, o posicionamento de se desprender das macro-narrativas que marcaram a colonialidade assemelha-se ao desejo da protagonista de Lídia Jorge de contar os fatos com suas próprias palavras, embora a oligofrenia a dificulte. Mas, neste âmbito, entendemos a oligofrenia também como metáfora da nação que não sabe representar em palavras, diante daqueles que simbolizam um Portugal preso a concepções antigas, o novo cenário decolonial.

Ela está em construção do próprio discurso- “queria contar por palavras suas todos esses trâmites, porque no fundo desejava ser senhora duma situação que a si mesma, mais do que a qualquer outra pessoa, dizia respeito” (JORGE, 2007, p. 13) - e se abrindo para as novas relações, haja vista a proximidade com os migrantes cabo-verdianos. Enquanto a família permanecia cultuando o imaginário hegemônico. Supomos que a personagem simboliza o desprender da nação contemporânea do fantasmagórico, que construiu a história de Portugal, a fim de se voltar para a realidade vivida. Nomear os cabo-verdianos como terceira leva foi parte do imaginário de hegemonia colonial, na contemporaneidade é preciso reconhecê-los enquanto parte ativa da história portuguesa.

Desse modo, propomos examinar o pensar na fronteira da nação portuguesa contemporânea, em que compreender a atual conjuntura implica revisitar o que se construiu do período colonial, fazer emergir as vozes que foram silenciadas e atribuir a elas o protagonismo de suas narrativas. Milene se situa na fronteira da narrativa: ela é portuguesa, porém está à margem da família: a jovem é órfã, teve pouco contato com a mãe- denominada hospedeira pelos Leandro-, que mudou quando Milene ainda era criança. Por esses motivos e pelo diagnóstico de oligofrenia, a protagonista é tratada com descaso pelos familiares, como alguém inútil. Também a condição neurológica, a configura enquanto pessoa que não conhece e nem se interessa pelas amarras sociais, ou seja, ela se distancia do sistema disciplinar. Ademais, o relacionamento de Milene e Antonino marca o estar na fronteira devido ao contato que se concretiza com o corpo do “outro”.

Para fundamentar a nossa hipótese sobre este papel da personagem, recorreremos às formulações do filósofo Giorgio Agamben (2009) acerca da conceituação de contemporâneo. No ensaio “O que é o contemporâneo?”, ele nos propõe refletir muito além do imaginário comum de pessoas vivendo em uma mesma época. Agamben postula que ser contemporâneo não é coincidir com o seu tempo e todas as pretensões dele, uma vez que aquele que condiz com sua época não pode vê-la, portanto é por meio do deslocamento e do anacronismo que o sujeito contemporâneo é capaz de perceber e apreender o tempo em que está inserido. Além disso, o filósofo chama atenção para o fato de que o contemporâneo não pode ser nostálgico, desse modo a contemporaneidade é uma relação do sujeito com o seu tempo, uma aproximação e distanciamento dele. Pode-se considerar que o contemporâneo é um posicionamento crítico que aponta as feridas de uma época e submete-se a saturá-las, um olhar para trás a fim de ver no vivido um não-vivido e assim perceber, no presente, elementos e fenômenos do passado.

Pontuamos que Milene representa um posicionamento contemporâneo no que se refere à identificação das obscuridades da nação portuguesa no tempo presente. Em *O vento assobiando nas gruas*, as atitudes dela são responsáveis por revelar os segredos e crimes de sua família. Ela detecta as mazelas do presente e a partir delas fazem emergir os silêncios, as crises e as estruturas de poder que outrora eram preservados pelo discurso normativo da memória coletiva. Para além do marco que situa a contemporaneidade da nação portuguesa, Milene, apesar da inação, é o meio pelo qual se nota a ausência de uma real ruptura com a ideologia do colonialismo.

Assim como as particularidades da protagonista, o romance também nos possibilita discutir Portugal pós-colonial, uma vez que expõe situações de conflito, violência, segregações e estereótipos que denunciam a persistência da estrutura colonialista. Supomos que a narrativa de Lídia Jorge pode se apresentar enquanto perspectiva decolonial ao questionar as condições em que se deu o fim do colonialismo português e a imagem criada dele. Neste sentido, consideramos que para Portugal a Revolução dos Cravos, marco do decolonialismo, foi vista como objeto pacífico e de interesse lusitano, o que revelou novas configurações de poder e ocultou o protagonismo e as reivindicações dos povos colonizados. Temos a hipótese de que no romance tal crítica decolonial pode ser pensada principalmente pela organização social dos personagens, expulsão dos migrantes da fábrica e por meio da violência contra o corpo de Milene, dado que esses pontos da narrativa parecem ilustrar a tentativa de anulação daqueles que destoam da comunidade imaginada.

Neste sentido, sugerimos que o romance apresenta uma abordagem do cenário e da condição portuguesa que destoam das narrativas que louvavam a nação ou objetivavam resgatar

a grandeza de Portugal. Em diversas passagens são evidentes a decadência e fragilidades que caracterizam os cenários e fatos. A antiga fábrica, que outrora fora fonte de prosperidade para os Leandro, encontrava-se desativada e “a própria inscrição frontal, *Fábrica de Conservas Leandro 1908*, já havia perdido quase todas as letras, e a uma certa distância apenas se decifrava *servas* e *908*, configurando uma espécie de sinal cabalístico inscrito na parede branca” (JORGE, 2007, p. 11).

A fábrica pode ser lida como memória de uma suposta grandeza outrora vivida. Porém, esse espaço tem em seu interior a família de migrantes cabo-verdianos, que é parte das lembranças nacionais, mas que foram constantemente silenciados em nome da imagem de unidade. O que resta da inscrição frontal pode simbolizar a necessidade de se questionar a simbólica grandiosidade. Sendo moradia dos migrantes e com um restante da inscrição frontal, a antiga fábrica nos possibilita pensar a reescrita da história da nação, em que há espaço para parte do passado, porém exige que ele seja lembrado a partir de um ponto de vista plural.

Entretanto, a fábrica torna-se uma ameaça quando deixa de ter importância para os Leandro, os quais dela só recebiam o aluguel dos cabo-verdianos, o que remete ao privilégio e interesses de uma parte na história da nação. Em acréscimo, o antigo estabelecimento foi tomado dos migrantes quando voltou a ser útil para o enriquecimento da família portuguesa, devido à venda para o grupo de holandeses. Ou seja, apesar de Milene ser o elo entre passado e a contemporaneidade, impossibilitando um retorno à tradição, por parte dos portugueses calcados no império não há estratégias de negociação. Dessa forma, as fragilidades do passado-falência e ocupação da fábrica na revolução- são ocultadas com o intuito de reacender outros sonhos, como a venda que traria prosperidade, independente do que fosse feito aos Mata que lá residiam. Refletimos que no pós-colonial a nação mira o espelho europeu, o que a distancia de repensar o passado. Logo, ao denunciar tal situação, o romance configura-se como um olhar decolonial para a realidade portuguesa, dado que se apresenta como contranarrativa de uma nação que tenta ocultar sua inferioridade nos mais diversos momentos históricos a fim de perpetuar a memória e o sonho coletivos.

Ademais, com as estratégias de negociação das memórias, que apresenta o 25 de abril como exemplo da conduta revolucionária portuguesa, há tentativa de apagamento das lutas pela libertação em África enquanto parte do processo que derrubou o colonialismo tardio. No mais, a lusofonia, por exemplo, que visa pela língua unir as ex-colônias à antiga metrópole, pode representar ameaça aos desdobramentos pós-coloniais quando considerada elemento português pacífico. Eduardo Lourenço (1999) nomeia a lusofonia como o mapa cor de rosa português que

reforça a saudade de tempos passados. A descolonização ocorre no plano histórico, porém não se efetiva no campo político, cultural e ideológico.

Neste sentido, reforçamos o posicionamento do romance como voz contemporânea que interroga a nação, porque parece haver uma narrativa do presente sendo fruto da investigação crítica do pretérito e das memórias construídas. Tal voz se efetiva tanto na condição e comportamento da protagonista Milene Leandro, como em outras partes e personagens que compõem o enredo da obra.

A partir destas colocações procuramos evidenciar que a ficção de Lídia Jorge projeta uma crítica acerca da condição e do imaginário colonial português, sem demonstrar nostalgia pelo o que o império representou. A literatura jorgeana aponta para a visão cosmopolita em que as narrativas buscam compreender a condição portuguesa por meio da alteridade e da não exigência de se ter uma nação e identidade definidas.

Para mais, no que tange ao papel do contemporâneo, faz-se relevante mencionar que a geração de escritores da qual Lídia Jorge faz parte procura romper com a ideia de que Portugal vive uma era de desenvolvimento, na descolonização e por ser membro da União Europeia, e expõe o quanto do passado ainda perpetua no presente da nação. Assim, mostrar as feridas da atualidade é um meio para se revisitar os mitos, traumas, ideais e até mesmo a violência que se passaram na constituição nacional. Desse modo, o olhar contemporâneo representa para a nação o que Ernest Renan (1997) definiu para os estudos históricos: um perigo, visto que traz a luz da investigação os erros e atos violentos omitidos pelo esquecimento, a fim de manter a hegemonia nacional.

Logo, a literatura, além de ser uma expressão cultural que comunica e manifesta a memória, também é um meio para se pensar o mundo a partir de um diálogo com o passado, o que de certa forma projeta perspectivas para o futuro. No caso de Portugal, a literatura contemporânea abre possibilidades para se pensar a nação no presente e ultrapassa fronteiras em um processo de trocas que ocorrem até mesmo em seu interior.

Neste sentido, é possível destacar que a obra de Lídia Jorge parece trazer a ideia do ser português para as problemáticas das fronteiras internas a partir de uma postura crítica diante da história há muito contada pela memória coletiva. No mais, embora seja portuguesa, a escritora tem em sua biografia uma passagem por África, o que aponta para sua vivência e postura crítica acerca da descolonização de Portugal e os impactos coloniais. Ademais, devido à condição periférica e imagem de centro, pensamos que a nação contemporânea precisa situar-se na fronteira, abrir-se para o pensamento decolonial, a fim de reformular seus pressupostos históricos e atuais. Se a decolonialidade objetiva uma ruptura com o pensamento eurocêntrico,

no caso português sugerimos a hipótese de que ela configura-se como uma possibilidade da nação revisitar sua história e memória colonial. O pensar na fronteira pode possibilitar uma crítica do vislumbre da Europa como espelho de Portugal e, principalmente, compreender o colonialismo com base em raízes históricas, econômicas e culturais, que apontam para complexos problemas de representação e de identidade no país português

Apontadas as hipóteses de que *O vento assobiando nas gruas* nos possibilita pensar o olhar contemporâneo para a nação portuguesa, adiante discutiremos como o romance pode metaforizar essa nação em que as sobras do império parecem silenciar as perspectivas críticas e de mudanças.

1.4.1 As sobras do império e a nação oligofrênica

Há em nós todos uma voz íntima que protesta em favor do passado, quando alguém o ataca: a razão pode condená-lo: o coração tenta ainda absolvê-lo. É que nada há no homem mais delicado, mais melindroso do que as ilusões: e são as nossas ilusões o que a razão critica, discutindo o passado, ofende sobretudo em nós.

Antero de Quental (2016)

A epígrafe, de Antero de Quental, que abre este tópico, presente em *Causas da decadência dos povos peninsulares nos últimos três séculos* (2016), em partes ilustra o nosso propósito de refletir a nação portuguesa contemporânea sob o ângulo da dificuldade dessa de se desprender de elementos do passado colonial e revisitar a colonização e descolonização. Sugerimos que esta nação se apresenta como oligofrênica quando evita colocar seu passado em questionamento e, assim, não reflete o presente e o futuro, ancorando-se em uma imaginária estabilidade. Hipóteses que acreditamos que sejam representadas no romance *corpus* desta pesquisa pelas atitudes da família Leandro e pela oligofrenia de Milene.

Anteriormente discutimos que a obra e sua protagonista permitem uma leitura decolonial do pensar português, considerando a ironia acerca dos novos arranjos sociais, políticos e culturais que se destacam com a Revolução dos Cravos. Porém, a suposta persistência da voz do passado e da memória colonial, pouco revisitas, parecem revelar uma nação que oscila entre as perspectivas da contemporaneidade e o desleixo com as imagens de estabilidade construídas do tempo distante. Portanto, propomos pensar as sobras do império e seus impactos na nação que se desenvolve no pós-74, tendo como campo de discussão o enredo e a construção textual do romance *O vento assobiando nas gruas*, essencialmente a oligofrenia da personagem Milene.

Sabe-se que a descolonização em Portugal se efetivou com a Revolução dos Cravos, que marcou o fim do colonialismo tardio e evidenciou as transformações na sociedade portuguesa.

Eduardo Lourenço (2001), além de atribuir ao marco o início da contemporaneidade em Portugal, comenta que tal momento teria sido ideal para examinar a irrealidade da imagem nacional. No entanto, ele aponta que a revolução foi vista apenas como mudança de cenário que não alterou o imaginário português. Ou seja, modificou-se somente parte da estrutura política, o que reforça a necessidade da autognose perpassar pelos aspectos fantasmagóricos da nação, revisitando os mitos, histórias de origem e sobretudo a memória coletiva, dado que a anulação do passado e de suas complexidades, que permeiam o presente e os tempos vindouros, ameaçam a decolonidade, impedindo sua concretização para além da mudança no plano histórico.

Baseando nessa contextualização, e considerando que anteriormente lemos Milene Leandro como o tempo presente da nação, levantamos a hipótese de que a oligofrenia da protagonista também nos permite pensar as configurações da decolonização portuguesa. Em nossa hipótese, a personagem se mostra como uma ameaça ao imaginário colonial. Ora, se ela metaforiza a nação contemporânea e destoa de sua família, essa pode ilustrar as sobras do período imperial, as marcas do imaginário hegemônico que insistem em se posicionar. Para exemplificar, consideramos que os Leandro mantinham a visão colonial sobre os cabo-verdianos: Milene “reconhecia aqueles a quem a sua família chamava de terceira leva” (JORGE, 2007, p. 52). E é pelo imaginário de superioridade e preconceito que se desenvolve a castração da jovem:

Então é assim. Vamos supor que se percebia que Milene, por exemplo, não poderia ter filhos. Era ou não era possível traçar esta bissectriz? [...] Em geral, a regra é as mulheres serem férteis e os pretos serem prolíferos. Iria haver uma ninhada de mestiços na família Leandro. [...] (JORGE, 2007, p.251).

Apesar da personagem situar-se no cenário decolonial, as sobras do império insistem em se fazer presentes e somadas à oligofrenia podem ser lidas similarmente como a oscilação da nação portuguesa no pós-colonialismo. Para tanto é válido ressaltar que, por um viés, a Revolução dos Cravos representou a ruptura com os discursos tradicionais; mas, por outro, reforçou o sonho mítico da nação, dificultando a revisitação histórica.

Nesse sentido, Eduardo Lourenço (2014) comenta que Portugal sofre de uma amnésia coletiva, como se o país quisesse esquecer uma parte significativa da história, com a qual não soube lidar, sendo o fim do período imperial. Ele salienta que “é notório que uma grande parte da nossa classe política e a opinião com ela solidária age como se o pesadelo africano tivesse terminado na manhã de 25 de abril (LOURENÇO, 2014, p. 164). Para o crítico, procurou-se o esquecimento do quanto os territórios ultramarinos foram geridos com “mão de ferro” e depois a “ferro e fogo” (p.191). Com isso, a reconstrução pós-colonial foi também permeada de colonialismo. Dessa forma, o pós-imperial foi acompanhado “das mesmas ficções, dos mesmos

fantasmas que durante tantos séculos estruturaram a existência sonâmbula do nosso colonialismo inocente” (p.212).

Portanto, acreditamos ser relevante discorrer acerca do silenciamento das lutas pela libertação e da Revolução dos Cravos, bem como dos efeitos desses silêncios na contemporaneidade, dado que a seleção do que lembrar ou esquecer interfere diretamente na consciência nacional. Dessa forma, é possível a oligofrenia de Milene ser lida como a inação portuguesa diante do colonialismo impensado, pois, em uma de nossas leituras de *O vento assobiando nas gruas*, postulamos que a oligofrenia apresenta-se como parte que dificulta o rompimento com a amnésia coletiva. A condição da protagonista é um fator que a impede de organizar seus pensamentos e se expressar diante dos fatos. Além disso, é um dos motivos que faz com que ela seja tratada com desdém pelos demais Leandro.

A fim de efetivar nossas hipóteses, julgamos ser relevante contextualizarmos tal condição da personagem. Primordial, é notório que o diagnóstico da anomalia, dado a tia e a avó da personagem, deixou ambas assustadas diante da impossibilidade de se fazer algo:

Oligofrénica. Estava escrito na ficha do médico que a observara em setenta e sete, quando tinha treze anos. O médico havia escrito primeiro *Oligo*, e depois, com letra vagarosa e deitada, como nas cartas de amor do século XIX, escrevera *frénica*, e explicara a origem grega das duas palavras a sua mãe, Regina Leandro, e a ela própria, as duas diante da secretária dum médico sem bata, que tinha dito — «Nada, não se pode fazer absolutamente nada. Apenas se deve ter uma longa paciência, tão longa quanto a sua própria vida. Mas não se inquietem, minhas senhoras, todos somos um pouco assim... (JORGE, 2007, p. 417).

Parece que a inquietação, da tia Ângela Margarida e da avó Regina Leandro, sugere a preocupação com os efeitos da oligofrenia em Milene e na estrutura da família. Ora, aquele diagnóstico poderia significar que a jovem representaria um perigo para o padrão familiar. Ou seja, Milene, a voz contemporânea da nação, possibilitaria romper com a comunidade imaginada e, conseqüentemente, com o silêncio que impede o questionamento da memória consagrada.

Incrédulos, os familiares procuraram outros especialistas que confirmaram o diagnóstico. Portanto, Ângela Margarida justificou a oligofrenia pelas circunstâncias do nascimento de Milene. A moça era filha de José Carlos Leandro e de uma mulher vista como “hospedeira”. Logo, esperava-se que de certa forma ela fugisse da normalidade dos demais membros. Para Ângela Margarida,

os filhos da paixão resultam em geral nevróticos e problemáticos, talhados para a derrota, como se o ser humano não suportasse uma origem demasiado exaltada. A sua experiência de vida dizia-lhe que os filhos do amor pacífico, ou mesmo só do aconchego do lar, se revelam completamente diferentes

daqueles que surgem como fruto duma paixão entranhada. [...] Em seu entender, os filhos do arrebatamento ficariam, por certo, feridos pela memória da sua insignificância, num processo que os marginalizava. Ela, Ângela Margarida, suspeitava pelo menos que seria assim, e até àquele momento da sua vida só tinha arrecadado provas a seu favor. E aí, surgia Milene. (JORGE, 2007, p.418).

Nesse sentido, pensamos em Milene como a nação pós-74. Seu “nascimento” se deu num contexto de mudança política efervescente: a ruptura com o império e a visibilidade de uma pátria híbrida, o que aponta para a urgência em se revisitar a história tida como oficial e a memória coletiva. Porém, para Portugal a nação pós-74 rememorava à marginalidade nacional, uma vez que reforçava a fragilidade imperial e a busca por uma honra que sustentasse a grandeza criada, gerando o possível colonialismo impensado e a ancoragem no imaginário colonial, discutidos por Eduardo Lourenço. Dessa forma, a ausência de voz e a inação- típicos da oligofrenia- configuram-se como elementos do pós-colonialismo português, aparentemente perdido em meios às transformações e as histórias há muito narradas. Assim, a oligofrenia caracteriza a amnésia da nação pós-colonial, que continua sendo criada e sustentada pela estrutura colonialista.

No romance, a anomalia de Milene se manifesta especialmente na ausência de palavras e no comportamento. Quando necessitava de explicar determinado assunto, a jovem sentia que era como “se precisasse necessariamente das palavras dos outros para poder construir a sua própria versão dos factos” (JORGE, 2007, p.13). A busca da protagonista pelas palavras dos outros pode se referir ao discurso de grandeza de Portugal construído nas colônias, enquanto a nação permanecia suspensa no tempo. Findado o colonialismo esse discurso torna-se inválido e a nação precisa revistar suas histórias, bem como a identidade coletiva, mas é impossibilitada pelas sobras do império que se expressam no lugar da voz contemporânea, que não consegue falar.

A protagonista tem excesso de pensamentos, mas poucas palavras e atitudes. Pensamos nela enquanto o reconstituir de uma nação, que tenta se equilibrar entre a memória coletiva, as demandas do presente e o desejo de um futuro promissor. Evidenciamos que esse processo apresenta-se como perigo quando as lembranças se misturam e se assemelham com o presente, bem como quando as ações são inativadas pela manifestação do passado no presente.

Quando está à procura de justificativas para o corpo da avó ter sido encontrado na entrada da antiga fábrica, Milene tem a sensação de que

Na sua memória, porém, naquela noite, os lugares do presente e do passado iriam aparecer-lhe completamente entrançados, e por isso tinha demorado muito tempo a separar aquilo que a avó ainda vestiria àquela data e o que a avó havia usado, vinte cinco anos atrás, quando Milene ainda era uma criança

de pouca idade. Difícil distinguir. Com as luzes todas abertas, os armários escancarados, tinha percorrido sem cessar os dois pisos de Villa Regina, vasculhando objectos em todas as direcções do ‘considerável espaço daquela casa. E sem dar conta, amanhecia o domingo dezassete de Agosto, pois de repente, no meio de tanta gaveta aberta, já era outro dia. Não fazia mal. Depois dessa azáfama, Milene iria poder escolher o mais necessário. Mas quanto às palavras para explicar o sucedido, não as tinha. (JORGE, 2007, p. 21).

Embora a personagem seja a responsável por ditar os rumos de um fato tão importante- a morte da avó-, ela se sente perdida em meio a mudança drástica e repentina. Com base nisso, a nação que se desponta com o fim do império parece não contar com todos os recursos necessários para se reconstruir e, por isso, recorre às palavras dos outros para validar seus posicionamentos.

No romance, a busca por reconstruir as narrativas se mostra quando Milene tenta criar explicações para a morte da avó. Mentalmente, ela tem diversas frases formuladas, no entanto na prática não consegue proferi-las. Assim como a ideia de supremacia lusitana que não se firma com a descolonização, o discurso da personagem só se efetiva no plano imaginário. Desse modo, a oligofrenia, em nossa hipótese, apresenta-se como metáfora da história de Portugal, na medida em que o contemporâneo não consegue se pronunciar diante da imaginação de centro.

Simbolicamente, em *O vento assobiando nas ruínas*, as novas narrativas não são construídas pela alteridade, pois os tios de Milene acreditam ter domínio sobre ela. Apesar de a jovem buscar na antiga fábrica- lar dos cabo-verdianos- a explicação dos fatos e construir laços afetivos com os Mata, a família Leandro viola o corpo de Milene e rompe com qualquer possibilidade de semelhança com os migrantes, como quando os retira da fábrica deslocando-os para o periférico Bairro dos Espelhos.

Ademais, consideramos que se no colonialismo a nação refletia a dualidade centro e periferia; no pós-colonialismo a imagem colonial e a condição periférica se sobressaem: a nação tem dificuldades para lidar com a revisão histórica e com o processo de diferenciação que se desdobra em suas fronteiras internas.

Dessa forma, a tentativa de decolonização da cultura nacional aponta para a existência de uma nação oligofrênica e acreditamos que o enredo de *O vento assobiando nas ruínas* possibilita pensar tal condição. O livro começa com a investigação como busca pelas palavras para justificar a morte de uma mulher e termina com a ausência de palavras e de esclarecimentos sobre a violência que tornou um corpo estéril. Em meio a todo processo de contato e diferenciação, a estrutura nacional insiste em permanecer a mesma. A morte de Regina Leandro, ponte para o contato entre o casal Milene e Antonino e efetivo encontro das famílias e culturas, não simboliza de fato a aceitação da troca de ambos os lados. Pensamos que o mecanismo

colonial não morre com a matriarca. O fim de um sistema, o passar da Villa Regina para Milene, não significa o fim de seu funcionamento. Ou seja, as memórias não são renegociadas e a nação contemporânea ainda se mostra impotente diante das sobras do império.

A partir das observações feitas, consideramos necessário retornarmos e contextualizar que as problemáticas da ausência de revisitação da memória colonial e os desdobramentos da decolonização ancoram-se nos silêncios criados das lutas pela libertação e da Revolução dos Cravos como marco de ruptura. Nesse sentido, faz-se preciso pontuar que a censura do Estado Novo, regime político que antecedeu à Revolução, manipulava as informações sobre as lutas, a fim de usá-la como propaganda para criar o sentimento de orgulho em defender a pátria. Nesse âmbito, as memórias das lutas pela libertação, em meio ao trauma da violência, são perturbadas pela dificuldade em revisitar o passado.

Sara Felipa Oliveira Duarte (2019) salienta que com a Revolução dos Cravos, descolonização em África e conseqüente fim do Estado Novo- que apoiava a guerra colonial como forma de manter o império- as lutas tornaram tabus, dado que a queda da ditadura partiu dos militares e da conjuntura da guerra colonial. Portanto, a resistência em refletir sobre esta temática é consequência da censura do Estado Novo, que fez com que parte da sociedade portuguesa estivesse alheia aos acontecimentos. Tal censura também reforçou a narrativa lusotropicalista.

Ademais, a pesquisadora comenta que o silenciamento relativo às lutas pela libertação e fim da ditadura trata de uma amnésia coletiva a favor do pacto social que zela pelo esquecimento de determinado fato que pode vir a desestabilizar a consciência nacional. Portanto, tal silêncio configura-se como perigo para a nação contemporânea, que deixa de visitar os traumas.

Em *O vento assobiando nas gruas*, o silêncio guarda o crime contra o corpo de Milene com o intuito de manter a hegemonia. A nação parece tornar-se oligofrênica quando não põe suas memórias em questionamento, até mesmo por desconhecê-las (a protagonista não sabe que sofreu uma histerectomia), correndo o risco de esquecer parte da sua história para manter a unidade. Apesar de revelar a presença de elementos coloniais no pós-colonialismo, essa nação ainda permanece sem ação diante do que é exposto, pois desconhece e silencia parte fundamental da sua formação. Além de não saber da violência contra si, Milene desejava não lembrar e falar de coisas ruins.

Ela a rir — «Não, não, nunca vamos falar da dor. Pois para quê falar nisso? É assim, o Antonino não fala da dor, eu não falo da dor, então é como se essa coisa fedorenta não existisse... » — disse ela, assoando-se outra vez, ruidosamente, sentindo-se alguém no meio de um mundo terrestre onde não

se via dor. A dor deveria existir, em algum esconderijo húmido ou atrás duma ruga de areia, mas não se via. E se não se via nem se apalpava, não existia. Correcto? (JORGE, 2007, p. 283).

Consideramos que a decisão da personagem em ignorar as situações dolorosas pode remeter ao desejo de uma nação de construir seu presente e futuro sem revisitar as violências passadas, o que colabora para o perpetuar da unidade. Portanto, mesmo Milene simbolizando o contemporâneo, sua oligofrenia denuncia uma fraqueza frente à comunidade imaginada: ela ignora parte das histórias vivenciadas e

Não sabia o que era o mal, sabia o que fazia mal. Do mal conhecia os seus efeitos, não as suas raízes. Ainda que não o pudesse dizer. Pois, se sentia isso, não tinha palavras. Se tinha palavras, pensava numa outra coisa, não sentia isso. O que ela queria era ser lúcida, que a sua cabeça estivesse iluminada de ponta a ponta, ligada à claridade e à inteligência, mas sabia que não era assim. Dentro da sua cabeça, como numa pista de carros de feira, os néons apagavam-se e acendiam-se, fazendo intervalos, encobrendo zonas à vez, criando crateras de insignificância viradas contra a luz. Quando essas se iluminavam, logo outras mergulhavam na escuridão. O cérebro feito para nunca abarcar a totalidade. Que palavras para dizer isso?

Em nossa leitura, a oligofrenia se apresenta como metáfora da problemática de uma nação que conhece seu tempo presente, porém não sabe de parte das raízes pretéritas que ecoam na contemporaneidade. Ou seja, há o impedimento de se revisitar a memória coletiva, uma vez que essas foram constantemente manipuladas.

Entretanto, em meio as mesclas de luz e escuridão, silêncios e lembranças que vem à tona, no que tange às memórias das lutas pela libertação e Revolução dos Cravos, é preciso considerar seus impactos muito evidentes na sociedade portuguesa. Há um excesso de memória que comprova a necessidade de indagar a história e seus silêncios.

Portanto, embora a oligofrenia seja um empecilho para a resistência, devido à pressão familiar que a controla, ela também é o meio que constantemente deixa a família em alerta, porque as atitudes de Milene são imprevisíveis. Ela surpreende os Leandro quando decide casar com Antonino, mesmo sabendo da insatisfação da família, assusta quando tem a sensação de que havia deixado algo para trás na clínica- ao sofrer a histerectomia- e ao se mostrar independente dos tios em diversas situações.

No entanto, as sobras do império insistem em silenciar a nação contemporânea. No romance, essa hipótese se concretiza na violência contra Milene. Logo, o crime contra a protagonista sugere a anulação de uma possível pós-memória que evidenciaria as marcas do passado e revelaria os traumas vivenciados por Antonino e Milene e, conseqüentemente, apontaria para novas reflexões sobre a história da nação. Conforme aponta Hirsch (2012), o conceito de pós-memória designa a relação que uma geração posterior possui com o trauma

peçoal, coletivo e cultural das gerações anteriores, de eventos que aconteceram no passado, mas que têm efeitos no presente. A pós-memória possibilita, pelo distanciamento da experiência vivida, uma crítica imparcial e diversas reflexões.

Pensamos que a oligofrenia de Milene, e conseqüentemente da nação pós-74, se dá em virtude dessa ainda estar a viver as mudanças- oriundas da Revolução dos Cravos- tão somente no sonho mítico de construir um novo país. Não há o exercício da pós-memória do colonialismo na descolonização, visto que se objetiva recomeçar e reconstituir a nação ignorando parte das vivências. Com Antonino, Milene sente-se despreendendo dos tios e criando sua trajetória, mas nesse processo esquece que o poder e o controle dos familiares permanecem. Assim, lidando mal com o passado, essa nação beira o esquecimento ao não ter interesse em expor memórias de traumas recentes e antigos. Mas é evidente que o contato com os cabo-verdianos, especificamente com Antonino, constantemente trará lembranças das amarras do passado colonial, bem como das mudanças trazidas pela Revolução. Dessa forma, no próximo capítulo nos centraremos em discutir o corpo de Milene e seu contato com Antonino como metáfora da nação portuguesa contemporânea enquanto impossibilidade de retorno à comunidade imaginada.

CAPÍTULO II- O CORPO NAÇÃO

Nesta dissertação, o corpo de Milene Leandro é um importante objeto de estudo, afinal intentamos pensá-lo como metáfora da nação portuguesa. No capítulo anterior, expomos fundamentos e hipóteses que permeiam esta nação na conjuntura decolonial, discutimos a possibilidade de leitura do romance, de Lídia Jorge, e de sua protagonista enquanto elementos que questionam a comunidade imaginada. Ademais, sugerimos que a condição neurológica de Milene pode representar uma nação que lida mal com o passado e conseqüentemente se perde no tempo presente. Adiante, buscaremos ampliar nossa discussão sobre o construto nacional a partir do corpo mutilado da jovem e do contato entre os corpos dela e de Antonino Mata-migrante cabo-verdiano. Temos a hipótese de que esses elementos podem simbolizar a construção de uma memória nacional não homogênea.

Embora no texto já tenhamos feito referências constantes à metáfora, consideramos pertinente contextualizarmos o uso dessa figura de linguagem como transposição de sentido, dado que o nosso propósito é relacionar nação e corpo. Ou seja, assim como a nação situa o indivíduo nos âmbitos culturais, políticos e até identitários, o corpo marca seu espaço no

mundo. Com isso, reforçamos que o conceito de metáfora⁴ é amplamente discutido pelos estudos de linguagens e suas origens remetem à abordagem clássica de Aristóteles. Sobre isso, Márcia Cançado (2005) afirma que “a metáfora é vista como um instrumento retórico usado, algumas vezes, para se obter determinados efeitos de sentido” (CANÇADO, 2005, p. 100).

O uso que faremos da metáfora dialoga com a análise de Walter Benjamin acerca da ideia de símbolo e alegoria. Benjamin (2011), ao abordar as manifestações artísticas, reflete que símbolo e alegoria expressam significados, porém de modo distinto. O símbolo tem um entendimento explícito, enquanto a alegoria requer um esforço interpretativo. Dessa forma, nosso entendimento de metáfora aproxima-se da interpretação alegórica, visto que julgamos que o corpo comunica e pretendemos discutir os possíveis significados da parte mutilada da personagem- o útero- como elemento que pode representar o imaginário nacional português.

Nesse sentido, refletimos o corpo enquanto componente alegórico que permite uma leitura sobre nação. Sabe-se que para o culto às nações, os símbolos (como hino e bandeira) e a figura do herói têm importante papel, uma vez que participam da construção da comunidade imaginada e essa, por sua vez, gera, provoca e reforça o sentimento do nacionalismo. Porém, no contexto contemporâneo, imaginamos que a protagonista reflete a “não heroína” e seu corpo violado rompe com a fronteira do nacional. A partir disso, consideramos que a narrativa de *O vento assobiando nas gruas* tem sentidos que nos permite dialogar com a ideia descentralizada de nação. Entretanto, antes de aprofundarmos nas discussões destas hipóteses, julgamos necessária a apresentação de uma pequena e seletiva abordagem teórica sobre o corpo.

2.1 Histórias do corpo

Pensar o corpo como metáfora da nação implica compreendê-lo para além dos aspectos biológicos, sendo preciso considerá-lo nos campos sociais, políticos, de poder, dentre outros. Sabe-se que os múltiplos olhares sobre corpo são repletos de alegorias, tabus e curiosidades.

⁴ Em “E-Dicionário de termos literários”, Carlos Ceia apresenta a seguinte definição de metáfora: “Figura de estilo que possibilita a expressão de sentimentos, emoções e ideias de modo imaginativo e inovador por meio de uma associação de semelhança implícita entre dois elementos. [...] a formação da metáfora implica necessariamente um desvio do sentido literal da palavra para o seu sentido livre; uma transposição do sentido de uma determinada palavra para outra, cujo sentido originariamente não lhe pertencia. Ao leitor é exigido no processo interpretativo uma rejeição prévia do sentido primeiro da palavra, para a apreensão de outro (s) sentido (s) sugerido (s) pela mesma e clarificada pelo contexto, na qual se insere”.

METÁFORA. In: *E-Dicionário de termos literários*, 2010. Disponível em: <http://edtl.fch.unl.pt/encyclopedia/metafora/>. Acesso em dezembro de 2022.

Também, por questões culturais, religiosas, estéticas ou científicas o corpo desde sempre foi objeto de estudo de muitas áreas do conhecimento.

Destarte, é nítida a importância do corpo na história e filosofia das ciências. Para ilustrar, apresentamos que na Grécia antiga, por exemplo, Sócrates, Platão e Aristóteles já discutiam questões relacionadas ao corpo. O primeiro tinha o posicionamento de que o corpo era tão relevante quanto a alma para a integração do homem no mundo. O segundo salientava que se corpo e mente não estivessem integrados, o mundo sensível podia distorcer das essências imutáveis e eternas. Aristóteles, por sua vez, postulava que as ações humanas dependiam do corpo e da alma unidos num processo conjunto de realização. Tais concepções sobre o corpo, no Ocidente, foram sustentadas até a Idade Média, quando a igreja passou a desvalorizar o corpo sexuado, atribuindo a ele o pecado. Assim, o corpo foi controlado por severas práticas religiosas.

Diante da amplitude de mudanças de pontos de vista sobre o corpo, conforme contextos e culturas, consideramos ser indispensável apresentar o trajeto teórico que temos consultado sobre ele. Nos três volumes de *História do corpo* (2008), dirigidos por Alain Corbin, Jean-Jacques Courtine e Georges Vigarello, e divididos em *Da Renascença às Luzes*, *Da Revolução Francesa à Primeira Guerra Mundial* e *As mutações do olhar: o século XX*, buscamos conhecer distintas visões do corpo em diferentes épocas, bem como a evolução das pesquisas neste campo, principalmente no mundo ocidental. No decorrer dos volumes são debatidos os processos que levaram às mudanças de perspectivas sobre o corpo e como tais reflexões são marcadas por um conflito entre a esfera do controle e da norma e a esfera singular dos desejos e das paixões. Discute-se reprodução, morte, o controle dos corpos pela religião, a vigilância dos mesmos a partir das noções de público e privado, a sexualidade e o culto ao esforço do corpo, como em práticas esportivas, e à beleza.

Em *História do corpo* (2008), aponta-se o Renascimento como o período de origem do corpo moderno, pois se iniciaram as abordagens científicas e neste contexto ele ganhou presença carnal e beleza. Com o Renascimento, a valorização da racionalidade trouxe novas concepções sobre o corpo. No século XVII, Descartes apontou a separação entre corpo e alma, sendo o primeiro visto como elemento que obedece às leis naturais. Desse modo, as emoções e sexualidade, consideradas pecaminosas na Idade Média, foram incorporadas à sociedade. O pesquisador Paulo Nuno Martins (2017) comenta que o florescimento científico dessa época, além de ter sido importante para a libertação do corpo, fomentou maior liberdade para as atividades comerciais da burguesia, que inclusive buscavam atender aos padrões estéticos

daquele período. Reforçamos, portanto, que frequentemente crenças, rituais e visões sobre o corpo são criados e moldados em função de disputas e interesses de poder.

Ademais, os volumes da obra contextualizam que foi no século XIX, principalmente na França, que a temática do corpo ganhou espaço no domínio das ciências humanas, deixando de ser objeto de estudo apenas da Medicina e Biologia. Desde então, diferentes estudiosos vêm discutindo como a diversidade cultural e de contexto interferem na criação, recriação e comportamento dos corpos. Assim, o corpo passou a ser visto como uma construção simbólica e não apenas uma realidade finita e natural.

Em acréscimo, embora as pinturas no corpo já se fizessem presentes com os povos originários, o século XX é apontado como o momento que consagrou as intervenções estéticas no corpo. Dessa forma, desenvolve-se a relação entre técnica e corpo e ele passa a ser cultuado pela beleza e prazer. Porém, o mesmo contexto, devido aos genocídios, elaborou as ideias de corpos de resistência e corpo como moeda de troca política entre os países. Ainda é preciso destacar que a partir do século XX, até a contemporaneidade, o corpo humano tornou-se mais evidente devido às novas tecnologias, principalmente por meio do *marketing*, estilo de vida e intervenções estéticas em prol do ideal de beleza, sendo, portanto, o corpo um produto comercializado.

Outrossim, a invisibilidade dos corpos de pessoas com deficiência, pobres, negros e mulheres nos estudos e registros são pontos discutidos nos volumes de *História do corpo*. Os corpos deficientes, por exemplo, eram vistos como maléficos e monstruosos, como se fossem fruto de castigo e não pertencentes à humanidade. Já no século XX, esses passaram a ser olhados com piedade. No que tange à representação do feminino, sustenta-se que o desenvolvimento dos estudos na anatomia foi responsável por marcar uma hierarquia entre o masculino e o feminino, devido à pouca atenção dada ao corpo da mulher, o que levou ao caráter precário e tabus acerca dele.

No campo político, o corpo também teve destaque, embora direcionado apenas àqueles que detém o poder e a imagem de perfeição, pois se atribuiu ao corpo do rei o significado de representação do Estado, como se fosse a cabeça que sustentava os demais segmentos sociais. Dessa forma, o rei tem dois corpos: o físico e o místico, que simboliza a própria história do Estado e o torna imortal. Posteriormente, associaremos este imaginário ao corpo da protagonista para discutir a nação contemporânea.

No decorrer da história, o corpo teve suas possibilidades enquanto manifestação artística ampliadas: além da fotografia e pintura, a nudez se destacou, uma vez que o nu simbolizava as verdades e sentimentos da alma humana. E a arte inseriu a caricatura como cópia do corpo, o

que rompeu com a estética do belo e deu vida aos corpos tidos como “não perfeitos”. Depois, as tatuagens, cicatrizes e outras marcas passaram a fazer parte da identidade e memória dos sujeitos, assim o corpo configura-se como elemento de escrita.

Em suma, de símbolo de pecado ao culto da beleza, “perfeito” ou mutilado, moldado pela estética, sadio ou doente, o corpo desde então tem sido objeto de curiosidade. Neste sentido, a partir das discussões levantadas nos volumes de *História do corpo* (2003), o consideraremos como algo que comunica e se configura para os indivíduos como uma comunidade de sentidos, sendo lugar de referência no qual se traduzem os efeitos da política, sociedade e cultura que afetam as individualidades. Como receptáculo da cultura, cada época aponta valores e regras sobre o corpo, mas ele se faz presente em todos os contextos, uma vez que é o universo do homem no mundo.

Aprofundamos nosso olhar sobre a dimensão do corpo com algumas ideias discutidas por David Le Breton, em *Antropologia do corpo e modernidade* (2011). O teórico aponta que embora pareça evidente, o corpo é inapreensível, porque é efeito de uma construção social e cultural, mas também é responsável por identificar o homem, dar-lhe um rosto, conferir-lhe existência. Ele postula que o corpo é objeto de análise de grande alcance para uma melhor apreensão do presente, mesmo ainda sendo um mistério aos olhos dos homens. Em outras obras como *Adeus ao corpo* (2003) e *Sociologia do corpo* (2007), David Le Breton, consoante ao percurso diacrônico de *História do corpo*, aponta a estrutura corporal como vetor semântico pelo qual a relação do homem com o mundo é construída. Assim, do corpo nascem e se propagam as significações que fundamentam a existência social e coletiva.

Logo, é preciso mensurar que algumas das histórias do corpo são sinalizadas por situações que o definiram desde prisão da alma, como pudor, fonte de sacrifícios e de culto, até objeto de prazer e liberdade. Porém, estas elucidações não são cronológicas, uma vez que os panoramas sobre o corpo mudam conforme costumes e visões de uma época e de um povo. E em todas elas, de certa forma, o controle dos corpos se faz presente, dado que conforme aponta Peter Pál Pelbart, em sua obra *Vida capital- Ensaios de biopolítica* (2003), em toda sociedade o corpo esteve preso no interior de poderes que impõem a ele limitações e proibições. Em consonâncias, tais normas estabelecem a compreensão binária da corporeidade humana, o que inclusive naturaliza a dominação de um grupo sobre outro: de um lado os considerados sadios, belos; de outro, os vistos como feios, doentes.

Em Michel Foucault, refletiremos acerca dos corpos controlados e da ideia de corpo dócil para pensar a violência em que Milene Leandro, de *O vento assobiando nas gruas*, foi submetida. Segundo Foucault,

É dócil um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado. [...] Nesses esquemas de docilidade, em que o século XVIII teve tanto interesse, o que há de tão novo? Não é a primeira vez, certamente, que o corpo é objeto de investimentos tão imperiosos e urgentes; em qualquer sociedade, o corpo está preso no interior de poderes muito apertados, que lhe impõem limitações, proibições ou obrigações (FOUCAULT, 1999, s.p.).

Para mais, pretendemos um olhar para o corpo, fabricado e educado para o social, como um campo conflituoso, lugar de convergências e disputas, principalmente pela mutilação de Milene, uma vez que a insere em um novo contexto e simboliza uma batalha entre a tentativa de perpetuar o passado e o desejo de vislumbrar uma nova nação. Diante disso, a seguir iremos abordar a metáfora do corpo político e aprofundaremos a discussão acerca do controle sobre os corpos, visto que no romance *corpus* de nossa pesquisa o corpo de Milene, devido à mutilação, foge do ideal de perfeito esperado do corpo nação.

2.2 O corpo político e suas simbologias

Cor.po

[...]

1.a. Geografia do posicionar-se. Áreas com fronteiras definidas; porção de espaço a sonhar com dicionários.

Ricardo Domeneck

Feitas algumas considerações a respeito de determinadas perspectivas sobre o corpo no Ocidente, neste tópico debateremos a ideia de corpo político, dado que objetivamos pensar o corpo mutilado de Milene como metáfora da nação portuguesa contemporânea. Desta maneira, formulamos a hipótese de que esse corpo metaforiza a contranarrativa da nação, haja vista que ele não corresponde ao ideal de perfeição. Além disso, considerando o controle sobre o corpo feminino, bem como a violência sofrida pela protagonista, discutiremos o corpo político enquanto espaço permeado por relações de poder, as quais em nosso estudo se referem principalmente à insistência nas práticas e memórias colonialistas no contexto decolonial.

A priori, pontuaremos concepções referentes à metáfora do corpo político. É preciso ressaltar que essa expressão pode conotar tanto analogia aos regimes políticos e representações estatais- conforme trataremos adiante sobre o corpo do rei na monarquia e da mulher na república-, quanto se referir aos corpos de resistência, que se desvinculam da chamada normatividade, seja de gênero, etnia, padrão estético ou de comportamento, entre outros. Nisso, pensamos em qualquer corpo como político, visto que podem sofrer algum tipo de repressão. Assim, para nossa pesquisa tentaremos estabelecer um diálogo entre o corpo como metáfora da nação e enquanto meio de oposição aos poderes que o oprimem.

Para tanto, de início, ponderamos a ideia do corpo humano representando de modo simbólico a entidade corporativa nação. No Renascimento, por exemplo, estabeleciam-se relações entre as doenças do corpo físico e suas equivalências na conjuntura política. Com base nessa analogia, os membros de um país são unificados como grupo, ou seja o corpo político sustenta e organiza a comunidade imaginada. Tal formulação já denota a ideia de homogeneidade e hierarquia no composto nacional, também nos leva a refletir acerca do silenciamento de memórias e narrativas em prol da construção simbólica de unidade. Portanto, a metáfora do corpo político, nesse âmbito, reforça a necessidade dos corpos de resistência, visto que demonstra o corpo político enquanto um corpo com fronteiras bem delimitadas pelas normas de poder.

O pesquisador Delmo Mattos da Silva, no artigo “Democracia e corpo político em Hobbes: uma leitura do *Elements of Law*” (2021), apresenta a ideia de corpo político em Hobbes. Segundo ele, para o filósofo, a formação do corpo político se dá pelo ato de suprimir da multidão em favor da coletividade. Assim, convertem-se as vontades particulares- as quais são marcadas por desacordos- em vontades únicas por meio de acordos, “uma multidão de homens reunidos em uma só pessoa, por meio de um poder comum, para a paz, defesa e benefício comum” (HOBBS, 2010, p. 100).

Nota-se que a concepção hobbesiana de corpo político se estrutura a partir da relevante figura do representante de um povo, que detém o poder para estabelecer a dinâmica de aprazimentos. Conforme aponta Silva, o corpo político de Hobbes se forma na sujeição de vontades ao poder dos outros com o intuito de obter segurança. Ele salienta que o filósofo, em crítica à democracia, apontava tal estrutura do corpo político como incoerente, porque a ideia de união, necessária para o funcionamento desse corpo, era falsa aparência. Consideramos relevante a formulação de Hobbes sobre corpo político para nosso estudo, porque discutiremos o corpo da mulher como metáfora da nação, portanto pensaremos a vontade da comunidade imaginada nesse corpo.

Na obra multidisciplinar *Dicionário do corpo* (2012), organizada por Michela Marzano, nos deparamos com a analogia do corpo como meio para descrever as relações políticas. No verbete “Corpo político”, de autoria de Diane Lamoureux, aponta-se que esta relação vem desde estudos de filósofos como Aristóteles, que usou o corpo para metaforizar a unidade constituinte das cidades. Mas, nesse sentido, a visão do corpo como uma imagem idealizada tinha como parâmetro o masculino, o que nos remete à inscrição de fatores sociais e históricos na estrutura corporal. Dessa forma, sendo real ou símbolo, o corpo é um espaço de inscrição do poder.

Tal consideração nos direciona ao corpo simbólico do rei que fora indispensável para consolidar a ideia de soberania. Diane Lamoureux, em referência à obra do historiador Ernst Kantorowicz⁵, comenta acerca da simbologia dos dois corpos do rei: um físico, sujeito à mortalidade, e outro simbólico, que se confunde com Estado. A pesquisadora reforça que a atribuição aos dois corpos dos monarcas surgiu devido à representação da igreja como corpo místico de Cristo. Assim, o Estado visava construir-se como entidade, desfazendo de uma vida própria para se constituir em personalidade que pudesse ser representado.

No verbete “Corpo do Rei”, de autoria de Isabella Lazzarini, há ponderações da metáfora do corpo do rei como modelo de soberania e de Estado, assim como ressalta-se a relevância das atribuições ao corpo natural do rei. Ou seja, era indispensável que o monarca tivesse virtudes físicas que sustentassem sua autoridade, embora as espirituais se sobressaíssem para o efetivo exercício do poder real, uma vez que essas anulavam o físico caso o rei adoecesse, por exemplo, ou fosse criança. Contudo, é imprescindível mencionar que a figura do rei representava a expressão máxima do corpo político do Estado.

Em *Leviatã*, no século XVII, Thomas Hobbes apresentou o Estado como um corpo em que o rei representava a cabeça. Tal destaque se justificava pela potente força do soberano em unir a coletividade, ou seja o rei era o elemento central, responsável por articular e sustentar a sobrevivência da estrutura e de seu povo. Diante disso, consideramos que o corpo físico do monarca precisava se aproximar da ideia de corpo perfeito, para atender às necessidades coletivas, e a metáfora do rei como cabeça do Estado sustentava sua supremacia e poder, perspectiva com a qual pretendemos dialogar ao discutir a simbologia do corpo feminino na república.

Ainda sobre o verbete “Corpo político”, a autora aponta que mesmo com o fim das monarquias a metáfora do corpo continuou essencial à soberania. As ideias de liberdade e igualdade, associadas à democracia, deceparam o corpo político do rei e conseqüentemente reorganizaram a estrutura do Estado democrático, em que todos, assegurados por um representante, passaram a simbolizar o novo corpo político. Ainda é relevante mencionar que o término das monarquias permitiu que fosse dado ao corpo feminino parte das representações políticas, no entanto ele ainda foi controlado e recebeu apenas as atribuições maternas:

⁵ O livro do historiador Kantorowicz, publicado originalmente em 1957, discute a dupla imagem dos monarcas medievais: o corpo físico- natural- e o corpo político- possuidor da legitimidade e que distingue o rei dos demais homens.

KANTOROWICZ, E. H. *Os dois corpos do Rei: um estudo sobre teoria política medieval*. Tradução de Cid Knipel Moreira. São Paulo, Companhia das Letras, 2000.

reproduzir e zelar pelo bem coletivo. Neste sentido, buscaremos evidenciar a ideia da mulher como símbolo do regime republicano.

Neste contexto, foca-se nas virtudes ou valores que se esperam do comportamento feminino para designar os ideais republicanos e não necessariamente no corpo da mulher, ao contrário do corpo masculino do rei. Para contextualizar tal premissa, traçaremos um pequeno esboço das atribuições dadas à mulher na república e nesse processo dialogaremos com estudos acerca da teoria positivista. É preciso relembrar também que com o fim das monarquias, em diversos países, fez-se preciso atribuir outras simbologias para os novos ideais de liberdade, igualdade e república. Na França, por exemplo, com a Revolução Francesa no fim do século XVIII, a figura feminina foi o elemento utilizado para representar o novo contexto. Em Portugal, um dos símbolos da república, implantada em 1910, era um busto feminino inspirado na pintura “A Liberdade guiando o povo” (1830), do francês Eugène Delacroix.

Conforme já mencionado, a sustentação da imagem feminina na república se deu devido ao Positivismo, corrente filosófica do século XIX idealizada por Augusto Comte, que defendia a necessidade do homem progredir com base na ciência e não nos valores espirituais. Comte propôs um plano de regeneração social em que a mulher era a provedora e protetora da humanidade, bem como capaz de corrigir os exageros da racionalidade moderna. José Murilo de Carvalho, em *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil* (1990), comenta a postura positivista:

O uso da alegoria feminina se baseava em um sistema de interpretação do mundo do qual a república era apenas parte, embora importante. Na escala dos valores positivistas, em primeiro lugar vinha a humanidade, seguida pela pátria e pela família. A república era a forma ideal de organização da pátria. A mulher representava idealmente a humanidade. Comte julgava que somente o altruísmo (palavra por ele criada) poderia fornecer a base para a convivência social na nova sociedade sem Deus. A mulher era quem melhor representava esse sentimento, daí ser ela o símbolo ideal para a humanidade. O símbolo perfeito seria a mãe-íris, por sugerir uma humanidade capaz de reproduzir sem a interferência externa (CARVALHO, 1990, p. 81).

Regina Célia Lima Caleiro (2002), no artigo “O positivismo e o papel das mulheres na ordem republicana”, aponta que o caráter conservador deste pensamento considerava a mulher importante educadora, o que fomentou inclusive a necessidade de educar o público feminino. Também associavam às mulheres a missão de inspirar o marido e filhos para serem homens honrados. A corrente positivista marcava, portanto, a diferença misógina entre mulheres e homens, porque à mulher cabia o papel de reproduzir e cuidar. Ademais, segundo Caleiro, os positivistas republicanos propagaram a ideia do altruísmo feminino com base no “amor para com os seus iguais, o amor para com os que lhe fossem superiores e a veneração e o amor para

com todos que dependessem de sua bondade. Quanto ao instinto sexual feminino, consideravam-no quase inexistente” (CALEIRO, 2002, p. 3).

De acordo com Maria Ângela de Araújo Resende (2007), "para Comte, a pátria perfeita deveria ter como característica os dons femininos do sentimento e do amor. A boa pátria deveria ser a mátria” (RESENDE, 2007, p.113). A figura simbólica da mulher como mãe, paciente e trabalhadora tinha como função atuar sobre a família, construindo laços de solidariedade que atingissem toda a comunidade nacional. Diante disso, nota-se que é designada à mulher a função de formar as futuras lideranças do país, guardando as tradições. Cabe a ela atuações no meio doméstico e na família, atitudes passivas social e politicamente, não alterando o estatuto do patriarcalismo. Salientamos que os papéis reprodutivo e passivo designados à mulher parecem relacionar com a subordinação do regime monárquico, com o desejo de hegemonia e apreço a certos elementos que são indispensáveis para a permanência da comunidade imaginada. Pode-se considerar que os costumes das pátrias que nasciam continuavam representados com base no modelo antigo, ou seja o corpo político é construído e moldado por interesses de poder.

Diante das exemplificações acerca do corpo político como elemento para representar os regimes estatais, consideramos relevante mencionar que as construções do corpo nesse âmbito também são permeadas por determinações de poder. No entanto, no verbete “Corpo político”, de *Dicionário do Corpo* (2012), comenta-se que com o avanço das teorias pós-modernas o poder se tornou líquido fazendo com que os corpos se dissolvessem pela presença das migrações e do cosmopolitismo. Neste âmbito, o corpo político pode ser uma ferramenta de contraste ao poder e tradição concebidos.

Reforçamos que a metáfora do corpo político nos interessa para pensar as fronteiras da comunidade imaginada, haja vista que o controle sobre o corpo e suas alegorias pode representar o ideal de nação. Nesse sentido, salientamos o papel do corpo enquanto meio de resistência, dado que por ele passam as narrativas e os silêncios de uma nação. Para nosso estudo, o corpo mutilado de Milene e seu contato com Antonino- migrante cabo-verdiano- permitem pensar a nação portuguesa decolonial, que tem seu corpo político formado no pós Revolução dos Cravos, cenário em que há contraste entre a memória coletiva e a necessidade de se pensar a descentralidade da nação.

Diante do exposto, acerca dos corpos políticos enquanto resistência, pensamos no corpo feminino. Na representatividade da monarquia, pelo corpo do rei, e república- figura da mulher- é notória a interferência do gênero, que constantemente direciona às mulheres para as margens. Desse modo, o corpo feminino ocupa a fronteira do corpo político: a ele cabe obedecer e seguir às demandas para que se mantenha a ordem social. Conforme discute Adelaine LaGuardia

Resende, em “A mulher e o sonho da nação: Políticas de gênero em *O Mentor das Brasileiras*” (2007), as mulheres são coadjuvantes no processo de desenvolvimento da nação, também o controle da sexualidade feminina constitui parte da engrenagem nacional. Para Resende, a marginalidade feminina no sistema político reafirma a centralidade da nação, sendo essa considerada enquanto mulher que precisa ser respeitada e protegida por meio da intensa preocupação com a conduta sexual feminina.

Com a finalidade de embasar nossa análise acerca do controle do corpo de Milene e dos migrantes cabo-verdianos, em *O vento assobiando nas ruas*, no cenário da nação portuguesa pós-74, achamos relevante discutir a política de controle sobre os corpos. Nesse sentido, consideramos o corpo da protagonista como resistência diante do sistema colonial. Entretanto, a mutilação em seu corpo reforça a presença de uma estrutura de poder que seleciona e determina a organização do corpo político na tentativa de aniquilar as novas perspectivas.

2.2.1 O corpo e suas fronteiras: corpos controlados e violados

Até agora o percurso deste trabalho voltou-se para o apontamento de algumas considerações sobre o corpo e suas simbologias no campo político. Em síntese, o corpo situa o ser humano no mundo e é também entidade coletiva, sujeito às transformações sociais, culturais e de outras normas. Por ser objeto de estudo em diversos campos do saber, do corpo são feitas inúmeras leituras e analogias.

No campo político, conforme discutido, o corpo pode ilustrar desde estruturas do sistema, bem como o meio que rompe com paradigmas preestabelecidos, sendo os corpos de resistência. Reforçamos que para nossa pesquisa, consideramos o corpo político da nação decolonial, em que o corpo feminino e o contato entre corpos distintos sugerem a impossibilidade de retorno à comunidade imaginada. Porém, é indispensável lembrar que muitos são os controles sobre o corpo, mesmo em um contexto em que o poder se torna fluido, nesse sentido faz-se preciso discutir os mecanismos que violam os corpos, marcam suas fronteiras, assim como quais são os corpos mais suscetíveis ao controle.

A priori, pretendemos apontar alguns aspectos que determinam as relações de poder. Em *Microfísica do poder* (2000), o filósofo Michel Foucault analisa tais relações como estratégia e exercício produzidos por diversos setores e presentes no grupo social, de modo que elas não são propriedade nem subordinadas a determinados conjuntos e setores. Para Foucault é necessário

(...) não tomar o poder como um fenômeno de dominação maciço e homogêneo de um indivíduo sobre outros, de uma classe sobre outras; mas ter bem presente que o poder não é algo que se possa dividir entre aqueles que o

possuem e o detêm exclusivamente e aqueles que não o possuem e lhe são submetidos. (...) O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas os indivíduos (...) estão sempre em posição de exercer e de sofrer sua ação. (...) Em outros termos, o poder não se aplica aos indivíduos, passa por eles. (FOUCAULT, 2000, p. 183).

Com base em Foucault, o poder produz maneiras de disciplina e controle, além do papel repressor, para criar características sociais, modos de saber e produzir discursos. Nesse âmbito, propomos dialogar com a ideia de “anormal” também formulada por este estudioso. Em “*Os anormais*” (2001), ele identifica, a partir de um estudo historiográfico, os sujeitos assim designados, como por exemplo os criminosos, homossexuais ou qualquer outro que não se encaixasse na categoria do imaginado “normal”. Assim, esses “sujeitos anormais” são frequentemente punidos, corrigidos e violados por representarem um perigo para a suposta normalidade do corpo social.

Também faz-se preciso mencionar as normas que violam esses corpos e para isso recorreremos a mais uma obra de Foucault. Em *Vigiar e Punir* (1999), ele discute a evolução dos processos punitivos, os objetivos, tecnologias e instituições dos mesmos. Para tanto, o autor se dedica às motivações e técnicas que envolvem os complexos mecanismos de punição, desde os suplícios do século XVI, até a consolidação das organizações prisionais a partir do século XVIII. Para pensarmos a ideia do corpo produzido e educado para a vida em sociedade nos ancoramos na discussão de Foucault de que, no fim do século XVIII e início do XIX, os espetáculos de punição dos corpos dos condenados desapareceram, fazendo com que o corpo deixasse de existir como objeto principal da repressão. Desse modo, “desapareceu o corpo supliciado, esquartejado, amputado, marcado simbolicamente no rosto ou no ombro, exposto vivo ou morto, dado como espetáculo” (FOUCAULT, 1999, s.p.).

Com isso, a punição, segundo o autor, assumiu outras formas, pois o indivíduo precisava temer o crime pelo fato de ser punido, “O desaparecimento dos suplícios é pois o espetáculo que se elimina; mas é também o domínio sobre o corpo que se extingue” (FOUCAULT, 1999, s.p.). Nesse contexto, o corpo é visto como meio que precisa obter qualificações, portanto é privado, obrigado e interditado enquanto instrumento para atender interesses. Essa mudança permitiu que o indivíduo passasse a ser vigiado, examinado e normalizado pela escola, família, igreja, dentre outras instituições, formando-se, assim, a “sociedade disciplinar”, que visa o controle dos corpos e produz o “biopoder”, responsável por gerenciar o grupo social (FOUCAULT, 1999).

O corpo passa a ser controlado desde o nascimento para atender a padrões homogeneizadores, capaz de torná-lo útil e dócil. O poder disciplinar adentra os corpos,

converte-os em objetos e fabrica corpos obedientes. Desse modo, nota-se o funcionamento do poder dentro do corpo social: o indivíduo sente-se vigiado e vigia a si mesmo, visto que tem um padrão “correto” a seguir, e esse mecanismo se mostra eficaz ao impor as ações e comportamentos que devem ser realizados.

Retomando a ideia de “anormal”, verifica-se que ela se insere dentro dos mecanismos legitimadores de atos considerados desviantes do padrão e, por isso, anormais, que necessitam de vigilância. Para Foucault (2001), o “anormal” é aquele que viola as leis disciplinares, colocando-se acima dos interesses coletivos, o que faz com que seja visto como um monstro moral, uma dêsposta “cuja existência coincide com o crime, cuja a natureza é, portanto, idêntica a contranatureza” (FOUCAULT, 2001, p.117).

Para nosso estudo, levantamos a hipótese de que Milene Leandro, em *O vento assobiando nas gruas*, pode ser pensada de acordo com a anormalidade proposta por Foucault. Ela é oligofrênica, teme o controle da família portuguesa e é julgada por essa, representa um perigo para a ordem preestabelecida quando se relaciona com o cabo-verdiano Antonino Mata. Além disso, a pressão da família, estrutura de poder, viola e pune seu corpo por ela se desviar da conduta esperada. Sendo assim, com o intuito de refletir o corpo da mulher como metáfora da nação, precisamos aprofundar a discussão sobre quais corpos estão mais propensos aos mecanismos de poder.

Nesse sentido, salientamos a diferença entre os gêneros como fator que marca o controle sobre os corpos, principalmente o feminino, e ancoramos nossa reflexão em Judith Butler, na obra *Corpos que importam* (2019). Ressaltamos que esta filósofa enfatiza seu estudo na materialidade do corpo, abordagem de gênero e sexo, bem como nos entraves da heteronormatividade. Embora a nossa pesquisa se distancie um pouco do centro da discussão de Butler, dado que ela volta-se para a teoria *Queer* e propomos pensar a violência a que foi submetido o corpo da mulher em *O vento assobiando nas gruas* (2002), imaginamos ser possível dialogar com a teoria de corpo que importa dessa autora.

O pressuposto de “corpos que importam” baseia-se na formulação de que as normas que permitem o reconhecimento dos indivíduos como seres humanos são construídas e propagadas socialmente. Logo, ao não se encaixar nessas normas, alguns corpos distanciam-se do elaborado status de ser humano, tornando-se corpos que não importam, cujas vidas são inviáveis. As relações de poder não reconhecem tais corpos e por isso legitima violências e punições contra eles.

É necessário apontar que Butler, ao discutir a materialidade do corpo, performatividade de gênero e diferença sexual, aponta a categoria do sexo como normativa, enquanto uma prática

regulatória que produz corpos para o controle. Segundo Judith Butler, o sexo é uma das normas que qualifica um corpo para vida. Apesar de a filósofa problematizar o sexo para questionar a consolidação da heterossexualidade, pretendemos dialogar com suas colocações para refletirmos o controle sobre o corpo feminino, principalmente no que tange às funções e aos papéis construídos para esse corpo, sendo esses elementos que controlam e ditam seu comportamento social, o que, direcionando para nossa pesquisa, diz respeito aos interesses que a comunidade imaginada tem no corpo feminino. Nisso, pensamos que o corpo de Milene pode ser visto como não importante para a nação portuguesa, dado que ela distancia da linhagem nacional.

Para Butler, especialmente o corpo abjeto- aquele que não importa- é constantemente construído e reconstruído pelas normas sociais impostas, com a finalidade de atendê-las. Desse modo, até para ser considerado humano, um corpo precisa reproduzir tais normas e aquele que desvia do padrão é inferiorizado, tornando-se propenso à morte, principalmente no que se refere às normas de gênero. Para nosso estudo, salientamos que a violência contra o corpo da mulher visa atender ao pressuposto de uma norma, hipótese que discutiremos no tópico seguinte.

Ainda em Judith Butler, o desejo de matar alguém, ou a concretização, a desumanização de alguns corpos e vidas dão espaço para a violência e punição contra os corpos que não importam. Segundo a autora, há um discurso que inferioriza os corpos abjetos, dado que esses se situam em projetos de poder que não os reconhecem como pessoas. Ademais, para ela, as mesmas normas que atribuem o status de humano a algum indivíduo são as que impedem que outro tenha também tal condição. Essas normas ancoram-se em grande parte na raça, etnia e visibilidade, assim como no sexo e sua validação. Sugerimos que Milene e Antonino são corpos desumanizados aos olhos de uma comunidade imaginada- família Leandro- que se ancora em um passado fantasmagórico de pureza e unidade.

Entretanto, reforçamos que, apesar dos processos de poder que violam e controlam os corpos, há a presença constante da resistência em meio à punição. Segundo Foucault (2017), a existência de poder cria a resistência, condição essencial para que o poder exista a partir de suas múltiplas atuações. No cenário decolonial- que rompe com as práticas colonialistas que determinavam quais corpos eram importantes, exercendo controle e exploração sobre outros-, pensamos que os corpos que fogem às normas regulatórias, como também são o de Milene e dos migrantes em Portugal, podem metaforizar a tentativa de se pensar a nação a partir do hibridismo. Os corpos de fronteiras, atuantes como resistência, indicam a possibilidade de destruição das matrizes de poder que propagam a memória coletiva de um povo, buscando alternativas para releitura dessas lembranças em comum e seus silêncios.

2.3 O corpo da “mátria” portuguesa em *O vento assobiando nas gruas*

Feitas as contextualizações acerca do corpo político enquanto símbolo de resistência, assim como sobre as normas que controlam os corpos, principalmente os categorizados como não importantes, buscaremos uma leitura do corpo político da nação portuguesa no cenário pós Revolução dos Cravos a partir do corpo mutilado de Milene e do contato Antonino Mata.

Para desenvolver nossas hipóteses de leitura, consideramos relevante mencionar que os estudos pós-coloniais, assim como a literatura, sendo a de Lúcia Jorge um exemplo em Portugal, em grande parte buscam produzir novas subjetividades e atribuir protagonismo àqueles que ocuparam espaços subalternos nas chamadas tradições. Tais contranarrativas valem-se, portanto, de revisões, reconstruções e intervenções criativas, conforme salienta Homi Bhabha (1998).

Nesse sentido, cremos que os corpos, como de mulheres, migrantes, ex-colonizados, dentre outros, outrora silenciados por normas de poder, passam a representar diferentes simbologias e participam da constante negociação entre as “verdades” reais e as construídas- no que se refere aos discursos que formaram as comunidades imaginadas- problematizando, assim, a existência de uma história totalizadora e identidade homogênea.

No entanto, antes de discutirmos a possibilidade de leitura do corpo de Milene Leandro como elemento que parece desestabilizar o imaginário nacional português, primeiramente contextualizaremos o corpo feminino nas práticas colonialistas, dado que posto isso buscaremos estabelecer um diálogo com o corpo da mulher portuguesa como símbolo da nação decolonial.

Apesar das releituras questionadoras do olhar colonial sobre o corpo feminino serem em sua maioria referentes às violências vivenciadas pelas mulheres colonizadas e aos estereótipos vinculados aos seus corpos, julgamos ser possível pensar o corpo mulher portuguesa a partir desta proximidade, porque, além de no colonialismo essa também ocupou um lugar subalterno, no cenário decolonial. Milene pode representar o olhar da fronteira, “contaminado” pelas trocas, que inquieta a suposta estabilidade e por isso tem seu corpo violado pelas sobras do sistema colonial. Tal leitura inclusive reforça nossa hipótese de que a literatura de Lúcia Jorge apresenta-se como uma crítica que busca romper com padrões e conceitos que por tempos foram determinantes para o imaginário de superioridade de Portugal. Essa perspectiva, vinculada à revisitação do nacional pelo fantasmagórico, nos permite pensar as fragilidades da nação no passado e suas heranças ainda presentes na atualidade.

Sobre a síntese do corpo feminino nas práticas colonialistas, é preciso ponderar que naquele período a terra a ser conquistada tinha importante destaque no imaginário europeu. Segundo Sandra Regina Goulart Almeida (2012), em “Corpo e Escrita: imaginários literários”,

na colonização da América do Sul, por exemplo, muito se reproduziu a imagem do espaço a ser explorado não apenas como o paraíso, mas, principalmente, como a terra virgem a ser possuída e, portanto, comparada a uma mulher. O corpo feminino então passou a simbolizar a terra conquistada, dessa forma os estudos pós-coloniais atribuíram a proximidade entre terra destroçada e corpo violado, ou seja tomar a terra significava tomar o corpo da mulher.

Consoante a isso, a autora aponta que na maioria das narrativas fundadoras, a mulher nativa foi colocada como símbolo de origem, o que apresentou a colonização a partir da diferença sexual: colonizador (homem) e a terra colonizada (mulher). A figura feminina participou da formação do imaginário nacional colaborando para a construção de uma identidade e ideologia que visavam justificar a missão colonial. Logo, o nascimento de um povo foi simbolizado pela imagem do corpo feminino como mãe da nação, como por exemplo no romance *Iracema*, de José de Alencar, em que a mulher indígena gera um filho com um homem europeu, o que pode remeter a fixação no território conquistado, ou seja o corpo da mulher, penetrado, representava o meio para consolidar a expansão.

Almeida (2012) comenta que mesmo com as terras já conquistadas, as imagens femininas continuaram a perpetuar na concepção dos estados-nações. Entretanto, conforme apontamos anteriormente, às mulheres, como mãtrias, são oferecidas poucas oportunidades de agenciamento político, porque a elas cabe gerar e não gerir. Por este ângulo, configura-se a abordagem de Judith Butler (2003) de que o corpo é uma fronteira politicamente regulada, uma prática significativa dentro de um campo cultural de hierarquia de gênero. O corpo colonial é portanto aquele visto como produto, bem como revestido por batalhas e interesses de normas que visam perpetuar uma falsa coletividade.

Consideramos que o corpo feminino continua sendo espaço de disputas e imposição de poderes. Destarte, para nossa pesquisa, a contextualização acerca do corpo da mulher como símbolo da terra conquistada fez-se necessária, pois problematizaremos que a violência no corpo da portuguesa, ao ser esterilizado, visa evitar a reprodução que tornaria visível a heterogeneidade nacional. Sugerimos que a escritora parece, ironicamente, aproximar-se das imagens de terra e nação associando-as com a figura feminina oligofrênica e mutilada. Porém, a releitura desta proximidade se dá em um contexto pós-colonial, representado pela convivência de portugueses, migrantes e retornados. A mulher protagoniza uma transformação no imaginário e por isso desconstrói os atributos necessários a mãe-nação. Mas, nesse espaço, o poder colonial anseia, assim como nos moldes antigos, celebrar a imaginada superioridade dos “iguais” e para tanto se fortalece a partir da agressividade ao diferente e “outro”.

No romance, o corpo da personagem portuguesa, em virtude da mutilação, torna-se fechado para o contato com o processo de diferenciação, reforçando que o país se decoloniza apenas no campo histórico, pois os sistemas de representação e os processos híbridos de identidade permanecem silenciados pela opressão. Ademais, na narrativa é possível notar os restos da construção do sistema colonial nos olhares preconceituosos que são dirigidos ao relacionamento de Milene e Antonino, remetendo ao imaginário coletivo da hegemonia lusitana e ao racismo. No entanto, é na família Leandro que o estranhamento se concretiza, principalmente por meio da violência contra o corpo da jovem.

Por outro lado, os Matas também temiam a união do casal pelo perigo que representava, o próprio Antonino preparou suas falas de defesa para quando conhecesse os parentes da moça. A demora para os Leandro terem ciência do casamento era porque “Antonino tinha começado por dizer que deveriam ser transparentes e invisíveis” (JORGE, 2007, p. 396). Embora inseridos em um mesmo contexto, Portugal pós Revolução dos Cravos, os migrantes ainda são vistos como inferiores à antiga metrópole detentora do poder. Eles ocupam as margens da cidade portuguesa.

Dadas às circunstâncias, Antonino desejava partir para longe com Milene, para um lugar a ser construído. Pensamos que o desejo do personagem pode reproduzir a necessidade de se ter efetivamente a reconstrução do nacional na decolonidade, uma vez que há demonstrativos de que o imaginário português ainda está muito atrelado aos mitos de origem e ao ideal de colonização, mesmo com a fim do colonialismo. Antonino sonhava fugir com Milene, porque até nos encontros públicos do casal a relação deles inquietava os outros:

“Vocês são namorados mesmo? Vão mesmo casar? Já dormem juntos? Mestre Cachopinha, música para os namorados noivos”. [...] O velho meio cego a rir da sua própria pilhéria, a rir de si mesmo, a rir do noivado branco preto. [...] “Bêjem-se lá”...- dizia o velho ao som da música. “A gente quer ver para acreditar mesmo em você...” “Moça, quem é o teu pai e a tua mãe? Hem?”- perguntou uma mulher muito nova com o seu neto ao colo olhando para Milene que ainda gingava. [...] A mulher a dizer- É muito pena você ser tão branca, minina” (JORGE, 2007, p. 389,390. Aspas da autora).

O pedido de beijo para confirmar o relacionamento expõe e ridiculariza o casal, também nos lembra a incredulidade diante da abertura do corpo da /mulher lusitana para o contato com o outro, já que só o toque físico demonstraria a presença de Antonino em Milene. Isso pode dialogar com a tese de que ela guardava a pureza europeia e, portanto, precisava ser protegida. Inferimos a tentativa de controle do corpo da protagonista como vontade de anular o hibridismo que colocava em perigo a imaginada “normalidade” portuguesa. Nesse contexto, o corpo é

colocado como não importante para os desdobramentos da nação, porque, mesmo com a Revolução dos Cravos e mudanças políticas, há normas que ainda o oprime.

Na obra, somente Antonino parecia se incomodar com as observações, Milene sentia-se viva e alegre. Pela primeira vez era dona de si mesma, sem precisar dos cuidados dos tios, tinha sua própria vida. Neste sentido, acreditamos ser possível a experiência dela representar a expectativa da nação portuguesa de se desvincular em partes da memória colonial e se inserir no contexto globalizado, espaço em que as diferenças se conectam.

A jovem almejava viver sua paixão e considerava que o amor de Antonino havia transformado sua vida, “tinham deixado de existir abismos, dias tristes” (JORGE, 2007, p. 391). O momento era propício para contar aos tios sobre seu casamento, Antonino “tinha noção do risco, ela só tinha da surpresa” (p. 392). Ela decide contar primeiramente a tia Gininha, de quem era mais próxima, que fica sem reação diante da notícia, pois temia a mescla das famílias, o que significava misturar as etnias, culturas e classes sociais. Um filho, que poderia surgir do contato entre Milene e Antonino, representava perigo para a “pureza” dos Leandro. Diante disso, o corpo de Milene, já vigiado devido à oligofrenia, passa ainda mais a ser tido como risco para o perpetuar das memórias e imagens da família e, conseqüentemente, da nação.

Porém, a jovem gostava do sentimento que a informação gerava nos parentes, ela se sentia soberana, e consolava o noivo “Mãozinha preta, não tenhas medo dos meus tios, eles não fazem mal nenhum. Não tenhas, não...” (p. 398). A tia Ângela Margarida, esposa do presidente da câmara Rui Ludovice, por sua vez não recebeu o casal para ouvir a novidade. Mas ela já sabia do que se falava sobre Milene e Antonino, porque seu motorista lhe contou:

“Minha Senhora, a Senhora não sabe, mas deveria saber que o pessoal comenta à boca cheia que a sua sobrinha Milene, sobrinha do Senhor Engenheiro, se está a *cafre-a-lizar*... Que os senhores estão a permitir isso”. [...] “Mas a Senhora Dona Ângela Margarida sabe bem que ela se foi meter na Fábrica Velha, depois da morte da sua mãezinha... Então onde é que eu fui buscá-la quando os senhores chegaram de Cancun? Onde foi? E para onde é que ela se dirigia todas as tardes, ou quase todas, durante todo o outono?” [...] “Cafrealizou-se Senhora Dona Ângela Margarida. Come e dorme com eles. Toda a gente sabe e não tarda que salte para os jornais regionais e logo de seguida para os nacionais” (JORGE, 2007, p. 411. Aspas e destaques da autora).

Esse trecho evidencia Milene como problemática para a família Leandro, em razão da proximidade com os Mata. Destacamos na passagem reproduzida a ideia de cafrealização. Segundo Boaventura de Sousa Santos (2003), cafrealizar foi um designativo usado a partir do século XIX a fim de caracterizar, de forma estigmática, os portugueses que se desvinculavam de seu “estatuto civilizado” para adotar modos de viver dos “cafres”. Para Santos, isso consistiu

no estereótipo português de Caliban, rompendo com o ideal de Próspero colonial, o que reforçou a imposição cultural, pois negava que os portugueses pudessem ser contaminados pelas trocas com os povos colonizados.

Diante disso, formulamos a hipótese de que o trecho do romance nos viabiliza questionar a efetividade das mudanças decorrentes da Revolução dos Cravos. Conforme Eduardo Lourenço (2001), com o marco, a possibilidade de autogênese do nacional pelo fantasmagórico e análise da imagem irreal foram substituídas pela vontade de resgatar as grandezas e descobrir um novo Portugal. Neste âmbito, a obra de Lídia Jorge expõe a ausência de decolonidade no imaginário da nação portuguesa. Logo, os corpos que se misturam tornam-se ameaças para a comunidade imaginada e, com isso, violá-los reproduz a tentativa de se criar unidade, bem como estigmatizar as diferenças. Desse modo, há seleção de qual corpo- mátria- pode reproduzir os ideais da coletividade.

No decorrer da narrativa de *O vento assobiando nas gruas* nos deparamos com as reações e preconceitos oriundos da família Leandro, no que tange ao contato de Milene com os Mata. Ângela Margarida, a enfermeira chefe e sócia proprietária da Clínica das Salinas, ficou aterrorizada com o que diziam sobre os seus e a cafrealização de Milene, assim como com o que poderia acontecer. Então, em contato com a irmã Gininha, decidiu que era preciso fazer algo. Eles estavam todos tão ocupados com os próprios problemas que haviam esquecido de Milene, mas era “preciso fazer qualquer coisa” (p. 412).

A tia, à procura de soluções, lembrou de quando Milene recebeu o diagnóstico de oligofrenia e atribuiu a ele o “desvio” de comportamento da jovem. Contudo, ela achava que as ações de Milene eram também fruto de sua genética, porque a sobrinha nascera de uma paixão avassaladora de seu irmão José Carlos. De certa forma, na visão dela, a moça estava condenada a repetir os erros do pai e de início sente raiva de Milene: “dir-se-ia apenas uma pessoa destinada a existir para inquietar os outros- e de súbito, na primeira ocasião em que ficava sozinha, corria a encharcar-se no lodo” (JORGE, 2007).

No sistema disciplinar da família, Milene é a “anormal” que viola os interesses. Refletimos tal condição da personagem como a anormalidade do corpo político da nação contemporânea, dado que essa se faz distante de um passado ideal, ignora e o desestabiliza, ao expor as fronteiras internas e revelar as incoerências das normas impostas. O corpo da nação é constituído de diversidade.

Pontuamos que a opinião de Ângela Margarida sobre a sobrinha nos remete à possibilidade da memória colonial se sentir ameaçada pelo contemporâneo, que marca um processo de diferenciação e com isso traz à luz os interesses, atos violentos, preconceitos e

fracassos que formaram a unidade nacional. Dessa forma, ela representa o papel crítico que interroga a memória coletiva e a comunidade imaginada. Milene e Antonino são a chance de se construir uma nova narrativa para a nação, levando em conta sua heterogeneidade histórica, cultural e identitária.

Não obstante, assombrada por esta contingência, a tia decide que era preciso cuidar de Milene, “eles haviam tentado acompanhá-la, procurando distribuí-la por todos ao longo da semana, mas fora impossível por causa das suas vidas. [...] De um lado, as vidas complicadas, e do outro, o erro a explodir em Milene” (JORGE, 2007, p. 421). “Era preciso protegê-la, cuidá-la, desviá-la do todo o mal deste mundo” (p. 423). Em vista disso, mesmo Milene representando a ideia de uma nova nação, o imaginário colonial resiste às perspectivas contemporâneas e à revisão historiográfica. Ao mesmo tempo, levantamos a hipótese de que o descuido para com Milene pode ser relacionado ao país que para esconder as fragilidades internas descuida-se delas e busca se fazer grande fora. Porém, volta-se constantemente para a necessidade de resguardar estes ideais, assim como a família preocupa-se com Milene, porque ela era a responsável por gerir e perpetuar a herança dos Leandro, cabia a jovem ser a boa mãe, mesmo que isso exigisse controlá-la.

Imaginando ainda ter poder sobre a protagonista, as tias a procuram para tentar convencê-la de que era um erro casar com Antonino e ter contato com os Mata, todavia a jovem afirma que não podia conversar: “não veem que tenho a minha vida?” (JORGE, 2007). Elas se assustam com a atitude da moça e Ângela Margarida sente que o erro se manifestava com força, desse modo pede a Gininha que persuadisse Milene a passar pela clínica e realizar exames, uma vez que “tinha decidido ter uma vida de mulher normal” (p. 425).

No entanto, o interesse de Ângela Margarida, sem mesmo consultar Milene e os irmãos, era impor um empecilho à possibilidade da moça e Antonino terem filhos. Por essa razão, a levou até a clínica para submetê-la a uma cirurgia de esterilização. Na clínica, “onde tudo era feito para esquecer o corpo [...] ali, na Clínica das Salinhas, as pessoas eram tratadas como pessoas” (p.408), Milene, por desviar das normas do corpo político, é enganada e tem seu corpo violado por uma castração. A esterilização da protagonista anula a liberdade reprodutiva da nação decolonial em prol da proteção de imaginários coletivos.

De início, Ângela Margarida guardou o segredo com a equipe médica, mas posteriormente os Leandro se reuniram e todos tinham em mente que algo deveria ser feito para que a união da sobrinha ao cabo-verdiano não os afetasse. Também era comum a opinião de que o relacionamento de Milene trouxera problemas aos tios. Então, alguns sugeriram que era preciso deixá-los juntos, pois a decisão errada havia sido tomada quando alugaram a fábrica

para os Mata, quando se permitiram estabelecer contato com os migrantes. Outros opinaram que uma solução seria despejar a família e em seguida o presidente Rui Ludovice priorizá-los para moradia social, o que faria com que o caso de Milene tornasse problema secundário. Mas Ângela Margarida levantava a hipótese de considerar a infertilidade de Milene:

Então é assim. Vamos supor que se percebia que Milene, por exemplo, não poderia ter filhos. “Era ou não era possível traçar esta bissectriz?” [...] Em geral, a regra é as mulheres serem férteis e os pretos serem prolíferos. Iria haver uma ninhada de mestiços na família Leandro. [...] “Escuta, Ângela Margarida — Tu capaste-a”. “Capaste ou não capaste?” “Tu capaste-a!” [...] Por agora, o que ela queria era que compreendessem que não se pode recolher dignamente um proveito se não se participa na tarefa que o prepara. Era indecente distribuir um bem sem fazer partilhar do mal que ele implica (JORGE, 2007, p. 451- 452).

Apesar de assustados, os irmãos aprovaram o feito e guardaram segredo. Afinal, apenas duas enfermeiras e o médico da clínica tinham conhecimento e Ângela tomou essa decisão devido ao que ironicamente Lídia Jorge denomina “instinto de salvação da sua tribo” (JORGE, 2007, p. 449). A esposa do presidente da câmara considerava que a castração só aconteceu, porque a família descuidou de Milene. Logo, eles precisavam corrigir este desvio: cabia a eles mostrar a Milene as leis e costumes da família. Mas ciente do crime que cometeram, eles silenciam o fato. Pensamos que a violência contra o corpo impede a nação, que se reconhece enquanto fronteira, de se reproduzir.

O corpo de Milene fora editado a fim de produzir os efeitos desejados pela família, bem como o corpo político da nação portuguesa foi moldado de modo que disfarçasse a existência da diferença em seu interior. Porém, esta edição também revela as facetas do sistema disciplinar, conforme aponta Bhabha (1998), o poder do senhor abafa as contradições, as contranarrativas para o bem maior da nação, porém esta autoridade também é uma representação sem autonomia, porque faz parte da engrenagem.

Diante do exposto, consideramos que *O vento assobiando nas gruas* desconstrói a linhagem das narrativas fundadoras, porque não há o nascimento de um indivíduo com identidade híbrida. Pensamos nesta desconstrução como parte da crítica decolonial que aponta a inexistência de um hibridismo de via dupla, ou seja o corpo político da nação que fora colonizadora é protegido para evitar a heterogeneidade, a violência no corpo da mulher ocorre com o intuito de impossibilitar a matéria de gerar. Tal empecilho não se dá pela infertilidade do corpo feminino, mas é fruto da repetição de um crime contra o corpo da mulher para atender aos interesses de poder.

A castração da personagem reflete o medo da possibilidade de “inversão” da prática colonialista. Se o corpo das mulheres indígenas ou de África foram explorados sexualmente pelos portugueses a fim de demarcar presença nos territórios, o corpo de Milene de certa forma é esterilizado e “protegido”, uma vez que a violência visa impedir que a nação se torne visivelmente heterogênea, pois haveria “uma ninhada de mestiços na família Leandro” (JORGE, 2007, p. 451).

Também a violência praticada nos remete ao controle dos corpos pelo poder que força os grupos mais frágeis à submissão. Conforme discute Michael Foucault, (2008) sobre o biopoder, os corpos, no sentido produtivo e reprodutivo, só são importantes na medida em que contribuem para o crescimento do poder do Estado. No caso da protagonista, elimina-se da mulher a possibilidade de gerar, porque ela põe em risco o sonho hegemônico. Neste contexto, a nação portuguesa torna-se órfã no presente e com um futuro suspenso, porque o poder torna infértil a matéria, dado que ela não produziria filhos que perpetuassem uma história há muito contada. Ademais, à mulher, que destoa da visão homogênea, não cabe o papel de escrever a história, assim castrar o corpo da personagem simboliza tomar as rédeas do que narrar.

Outrossim, pensamos no corpo de Milene a partir da ideia de abjeto, de Judith Butler (2002). O corpo dela só teria importância e poderia ser fonte de vida se seguisse a linhagem portuguesa. A sua oligofrenia e condição de nascença já a colocavam como um corpo inferior, mas é com o relacionamento com Antonino (outro corpo abjeto) que se confirma a inutilidade da jovem para reproduzir a comunidade imaginada.

Podemos refletir que o corpo de Milene aproxima-se do que Foucault (2008) denominou corpo dócil: “que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado” (p. 118) para atender aos interesses dominantes. Consideramos que no caso da personagem a ideia de corpo abjeto e anormal também pode apontar para a leitura de que ela representa algo que incomoda a ordem estabelecida. Dessa forma, Milene desconstrói o estereótipo da matéria e rompe com a imaginação de unidade, dado que se organiza a partir do contato com o outro, situando-se entre suas fronteiras internas e expondo fraturas e silêncios do tempo pretérito.

Desse modo, por expor a violência contra o corpo e a reprodução feminina, o romance pode ser uma contranarrativa da nação portuguesa, pois Milene, mesmo sem ter noção da vítima que é, torna-se a fonte pela qual toda a família se revela e expõe suas ambições. Além disso, o corpo mutilado, a oligofrenia e a ausência de meios da protagonista para se libertar das garras dos outros remetem à ideia de uma nação derrotada que resiste à contemporaneidade para se alicerçar nos discursos do passado.

No mais, sugerimos que, embora Milene não represente a heroína da nação e sim uma perspectiva deslocada, bem como a violência em seu corpo simbolize o perpetuar da comunidade imaginada, ela pode ser o olhar contemporâneo que desloca e interrompe a vivência do passado glorioso. Consideramos que a nação portuguesa vem construindo e fortalecendo, como outras, pelo performático, a leitura no presente de um passado glorioso, só acessado pela memória e, portanto, pelos rastros de um discurso disciplinar e totalizador. Sendo assim, ela reflete o presente da história do povo que, segundo Homi Bhabha (1998), se define como a prática que destrói os princípios da cultura nacional, a qual tenta voltar a um passado “verdadeiro”. O presente é narrado em fragmentos, como algo que falta, no corpo mutilado que deforma e desnuda o todo.

Antonino desconfia do que foi feito a Milene, questiona os Leandro, mas é repreendido com uma ameaça e por isso se silencia para proteger a moradia da família Mata e ter o casamento concretizado, a narradora na última parte do romance revela ter ciência do que ocorreu com a prima. Portanto, o crime cometido por Ângela Margarida, e consentido pelos demais, não era apenas segredo, ele apresentava os reais interesses dos Leandro e estava marcado no corpo de Milene, podendo ser exposto em qualquer circunstância. Com isso, formulamos a hipótese de que Milene simboliza o “menos um” na origem e o presente da história do povo. De acordo com Homi Bhabha (1998):

A minoria não confronta simplesmente o pedagógico ou o poderoso discurso-mestre com um referente contraditório ou de negação. Ela interroga seu objeto ao refrear inicialmente seu objetivo. Insinuando-se nos termos de referenda do discurso dominante, o suplementar antagoniza o poder implícito de generalizar, de produzir solidez sociológica. O questionamento do suplemento não é uma retórica repetitiva do "fim" da sociedade, mas uma meditação sobre a disposição do espaço e do tempo a partir dos quais a narrativa da nação deve *começar*. O poder da suplementaridade não é a negação das contradições sociais pré-estabelecidas do passado ou do presente; sua força está [...] na renegociação daqueles tempos, termos e tradições, através dos quais convertemos nossa contemporaneidade incerta e passageira em signos da história (BHABHA, 1998, p. 219. Destaque do autor).

O suplementar não sugere o “muitos como um”, estereótipo nacional, para acrescentar o totalizador, mas se estabelece como o “menos um” que se fez presente desde a origem das formações nacionais e por isso antagoniza a narrativa que tem como objetivo perpetuar a comunidade imaginada. Dessa forma, o suplementar reforça que a nação não pode ser inventada por um equilíbrio entre diversos elementos, uma vez que esse guarda o poder implícito de generalizar e disciplinar. Sugerimos que Milene retrata as complexidades que permeiam a nação e evidencia a impossibilidade de se ter uma única narrativa como verdade, ainda que ela tenha elementos revisitados, pois as problemáticas do imaginário nacional exigem constantes

renegociações. Nesse sentido, fizemos uma leitura de *O vento assobiando nas gruas* como possibilidade para se pensar a desconstrução da comunidade imaginada no pós-colonialismo, devido ao rompimento com o estereótipo da mátria, mesmo que ela continue sendo controlada pelo poder disciplinar.

2.4 O contato entre os corpos e o hibridismo nacional

Em nossa leitura do romance e de Milene como metáfora da nação portuguesa contemporânea, tentamos apontar o conflito, em Portugal, entre o cenário pós-74 e o culto à memória colonial. Na obra é possível analisar esta dicotomia a partir da protagonista e do poder disciplinar que a controla. Milene parece simbolizar as perspectivas decoloniais diante de uma família conservadora, mas ainda é vítima das sobras do império ao ter seu corpo violado. Posto isto, reforçamos a possibilidade da narrativa ilustrar a jovem nação se constituindo a partir da fronteira, de um entre-lugar, que expõe os silêncios. Adiante, desenvolveremos esta hipótese nos baseando na leitura do contato entre os corpos de Milene e Antonino, dado que esse se estabelece mesmo diante do poder opressor e assim reforça o hibridismo nacional.

Pensamos que para refletir o hibridismo na constituição da nação portuguesa, devemos considerar a ideia de diferente nas práticas colonialistas. Segundo Said (2007), o colonialismo se torna hegemônico devido à validação de seus discursos. Elabora-se assim um projeto de simulação da importância da diferença, porém de modo a negá-la, pois o colonial a usa para tornar todos como um, mas ao mesmo tempo nega a igualdade, uma vez que o “outro” é quase um eu, ou seja, este “outro” é direcionado para uma posição que não pode ser ocupada pelo eu.

Desse modo, o interesse pelo diferente e cultura do “outro” se dá em virtude da necessidade de validar a imposição. Portanto, cabe aos estudos pós-coloniais valorizar a investigação do passado a fim de desconstruir termos, conceitos e narrativas propostas e reforçadas pelo colonizador, para que não prevaleça a voz do “vencedor”. Diante disso, o hibridismo é uma maneira de reconstituir as relações culturais para além da representação simbólica de binarismos.

Temos a hipótese de que, no caso português, o contato entre os corpos desmistifica a suposta harmonia entre migrantes e portugueses, em Portugal, no pós-74, permitindo-nos examinar a ausência de decolonização do imaginário nacional. No romance, Os Leandro só reconhecem o relacionamento de Milene e Antonino, porque veem nele benefícios: “uma bissectriz que passasse pela continuação do diamante nas nossas mãos, até ver, sem nenhum de nós perder nada. Pela ligação de Milene aos Mata, tal como ela deseja, respeitando todos os princípios humanitários que sempre foram próprios da nossa família [...]” (JORGE, 2007, p.

451). Porém, ainda que haja violência contra o corpo para que os interesses sejam atendidos, a concretização do contato acontece e se reafirma com o casamento, afrontando a comunidade imaginada e o desejo de perpetuar a memória coletiva a partir da manipulação e exclusão do “outro”.

Ademais, faz-se preciso apontar que ancoramos nossa abordagem de híbrido em Homi Bhabha (1998). Este estudioso discorre sobre as ideias de hibridismos, terceiro espaço e negociação para analisar as relações pós-coloniais a partir da ruptura de binarismos, como colonizador e colonizado, metrópole e colônia. Sendo assim, para Bhabha, o hibridismo é um meio que ameaça o discurso colonial, desconstruindo o imaginário de origem ou identidade pura por meio da ambivalência criada pela negação, variação, recriação, repetição e deslocamento. Ele aponta o hibridismo enquanto questionamento das imagens de autoridade e como reconhecimento da diferença. Nas palavras de Bhabha,

O hibridismo não tem uma tal perspectiva de profundidade ou verdade para oferecer: não é um terceiro termo que resolve a tensão entre duas culturas [...]. O hibridismo é uma problemática de representação e de individualização colonial que reverte os efeitos da recusa colonialista, de modo que outros saberes "negados" se infiltrem no discurso dominante e tornem estranha a base de sua autoridade - suas regras de reconhecimento. (BHABHA, 1998, p. 165).

Em vista disso, é imprescindível repassar a ambivalência do hibridismo pontuada por Bhabha, principalmente no que se refere ao fato do discurso colonial sustentar seu poder mediante o reconhecimento da diferença e rejeição das desigualdades. Sendo assim, o hibridismo torna-se uma condição do “colonizador” para reforçar a autoridade cultural através do confronto entre posições de poder desiguais, ou seja usa-se a admissão da diferença com o intuito de se mostrar superior. Entretanto, o hibridismo, no contexto decolonial, também é um processo de negociação, uma forma de resistência, essencialmente ao ameaçar o ideal de unidade.

No caso da nação portuguesa, julgamos o hibridismo, com base no contato entre Milene e Antonino, como ato de resistir à comunidade imaginada e também enquanto possibilidade de aliança que espelha as trocas e múltiplas identidades de portugueses e migrantes, rompendo com o imaginário colonial. Boaventura de Sousa Santos (2001) afirma que a ambivalência das representações do pós-colonial em Portugal não decorre somente da falta de distinção entre a identidade do colonizador e a do colonizado, mas também pelo fato desta diferença perpetuar a própria identidade colonial, dado que ela se apresentou enquanto colonizado por outros. Ou seja, o país lusitano mostrava-se Caliban frente aos demais europeus, assim sua identidade é dupla e permitiu ao português ser mais migrante do que colono em suas ex-colônias.

Ao contrário do pós-colonialismo anglo-saxão, não há um outro: há dois que nem se juntam nem se separam, apenas interferem no impacto de cada um deles na identidade do colonizador e do colonizado. O outro-outro (o colonizado) e o outro-próprio (o colonizador e o próprio colonizado) disputam na identidade do colonizador a demarcação das margens de alteridade, mas nesse caso a alteridade está, por assim dizer, dos dois lados da margem (SANTOS, 2001, p.27).

Ante o exposto, pensamos no engendrar do corpo político da nação portuguesa a partir das evidentes modificações advindas da Revolução dos Cravos. O hibridismo nacional, reforçado em Milene e Antonino, poderia possibilitar o reconhecimento da nação portuguesa do seu situar à margem, seja no tempo passado ou na contemporaneidade, haja vista que é preciso desvincular-se da ideia de que a diferença reforça o poder colonial.

Em *O vento assobiando nas gruas*, os Leandro viam vantagens em consentir com o casamento da sobrinha e o cabo-verdiano, porque acreditavam que passariam a imagem de generosos, respeitáveis e salvadores para os demais, o que em segredo incluía manter seus espaços de poder e soberania. Logo, a constante imagem de Caliban parece impactar na necessidade do imaginário nacional se fazer Próspero, independente do contexto, pois há conflitos de identidade e autoimagem. Ponderamos que o contato entre os corpos reflete a urgência da nação repensar suas narrativas e mitos de origem para que reavalie sua colocação no sistema mundial, assim como as fronteiras internas que ressaltam a heterogeneidade.

Fazemos um parêntese para reforçar que obviamente o contato entre portugueses e os povos colonizados já havia alterado a identidade nacional. Contudo, é com o marco pós-colonial que esta diferenciação se estende de forma notória no território luso com a presença de retornados e migrantes. Neste contexto, a sustentação do imaginário de hegemonia é abalada pela constante presença do “outro”. Portanto, ainda que a nação tente se reencontrar na suposta unidade passada, seu corpo político encontra-se situado na fronteira e contaminado pelas trocas. Temos a hipótese de que a nova configuração representa a vitalidade da pátria, pois impossibilita o retorno à comunidade imaginada, que pode ser vista como instituição falida no mundo globalizado a que Portugal aspira.

A proximidade de Milene e Antonino gera o desconforto que culmina na castração da jovem. No entanto, apontamos que a esterilização não elimina a influência simultânea dos corpos, pois ela já estava estabelecida. Em um processo de troca, o casal se afeta e modifica a estrutura das famílias Mata e Leandro, embora os últimos se mostrem resistentes à mudança. Desse modo, ainda que a matéria não possa gerar sujeitos híbridos para construir as futuras narrativas da nação, seu corpo concretizou a hibridização do nacional. Ocorre, por conseguinte, a ruptura com as narrativas nacionais.

No mais, a troca entre os corpos pode simbolizar a visibilidade da semelhança, no plano das representações, entre portugueses e os ex-colonizados, porque recoloca o colonizador na margem da qual ele desde sempre foi parte. Desse modo, os corpos dos personagens funcionam como elementos do presente, que evidenciam o contexto, a revisitação, resistência e configuram-se como constituintes da fronteira, responsáveis pela ruptura com os silêncios da história nacional.

O entrelaçar dos corpos conduz a ideia de nação para um lugar de encontros e trocas, nos quais as contranarrativas são construídas, posto que o contato desconstrói a unidade do corpo político, pois esse não é mais constituído apenas pela “mátria ideal”. Há a presença de um corpo mutilado, bem como do “outro”, o “menos um” nas histórias de origem. Por consequência, o impacto entre os corpos deixa o futuro da nação em aberto, rompendo com o modelo de linhagem, porque se constituir a partir da fronteira enquanto entre-lugar é estar em constante transição, uma vez que este espaço é fluido, não tem linhas divisórias, sendo permeável às mutações.

2.5 O corpo e a representação do migrante na ex-metrópole

Temos a convicção de que refletir o corpo político da nação portuguesa contemporânea exige considerar também as experiências dos migrantes, principalmente africanos, em Portugal. A presença, na antiga metrópole, daqueles que sofreram a violência da colonização pode ilustrar a maneira como o país colonizador lida com sua memória coletiva, revisitação histórica e desdobramentos do fim do período colonial. É possível o corpo do migrante representar um questionamento à comunidade imaginada. Todavia, esse ainda sofre violações e estigmas construídos pelo poder colonizador. Desse modo, nossas discussões neste tópico se referem mais especificamente às condições e aos papéis desempenhados pela família Mata em *O vento assobiando nas gruas*, mediante os quais intentamos discorrer sobre a representação do migrante no pós Revolução dos Cravos.

Ressaltamos que o romance nos permite empreender diversos estudos acerca do mundo contemporâneo e de Portugal, haja vista a leitura dos fatos enquanto possibilidade e a existência de inúmeros conflitos, como a violência contra o corpo de Milene, os segredos e atos corruptos dos Leandro, a decadência da Fábrica de Conservas Leandro 1908, o periférico Bairro dos Espelhos, dentre outros. A família Mata- cabo-verdiana e locatária da antiga fábrica em Valmares- também se destaca na obra.

No numeroso clã de Ana Mata, única que sente saudades da terra natal, centraremos nossas principais discussões em Antonino, sua mãe Felícia e seu irmão Janina, o cantor que não

mora com os demais. No decorrer da narrativa, é evidente a marginalização econômica e social da família Mata. Embora eles desfrutem de alguns bens de consumo do capitalismo (carro e televisão), aluguem a fábrica e imaginem estar em um acerto de contas com o colonizador, quando cuidaram de Milene e em outras passagens, ainda são vistos pelos portugueses como a “terceira leva”, não tem poder de participação em decisões que os envolvem e vendem sua força de trabalho na construção e desenvolvimento da cidade.

Para tanto, achamos ser essencial ampliar nosso estudo da obra e problematizar os estigmas atribuídos ao corpo dos cabo-verdianos, a representação deles e seus lugares na antiga metrópole lusitana. Afinal, no decorrer de nossa pesquisa sugerimos leituras de Milene e dos Leandro a partir das relações com a família Mata. Também pensamos o romance como contranarrativa da nação, desse modo faz-se preciso dar voz aos povos colonizados, questionar as memórias em grupo e analisá-las frequentemente à luz da contemporaneidade. Neste sentido, nossas reflexões se orientarão em exames do olhar português para estes migrantes, bem como na autoimagem construída por eles.

Partimos do pressuposto de que a decolonialidade resiste a padrões e desconstrói perspectivas historicamente direcionadas aos povos colocados à margem e tidos como inferiores no sistema mundial. Com isso, pensar as implicações da conjuntura destes grupos no contexto contemporâneo e suas relações com o passado são fundamentais para refletirmos, no caso, as formações nacionais e identitárias de Portugal. Julgamos que os povos migrantes rompem com o monólogo da memória coletiva e do imaginário português, ou seja a presença deles na ex-metrópole não somente reforça a persistência do poder opressor, que vez ou outra insiste em anulá-los, como também pode remeter à necessidade de se lembrar a pluralidade de parte significativa da história portuguesa.

Homi Bhabha, em *O local da cultura* (1998), denomina os migrantes, colonizados, pós-colonizados e minorias como “povos errantes que não serão contidos dentro do *Heim* da cultura nacional e seu discurso uníssono, mas que são eles mesmos os marcos de uma fronteira móvel, que aliena as fronteiras da nação moderna” (p. 231). Assim, da mesma maneira que Milene destoa da hegemonia dos Leandro, em Portugal, os migrantes cabo-verdianos desestabilizam a unidade. Além disso, ainda em Bhabha (1998), podem ser considerados o “menos um” na história e imaginário nacionais por colocarem em constante renegociação as tradições, expondo assim a concretude do hibridismo. Ademais, segundo o estudioso, o discurso da minoria surge no espaço suplementar, que revela e une o performativo e o pedagógico, alterando a estrutura colonial.

Apontamos que o corpo do migrante, ainda que seja tido como abjeto e dócil pelo poder disciplinar, é responsável por desconstruir os símbolos da comunidade imaginada. Por exemplo, o contato com o colonizado e suas narrativas desmistificam as figuras de heróis, expõe as violências e fragilidades da história e mitos nacionais. Em *O vento assobiando nas gruas*, a decadência da fábrica- outrora marco de poder e riqueza dos Leandro- e ocupação dela pela família Mata pressupõem a vulnerabilidade de Portugal enquanto suposta potência. Em acréscimo, o casamento de Milene e Antonino, ainda que contornado por interesses portugueses, ressalta a impossibilidade de se sustentar os ideais de hegemonia e pureza lusitana.

Considerando o cenário pós- 74, apontamos que a estada do indivíduo colonizado desconstrói as suposições imaginárias de nação, identidade e memórias em comum, desequilibrando as normas e expondo a necessidade de revisão crítica do passado. Em síntese, ainda que as amarras coloniais persistam, na decolonização, o poder disciplinar é “ameaçado” pela diferença, por ele mesmo criada e reforçada, que ocupa espaços outrora privilegiados e reflete a necessidade de reparação histórica, seja nos âmbitos históricos, políticos, culturais ou econômicos.

Portanto, conhecer e reconstruir a realidade da nação exige dos portugueses refletir acerca das fronteiras, marginalidades e carências internas, conforme apontou Eduardo Lourenço (1999) , bem como analisar os mitos de origem e utopia dos descobrimentos. Faz-se primordial, então, incluir o “outro”- vítima da violência colonial- e seus pontos de vista para que ocorra uma reconstrução efetiva das narrativas nacionais. Mas as tentativas de acordo, em que ocorrem o olhar para os colonizados e a proximidade com esses corpos, podem também revelar a insistência da visão estigmatizada e de superioridade da nação colonizadora sobre parte de sua história, implicando em novas formas de violência. Desse modo, pensamos que a presença e o corpo do migrante são perpassados por uma dualidade, porque por um lado eles simbolizam a fratura com a comunidade imaginada, porém, por outro, ainda são violados e explorados pelos mecanismos coloniais. Evidentemente, tal hipótese reforça a denúncia das sobras do império no contexto decolonial.

Não obstante, é válido mencionar que nossas leituras situam-se em um cenário mais próximo à Revolução dos Cravos, de 1974, pois o desenvolvimento do enredo se dá na última década dos anos 1990. Logo, parece ser mais perceptível a estigmatização dos corpos e condições marginalizadas dos migrantes. Sabe-se que o fim do colonialismo tardio e da ditadura salazarista em Portugal colaboraram para mudanças no espaço e na identidade nacional. Entretanto, o desejo de redescobrir a nação e resgatar o ideal de ser português, sentimentos advindos da Revolução dos Cravos, são elementos que tentam unificar e acabam por excluir o

protagonismo dos migrantes, direcionando-os para as periferias políticas, sociais, culturais e históricas novamente. Ou seja, embora tivessem ocorrido trocas com a presença de colonos portugueses em África, na antiga metrópole persiste o imaginário colonial.

Conforme já discutimos no primeiro capítulo, Eduardo Lourenço, em *O colonialismo como nosso impensado* (2014), ressalta a amnésia coletiva que se estabelece em Portugal com a Revolução dos Cravos, essencialmente no que tange às lutas pela libertação em África, ao movimento migratório e de retornados. Para ele, no imaginário de grande parte da classe política, era como se questões que envolveram os conflitos coloniais e seus desdobramentos tivessem terminado em 25 de abril. Por meio desta formulação e com base nos conflitos de *O vento assobiando nas gruas*, refletimos que as circunstâncias em que se deu a Revolução, os impactos e imaginários criados sobre ela podem ter colaborado para a dificuldade da nação portuguesa em lidar com a presença dos migrantes. Parece que ocorreu uma tentativa de esquecimento do “acerto de contas” com os povos colonizados.

No mais, é imprescindível lembrar que as mudanças no cenário português acentuaram uma suposta inquietação. As fronteiras internas da nação parecem ter sido ameaçadas, tanto que ocorreu, em 1975, alterações na Lei de Nacionalidade com o intuito de determinar as condições para ser considerado português.

1. Conservam a nacionalidade os seguintes portugueses domiciliados em território ultramarino tornado independente:
 - a) Os nascidos em Portugal continental e nas ilhas adjacentes;
 - b) Até à independência do respectivo território, os nascidos em território ultramarino ainda sob administração portuguesa;
 - c) Os nacionalizados;
 - d) Os nascidos no estrangeiro de pai ou mãe nascidos em Portugal ou nas ilhas adjacentes ou de naturalizados, assim como, até à independência do respectivo território, aqueles cujo pai ou mãe tenham nascido em território ultramarino ainda sob administração portuguesa;
2. Os restantes descendentes até ao terceiro grau dos portugueses referidos na alínea a), alínea c), alínea d), primeira parte, e alínea e) do número anterior conservam também a nacionalidade portuguesa, salvo se, no prazo de dois anos, a contar da data da independência, declararem por si, sendo maiores ou emancipados, ou pelos seus legais representantes, sendo incapazes, que não querem ser portugueses (PORTUGAL, 1975).

Aqueles que não se encaixassem nas determinações desta lei eram designados como imigrantes, acentuando a diferença, inclusive, entre os dois grupos que chegavam ao país: retornados e africanos. Entretanto, sabemos que o contato com os povos colonizados já havia modificado a identidade lusa. Por isso, tanto migrantes, quanto portugueses e retornados apresentavam distintas identidades, conforme o lugar e a posição em que se encontravam, configurando a denominada “crise de identidade”, de Hall (2006), fruto da globalização.

Todavia, o nacionalismo, atrelado à ideia de comunidade imaginada, gera novas geometrias de poder e desigualdades ao validar a homogeneização.

Sobre a globalização e seus impactos, Hall reflete acerca da possibilidade de fortalecimento de identidades locais, como “forte reação defensiva daqueles membros dos grupos étnicos dominantes que se sentem ameaçados pela presença de outras culturas” (p. 85). Assim como a respeito da produção de novas identidades, sendo um exemplo a tentativa de delimitar as especificidades de grupos com o intuito de diferenciar estereótipos, “a mesma coisa”, produzidos pela cultura dominante.

Analogicamente, pontuamos as alterações na Lei de Nacionalidade portuguesa enquanto tentativa de fortalecimento da identidade local, porque elas ocorreram quando houve a possibilidade de se estabelecerem semelhanças- mesmo que mínimas, no espaço da metrópole- entre portugueses e africanos. Em *O vento assobiando nas gruas*, a castração de Milene para que ela não gerasse filhos com Antonino reforça a anulação do migrante.

É relevante retomar que a intimidade do casal e o convívio de Milene com os Mata já incomodavam os Leandro e seus próximos, tanto que o motorista da tia da jovem comentou: “Cafrealizou-se Senhora Dona Ângela Margarida. Come e dorme com eles” (JORGE, 2007, p. 411). A informação inquieta Ângela Margarida e ela se responsabiliza por consertar os desvios e salvar o bom nome da família, o que culmina na violência contra Milene. É notória a necessidade de fortificar as diferenças entre portugueses e africanos. Em face do exposto, faz-se preciso retomar a ideia de cafrealizar. Boaventura de Sousa Santos (2003), afirma que

‘Cafrealização’ é uma designação utilizada a partir do século XIX para caracterizar de maneira estigmatizante os portugueses que, sobretudo na África Oriental, se desvinculavam de sua cultura e seu estatuto civilizado para adotar os modos de viver dos ‘cafres’, os negros agora transformados em primitivos e selvagens (SANTOS, 2003, p. 35).

Ironicamente, no romance, observa-se a preocupação, mesmo em tempos decoloniais, com a proximidade e troca de costumes entre a portuguesa e os cabo-verdianos. Isso enfatiza os estereótipos atribuídos ao corpo e à cultura do migrante como elementos dispensáveis, também são úteis apenas quando reforçam a supremacia lusitana. Porém, conforme salienta Santos (2003), a cafrealização surgiu da falta de um poder colonial e assim deu espaço para as relações comerciais entre portugueses e africanos serem mais próximas da reciprocidade. Ou seja, remetia a Portugal como “Caliban”, no entanto o imaginário nacional procurava desvincular-se desta condição e criava estratégias para se fazer e se mostrar superior, presente inclusive no sentido de cafrealizar.

Santos (2003) acrescenta a possibilidade de considerar a miscigenação “cafrealização do corpo” (p.39). No entanto, cafrealizar é o contrário de assimilar, pois representa “um duplo não-dito: é um não-dito da assimilação porque é uma assimilação invertida, de Próspero por Caliban, mas é também o não-dito da imposição cultural que caracteriza a colonização, seja ela assimilacionista ou não, porque é uma identidade negociada (SANTOS, 2003, p. 39). O sociólogo reforça que a miscigenação feita pelos portugueses não foi isenta de racismo, como defendida pelo lusotropicalismo.

Mas certamente é a causa de um racismo de tipo diferente. Por isso, também a existência da ambivalência ou hibridação é trivial no contexto do pós-colonialismo português. Importante será elucidar as regras sexistas da sexualidade que quase sempre deitam na cama o homem branco e a mulher negra, e não a mulher branca e o homem negro. Ou seja, o pós-colonialismo português exige uma articulação densa com a questão da discriminação sexual e o feminismo (SANTOS, 2003, p. 27).

No romance de Lídia Jorge, a construção da convivência entre portugueses e africanos reforça o racismo, dado que a cor da pele, as identidades e condições sociais distintas são elementos que incomodam os parentes de Milene quando eles têm conhecimento da seriedade do relacionamento dela e Antonino. Também aqueles que veem o casal junto sentem-se admirados com a união de diferentes e chega a duvidar do relacionamento. Antonino, inclusive, teme os riscos que o contato entre eles pode trazer e quando estão na praia pede a Milene:

«Eh! Eh! Ponto final...» A falar, de costas para ela — «Veste-te já... Eu não tenho nada a ver com isto...» Ele a querer de novo devolver-lhe à força a roupa, as sapatilhas e o saco, a empurrá-la. «Porque tu não sabes, mas eu sei muito bem... Preto junto duma mulher branca despida na praia... Olha, olha, téu, téu...» — dizia ele, fazendo com o braço a menção duma carabina invisível que levasse ao olho esquerdo, e feita a mira, disparasse. Às arrecuas, sem a querer ver, procurando entregar-lhe a roupa, desistindo de lha entregar e arremessando-a ao chão. Pontapeando o braçado de roupa para junto do quispo e fazendo menção de abalar. Milene a rir, entre a duna e a praia — «Então veste-me, que eu deixo...» — gritou ela. «Pois visto-te, sim» — gritou ele também. E furioso, movido por uma lança interior indomável, tinha começado a enfiar-lhe aquelas peças de roupa pelo corpo, a engatá-las, a sacudi-las com raiva. Mas quando Milene já estava vestida, como se tivesse desistido duma meta qualquer que a si mesmo se tivesse imposto, Antonino apertou-a contra si e beijou-a várias vezes. Beijou-a, desesperado, e depois limpou a boca com o punho da camisa, afastou-se dela e começou a gritar-lhe — «Às vezes basta isto para mandarem matar... Tu compreendes o que eu estou a dizer? Compreendes ou não compreendes?» Ele a sacudir-lhe o saco e as sapatilhas. A sacudir o seu próprio quispo. A sacudir os pés nas passadeiras de tábua que conduziam ao bar de madeira. Percebes? Tu percebes? «Tu não percebes nada...» «O que percebes tu? Isto é um filme muito velho e muito gasto. daquelas fitas cheias de chuva e adesivos cruzadinhos. Já te disse, eu conheço o fim de tudo isto...» (JORGE, 2007, p. 301).

Notoriamente o migrante tem ciência das amarras coloniais e das forças que oprimem corpos como o dele, principalmente quando eles ultrapassam a linha demarcada pelo colonialismo. Parece caber a estes corpos o papel de servir ao colonizador e não se misturar com ele. Antonino sabia da intolerância dominadora da família da moça, porque em suas atitudes os Leandro evidenciavam discriminação social e racial, bem como imaginavam-se superiores aos cabo-verdianos. Sugerimos que isso demonstra parte da formação nacional pós-74, que parece insistir em esquecer as problemáticas do colonialismo para, a partir da exploração e exclusão do outro, se reconfigurar como centro. Ressalta-se que a representação do migrante é construída e moldada pelos princípios da antiga metrópole, assim seu corpo é dócil e educado para manter o mecanismo.

Com base em Santos (2003), é possível observar a estrutura patriarcal do colonialismo que impede a hibridização pelo corpo da mulher, pois o homem português possuir o corpo feminino africano representava a perpetuação do poder e domínio. Porém, o reverso desta prática poderia sugerir proximidade com o “outro”, tanto que os Leandro classificam as mulheres como férteis, “os pretos como prolíferos” e se preocupam com a possibilidade de descendentes não portugueses. Em vista disso, ainda que seja evidente a ambivalência e hibridez de Portugal com suas colônias desde o período colonial, é necessário pontuar que o imaginário de centro constantemente revela os mecanismos coloniais como enraizados em grande parte dos pressupostos portugueses.

Em *O vento assobiando nas ruínas*, a família Leandro age com outras medidas para demarcar a diferença em relação aos Mata, sendo uma delas a retirada de Antonino e seus familiares da antiga fábrica para que o local pudesse ser vendido ao grupo de investidores holandeses. Busca-se fortalecer a supremacia por meio da tomada de decisões que favorecem os portugueses, dado que a negociação deslocaria os migrantes para um bairro social, ação que destacaria o papel político do tio de Milene e aos olhos dos portugueses respeitaria “todos os princípios humanitários que sempre foram próprios da nossa família, sem tocarmos no nosso bom nome” (JORGE, 2007, p. 448).

A segregação dos africanos ocorre por outros fatores e, para retratá-los, Lídia Jorge cria o Bairro dos Espelhos, que fora moradia dos Mata antes de alugarem a fábrica e é o local que abriga amigos e conhecidos do clã africano. Tal espaço é uma alusão aos bairros de Lata em Lisboa, habitados por famílias pobres, retornados e africanos e mantenedores do afastamento e da diferença entre portugueses e migrantes.

O Bairro dos Espelhos não passava de um aglomerado raso (...) A maioria das pessoas que habitava o Bairro dos Espelhos provinha de terras inscritas na

faixa marítima do Sahel, pedaços desgarrados de África, ilhas atlânticas que desde a última glaciação haviam expulso as chuvas e engolido os rios, tendo sobejado para sua lembrança umas quantas ribeiras, descomandadas durante uns dias, e logo secas durante anos inteiros. Para esses, uma torneira aberta com regularidade cósmica, entre tanta e tanta hora, era já uma generosa ribeira, e uma vez assimilada a nova realidade, qualquer fio de água corrente se transformava na imagem de um rio. (JORGE, 2007, p. 39, 40).

Ironicamente o espaço português é retratado como superior ao local de origem dos migrantes, como se eles tivessem mais qualidade de vida nas terras do colonizador. Isso ressalta uma possível ignorância do sujeito português, no que tange a sua condição marginal. Parece haver uma recusa em se reconhecer como periferia, evidenciando a resistência em revisitar o passado colonial e reforçando a utopia de que a colonização foi pacífica, benéfica e necessária para os povos. Na obra, os Leandro consideravam ter feito “caridade” aos Mata quando consentiram com o casamento de Milene e Antonino e arranjaram para os cabo-verdianos uma moradia social, mesmo isso envolvendo atos corruptos. No entanto, eles têm conhecimento da pobreza e exclusão características destes espaços, pois desejavam que “independentemente de se juntarem ou não, Milene e esse rapaz, eu acho que essa gente deveria voltar para onde estava. O Bairro dos Espelhos” (p. 446).

Para os Leandro, todos os problemas da família foram gerados pelo contato com os Mata, tiveram origem quando permitiram o aluguel da fábrica, porque deram espaço para uma suposta proximidade. Mas se percebe na obra de Lídia Jorge que os portugueses sentem-se ameaçados pelos migrantes somente no momento em que eles podem se tornar parte da família, colocando a tradição em risco. Isto significa que enquanto eram apenas locatários da fábrica, e ocupavam seus espaços de subalternidade, os cabo-verdianos eram insignificantes para os parentes de Milene. Sugerimos que, na antiga metrópole, o migrante, embora tenha sua presença aceita, não é considerado parte da composição nacional. Portanto, há neste espaço a fronteira interna que isola o corpo colonizado.

Nisso, pensamos no hibridismo aceito pelo colonizador. Embora a ideia de híbrido refira-se ao processo de negociação, com base em Bhabha (1998), a estratégia colonial nega a diferença a fim de colocar todos como iguais, mas ao mesmo tempo nega a igualdade, dado que o “outro” jamais pode ser “eu” e vice-versa. Levantamos a hipótese de que para se mostrar soberana e superior, a nação reconhece a diferença, a presença do outro, desde que esse “outro” esteja em patamares econômicos, sociais e culturais distintos. Em *O vento assobiando nas gruas*, a repetição discriminatória contra os migrantes cabo-verdianos se sustenta na venda da fábrica, nas poucas oportunidades de trabalho, moradia, ausência de respeito à identidade, ao relacionamento e corpos de Milene e Antonino, dentre outros.

Ainda no que se refere à subalternidade dos migrantes e até dos retornados em Portugal pós-74, faz-se preciso destacar a realização de trabalhos informais pelos Mata e outros na construção civil para o desenvolvimento de Valmares.

Sobre a plataforma constituída pelo favo, distribuídos pelos vários campos de trabalho, com os capacetes enfiados nas cabeças, estavam os operários, lentos, como se fatigados das hastes de ferro a que se agarravam como a espeques. Outros não se mexiam, contornando apenas objectos sem nome, materiais pesados que deveriam incutir-lhes, só pela vista, distensões musculares (JORGE, 2007, p. 242).

Além da exclusão social daqueles que são “empurrados” para o Bairro dos Espelhos, o trabalho nas guas, que moderniza a cidade, é realizado por aqueles colocados à margem. Lídia Jorge representa os migrantes como formadores do futuro da cidade. Assim como foram fundamentais para o desenvolvimento da nação enquanto metrópole, no pós-colonial continuam a construir e sustentar o país. Ou seja, o outro sempre escreveu e constituiu Portugal histórica e economicamente, mas é constantemente excluído das memórias e narrativas coletivas. O contexto da obra nos permite refletir as guas como elementos que representam a modificação e futuro do país, ilustrando a transformação necessária e que impede a permanência de uma visão ultrapassada sobre o cenário nacional.

Entretanto, o romance parece denunciar a dificuldade de parte dos portugueses em lidar com as mudanças, principalmente devido à ausência de alteridade e aos pontos de vista que têm sobre os migrantes. Nesse sentido, retomamos a discussão sobre a subalternidade a que são submetidos. Antonino trabalha manobrando guindastes:

Gostava de ser manobrador de guas encartado. Gostava de sair daqui, de ir para muito longe, com os três filhos e com a Milene. Sim, também percebo, gosta de guas porque gosta de olhar de cima, gosta de manobrar pesos. Gosta de subir e de descer a correr. De chegar lá acima com o coração a bater. Gosta do risco quando o vento assobia nas guas e elas podem virar (JORGE, 2007, p. 492).

Neste trecho, após Antonino questionar Rui Ludovice sobre o que havia sido feito a Milene e ser intimidado por ele, nota-se criticamente a referência ao trabalho do rapaz como se fosse escolha e gosto pelo que faz. Todavia, ainda que apreciasse a tarefa, Antonino não tinha muitas opções, já que a maioria dos migrantes eram operários. Ademais, quando Rui Ludovice menciona que o cabo-verdiano gosta dos riscos parece reforçar a ideia de que o migrante era ousado por estar em Portugal e se apaixonar por Milene, atitudes distanciadoras de sua função de subalterno designada pelo português.

Contudo, é preciso mencionar que Antonino só podia operar guas quando permitido pelos empregadores, pois sua condição era ilegal: “Hoje não tenho sorte nenhuma. É um outro

tipo quem vai lá para cima... Ainda eu vou para outro país e tiro lá a carta para manobrar aquilo. E acabou-se. Aqui, andam a lixar-me a vida. Depois de ti, era o que eu mais queria...” (JORGE, 2007, p. 430). O migrante tem ciência do poder e dos estigmas que o marginalizam. Da mesma forma que o corpo abjeto de Milene destoa do ideal, o do migrante é ridicularizado pelo poder: é exposto às mazelas, controlado e visto como força de trabalho apenas. O corpo de Milene é violado e protegido, o de Antonino é ridicularizado e explorado para construir o desenvolvimento local.

Entretanto, é possível refletir também acerca da utopia do consumo como marco de ascensão e tentativa de proximidade entre cabo-verdianos e portugueses, refletindo, outrossim, na autoimagem construída pelos migrantes. Em *O vento assobiando nas gruas*, a família Mata, principalmente Felícia- mãe de Antonino-, constantemente se vislumbra com o possível “acerto de contas” que estão a viver em Valmares. Nisso, nos ancoramos nas colocações de Stuart Hall (2003) sobre os fluxos migratórios de povos que, impulsionados pela pobreza, subdesenvolvimento, conflitos políticos ou outras questões, acreditam na mensagem do consumismo global e se deslocam para locais onde possivelmente há mais chances de sobrevivência. Pensamos ser essa a possível opção dos cabo-verdianos.

Portanto, voltamos à ideia de que, por ter acesso a bens de consumo, a maioria dos personagens Mata acreditavam ocupar um lugar de destaque e proximidade no espaço português, o que os distanciava dos demais migrantes e retornados que habitavam o Bairro dos Espelhos e os levava ao deslumbramento com a cultura hegemônica. Na narrativa, a família é apresentada quando retorna de Lisboa após acompanharem o show de Janina Mata King, um dos irmãos de Antonino. Eles chegaram a Valmares com muitas novidades, como antena parabólica e televisões que instalaram no pátio da antiga fábrica para que os vizinhos pudessem assistir às apresentações de Janina.

Na aparição do artista no programa televisivo, em apenas dois minutos e cantando em inglês, Felícia imaginava ser “a justiça que chegava com cem anos de atraso. Era a justiça feita à família dos Mata que se estendia a todas as outras famílias iguais. Eram os encarcerados das ilhas pobres do Terceiro Mundo, saindo da fome e da sede, directamente para a televisão” (JORGE, 2007, p. 306, 307). Os irmãos de Janina e demais membros do clã também se deslumbraram com a apresentação. Parece que a narrativa ironiza o encanto dos familiares e expõe a ilusão da família colonizada que, indiferente à língua cantada e ao tão pouco tempo, idealiza o consumo como ascensão e lida passivamente com as migalhas e imposições da cultura dominante, negando, portanto, a cultura de origem.

A matriarca, Ana Mata, tinha outra percepção dos fatos, embora fosse vista como a voz caduca e não mais respeitada pelos demais. Ela se mostrava incomodada com a ingenuidade da família, pois acreditava que em Portugal, “desaparecemos todos, que não escapa nenhum...” (JORGE, 2007, p. 316), pois “a sua gente tinha-se afogado em coisas, enquanto a casinha, para além do mar, se destelhava” e “eram escravos disso tudo, e por isso escravos dos lugares onde essas coisas todas estavam” (318). Diferente dos demais, Ana Mata percebe constantemente a marginalização vivida pelos cabo-verdianos e a falta de integração na sociedade lusitana. Além disso, ela tentava preservar memórias de Cabo Verde e manter-se crítica sobre a cultura colonizadora, porém isso a distancia ainda mais do contexto em que está inserida.

Pontuamos que o desejo pelos bens de consumo, de Felícia e dos filhos, seguido do anseio pelo sucesso de Janina podem refletir a tentativa de sobrevivência nas terras do colonizador, bem como simbolizam de uso estratégico do performático. Conforme aponta Bhabha (1998), a ideia de performático- típica das contranarrativas- surge das sobras deixadas de lado pela narrativa pedagógica- muitos como um- e é a visão que não dá continuidade ao projeto nacional. Assim, mesmo que silenciados e marginalizados, se fazem presentes e desestabilizam as ideologias unitárias da nação. Nesse sentido, os Mata, com o pouco que têm, expõem a urgência de se reconhecer e viver o pós-colonialismo português, afinal eles também são parte da formação nacional.

Dialogamos com Frantz Fanon (2008), dado que para este pensador a violência colonial gerou impactos sociais, políticos, econômicos, culturais e psicológicos nos povos colonizados. Logo, decolonizar exige o surgimento de indivíduos capazes de superar o sentimento de inferioridade construído ao longo do tempo, em que os sujeitos precisam se libertar mentalmente para que o passado colonial não os conduza constantemente à subalternidade. Pensamos, portanto, na narrativa sobre os Mata e na possibilidade de se considerar o consumo e a ilusória inclusão social como estratégias de negociação e ruptura com o estereótipo colonial criado sobre eles.

No entanto, para romper com o colonialismo, parece ser necessário ainda que os povos colonizados também não ignorem o peso da tradição desenvolvida durante séculos e reivindiquem da nação colonizadora a mesma atitude, para que não ocorra apenas o desejo de se igualar ao “outro”, pois “muitos como um” reflete o fantasma colonial. Desse modo, a existência de sujeitos conscientes, na decolonização, perpassa pelo ato de reformular a autoimagem e, assim, interrogar os mecanismos coloniais. Ainda, de acordo com Bhabha (1998), o pós-colonial precisa ser construído pela negociação, não para eliminar as diferenças,

mas com o intuito de estabelecer acordos em que os colocados à margem tenham mais relevância.

Em *O vento assobiando nas gruas*, ainda que os Mata recorram às suas estratégias para serem parte da sociedade portuguesa e busquem negociar este processo, é notório que o poder opressor- representado pelos Leandro e empresário de Janina- utiliza do anseio de integração dos migrantes para mantê-los deslocados e “inferiores”. Exemplo disso, além do Bairro dos Espelhos e da condição ilegal de Antonino no trabalho, é o envolvimento de Janina Mata e seu irmão Gabriel com o tráfico de drogas. Os arredores da antiga *Fábrica de Conservas Leandro 1908* são onde se enterravam os pacotes da substância branca.

Felícia Mata foi quem descobriu a “bomba-relógio” no quintal. Assustada percebeu que era a quinta remessa encontrada e, quando mostrou para Antonino, teve a convicção de que estava cega e iludida com o mundo de Janina e com o sonho de justiça para sua família. Toda empolgação com o sucesso do cantor se desfez quando Felícia percebeu que ele e o irmão compravam, usavam e vendiam drogas, por intermédio do empresário branco. O mundo que parecia trazer o acerto de contas para o clã Mata também fora responsável por explorar Janina e marginalizá-los.

Em síntese, o migrante é parte da contranarrativa, mas para o poder seu corpo ainda é dócil e usado para atender a interesses. A ascensão social e apropriação de parte da cultura tornam-se mecanismos essenciais para a integração, porque a nação colonizadora parece se omitir sobre as responsabilidades que tem com os erros históricos, a fim de preservar a comunidade imaginada e sonhada nos mitos de origem. A aproximação entre povos colonizados e colonizadores pode ser essencial para que os migrantes inquietem a suposta hegemonia. Contudo, é preciso também que eles repensem suas autoimagens, questionem e combatam mais a cultura colonizadora, pois deixar apenas se assimilar por ela dificulta a demarcação da diferença e, conseqüentemente, a efetiva decolonização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em *O vento assobiando nas gruas*, Lídia Jorge desenvolve uma narrativa composta pela pluralidade de personagens que compõem o cenário de Portugal contemporâneo: migrantes africanos, retornados e a geração de portugueses que transita entre os conflitos e a importância da memória coletiva, as opressões de poder e a abertura para as demandas do mundo globalizado. O espaço onde os fatos se desenrolam é conflituoso e os acontecimentos são retratados sem qualquer intuito de idealização, possibilitando pensar a narrativa a partir de diferentes óticas e as atitudes dos personagens enquanto fruto do contexto em que se encontram.

A protagonista Milene ilustra esta perspectiva ao percorrer com naturalidade os universos dos Leandro e dos Mata. Para mais, em razão da oligofrenia, ela não se mostra saudosa do passado ou inquieta pelo futuro, apenas lida a sua maneira com as exigências do tempo presente.

O romance parece dialogar com alguns aspectos de Portugal no pós-colonialismo e por isso nosso estudo sobre ele foi direcionado para as transformações da sociedade portuguesa decorrentes da Revolução dos Cravos, os questionamentos das imagens e até dos estereótipos construídos sobre a nação e sua identidade. Este exercício implicou em revisitações à memória e à história, possibilitando refletir acerca de fatores que perpassaram a formação nacional e tiveram papéis determinantes no modo como se deu o colonialismo e a descolonização.

Diante disso, evidenciamos, no primeiro capítulo, que algumas particularidades da memória, história e literatura portuguesas são essenciais para refletir a nação no contexto decolonial, visto que ela guarda heranças de vivências passadas e constantemente precisa revisá-las. Destacamos o colonialismo como importante lugar de memória para a identidade lusa e, portanto, frequentemente revisitado. Neste sentido, nos ancoramos em Bhabha (1998) para pensarmos a nação como fronteira e descentralizada, em oposição aos pressupostos da comunidade imaginada (ANDERSON, 2005), que em linhas gerais foram importantes para o perpetuar do imaginário colonial.

Além da desconstrução do caráter totalitário das nações, em Bhabha (1998), e de problematizações acerca de memória e identidade, direcionamos nossa discussão para leituras do colonialismo e pós-colonialismo portugueses, em Eduardo Lourenço (2001, 2014), Boaventura de Sousa Santos (1999, 2003), dentre outros. Lourenço reflete sobre a autoimagem de Portugal e a necessidade de se visitar a história pelo fantasmagórico, a fim de reconhecer a realidade, bem como desconstruir mitos. Santos, ao problematizar as imagens de centro e periferia da nação portuguesa, expõe as particularidades do período colonial e pós-colonial. Assim, fizemos uso destas questões para estudar os desdobramentos da Revolução dos Cravos.

Em *o vento assobiando nas gruas*, nos centramos nos embates e aproximações entre Milene, os Mata e os Leandro e destacamos que as tentativas de novos arranjos sociais e identitários ainda enfrentam resistência do imaginário de unidade, o que anuncia a necessidade de acelerar a decolonização portuguesa. Porém, sugerimos que isso também possa ser uma novidade para a jovem nação, nascida com a Revolução de 74. Ou seja, ainda que, justamente, decolonizar seja uma demanda dos povos colonizados, Portugal está aprendendo a se situar e a (re) construir sua narrativa. Assim sendo, pensamos em Milene como metáfora desta nação. Ela representa o novo, um questionamento constante a qualquer definição totalizadora, até porque a oligofrenia lhe impede de se manter alicerçada a apenas uma versão dos eventos.

Ao longo do trabalho, buscamos ressaltar a literatura como importante recurso de revisionismo, pois a ficção permite diferentes olhares sobre os fatos, dando espaço para outras vozes, além daquelas que consolidaram os acontecimentos históricos. Ao narrar o presente a partir de visitas mais críticas ao passado e em diálogo com as heranças dele, é possível dar abertura para múltiplas leituras e reflexões do cenário atual. Por conseguinte, a escrita de Lúcia Jorge pode auxiliar no exercício de repensar Portugal, conforme sugere Eduardo Lourenço (2001).

Tendo em vista que constantemente a ficção reflete acerca de seus temas, é preciso apontar também as novas perspectivas da literatura portuguesa, a qual se destaca por abordar o posicionamento do sujeito português no mundo. A pesquisadora Gabriela Silva (2017) associa esta mudança às modificações vivenciadas pelo indivíduo e pela cultura em Portugal, que se tornaram cosmopolitas. Ela ressalta a alteração nas relações históricas, que vão além do território nacional e oferecem outras configurações ideológicas, expandindo-se identitariamente e se atentando para a alteridade, sendo uma literatura-mundo. Concomitante, Miguel Real, autor de *O romance português contemporâneo 1950-2010* (2012), salienta que na atualidade não há correntes definidas no romance em Portugal. Portanto, destaca-se o caráter universalista, a escrita acerca de temas para além do local, ainda que parte da produção literária guarde particularidades da cultura portuguesa, nota-se o estilo cosmopolita.

Pontuamos essa conjuntura no campo literário como essencial para o processo de decolonização em Portugal, até porque, com base em Walter Dignolo (2017), decolonizar significa desprender-se da estrutura imposta para pensar a partir da fronteira e ter ciência disso. Logo, as modificações no imaginário português podem permitir ainda mais a alteridade, tão necessária para a validação da heterogeneidade nacional. Neste âmbito, reconhecer a importância e os erros dos “descobrimientos” torna-se preciso para reconstruir a relação com o “outro”.

A partir disso, no segundo capítulo, procuramos mostrar alguns aspectos relacionados ao corpo e suas simbologias, visto que propomos pensar o corpo violado de Milene como metáfora da nação. Os estudos sobre o corpo o definem como construto simbólico, permeado de significações e passível de ser controlado por interesses e estruturas de poder, principalmente quando não ele corresponde às normas de perfeição” estabelecidas. Para situar esta problemática recorremos a Michel Foucault (1999, 2000 e 2001) a fim de discutir o adestramento e a manipulação dos corpos para encaixá-los em padrões homogêneos. Similarmente, em Judith Butler (2019), utilizamos o pressuposto de “corpos que importam”,

entre outros, para pensar a legitimação da violência contra os corpos não reconhecidos pelos sistemas de poder.

Também, dialogamos com a representação do corpo da mulher nas práticas colonialistas, dado que a violência contra ele simbolizava a posse da terra conquistada. No romance, Milene tem o corpo submetido à esterilização para proteger a “pureza” lusitana do contato com o ex-colonizado. Nisso, reforçamos que o corpo feminino permanece como espaço de disputa. Além do mais, cabe a ele, no corpo político da nação, somente o papel reprodutivo, para manter a comunidade imaginada.

Em síntese, pensamos os corpos de Milene e dos cabo-verdianos como não importantes dentro de um sistema que visa a hegemonia. Discutimos algumas formas de opressão do corpo do migrante no contexto pós-colonial, como exploração da mão de obra, invisibilidade e utopia do consumo. Ainda assim, procuramos evidenciar que eles, assim como a oligofrênica Milene, sugerem ruptura e questionamento dos paradigmas impostos, porque seus corpos desestabilizam a hegemonia e expõem sua face violenta, convidando para abertura à pluralidade.

Esses personagens são as vozes das margens e podem ser vistos como vítimas das amarras do colonialismo, não apenas do português, mas de toda estrutura política com viés exploratório e discriminador. Sugerimos que os conflitos experienciados por eles poderiam ser vividos por qualquer sujeito situado à margem, em qualquer parte do mundo, haja vista que o poder determina a condição universal dos corpos subalternos. Todavia, isso não representa um silêncio permanente, porque esses grupos conseguem se fazer notar e resistir, questionando, ainda que com limitações, as normas estabelecidas.

O vento assobiando nas gruas oferece inúmeras possibilidades de leitura. Em nossa análise, focalizamos o conflito central oriundo da relação entre Milene Leandro e Antonino Mata. Nesta leitura, observamos o quanto o processo de colonização ainda permeia o imaginário de povos e culturas, principalmente no que tange ao receio do contato com a “diferença” e à ascensão social como pressuposto de igualdade. No entanto, Milene, por ser indiferente às amarras, estar na fronteira e transitar entre os mundos, nos demonstra que essa polaridade não se comporta mais no contexto globalizado, sendo urgente a mudança de perspectiva, pois os contatos já estão estabelecidos e solidificados.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. *O que é o contemporâneo? E outros ensaios*. Tradução de Vinícius Nicastro Honesco. Chapecó- SC: Argos, 2009.

ALMEIDA, S. R. G. Corpo e escrita: imaginários literários. *Revista da Universidade Federal de Minas Gerais*, Belo Horizonte, v.19, p. 92-111, 2012. DOI: 10.35699/2316-770X.2012.2713. Disponível: em <https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistadaufmg/article/view/2713>. Acesso em: maio de 2021.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. Trad. Denise Bottman. Companhia das Letras. DEDALUS-Acervo-FFLCH, 2005.

ARABI, Soraia Lima. *A lavra do texto e do chão no romance de Lídia Jorge*. 2017. x, 172 f., il. Tese (Doutorado em Literatura). Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

BENJAMIN, Walter. *Origem do drama trágico alemão*. Tradução de João Barrento. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Trad. Myrian Ávila [et al]. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

BUTLER, Judith. Como os corpos se tornam matéria. (Entrevista). PRINS, Baukje e MEIJER, Irene Costera. *Estudos feministas*. Ano 10, 2002, p. 155-167.

BUTLER, J. *Corpos que importam: os limites discursivos do “sexo”*. Trad. Veronica Daminelli e Daniel Yago Françoli. São Paulo: Crocodilo, 2019.

BUTLER, J. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CALEIRO, Regina Célia Lima. O Positivismo e o papel das mulheres na ordem republicana. In: *Unimontes científica*. Montes Claros, v.4, n.2, jul-dez. 2002.

CANÇADO, Márcia. *Manual de semântica: noções básicas e exercícios*. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

CARVALHO, José M. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CASTELO, Cláudia. Uma incursão no lusotropicalismo de Gilberto Freyre. Blog de História Lusófona 6, nº 1, 2001. p. 261-280.

COURBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges. *História do corpo*. Tradução e revisão: Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 2008, vol. 1, 2 e 3.

DOMENECK, Ricardo. *Ciclo do amante substituível*. Rio de Janeiro: Editora7Letras, 2012.

DUARTE, Sara Filipa Oliveira. *Repensar a nostalgia colonial portuguesa e os seus silêncios: um contributo da arte contemporânea para a descolonização do pensamento*. Dissertação de

Mestrado. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (FCSH), 2020. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10362/93873>.

ELIADE, Mircea. *Aspectos do mito*. Lisboa: Edições 70, 1986

FOUCAULT, Michel. *Os anormais*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 2017.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. 15 ed. Rio de Janeiro: Graal, 2000.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Trad. de Raquel Ramallete. 20ª edição. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

GIL, A. C. C. (2015). *A identidade nacional na literatura portuguesa: de Fernão Lopes ao fim do século XIX*. (Teses; Vol. 10). CHAM, FCSH/NOVA-UAc.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Trad. Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Vértice/ Revista dos Tribunais, 1990.

HALL, Stuart *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HALL, S. *Da diáspora*. Identidades e mediações culturais. Trad.: Adelaine LaGuardia Resende et al. Belo Horizonte, 2003.

HOBBS, Thomas. *Leviatã ou matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil* (os pensadores). Tradução de João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva. São Paulo, Abril Cultural, 3ª ed., 1983, p. 419.

HOBBS, T. *Os elementos da lei natural e política* (The elements of law). Tradução: Bruno Simões. São Paulo: Editora WMF Martins Fonte, 2010.

HIRSCH, Marianne. *The Generation of postmemory writing and visual culture after the Holocaust*. Nova Iorque: Columbia University Press, 2012.

JORGE, Lúcia. *O vento assobiando nas gruas*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2007.

LAGUARDIA, Adelaine. A mulher e o sonho da nação: políticas de gênero em *O Mentor das Brasileiras*. In: TOLENTINO, Magda Veloso Fernandes de. (Org.). *Nação e identidade: ensaios em literatura e crítica cultural*. São João del-Rei: UFSJ, 2007, v.1, p. 37-90.

LE BRETON, D. *Adeus ao corpo: antropologia e sociedade*. Campinas: Papirus Editora, 2003.

LE BRETON, D. *Antropologia do corpo e modernidade*. Petrópolis: Editora Vozes, 2011.

LE BRETON, D. *A sociologia do corpo*. Tradução de Sônia M. S. Fuhrmann. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

LOURENÇO, Eduardo. *O canto do signo: existência e literatura (1957-1993)*. Lisboa: Presença, 1994.

LOURENÇO, Eduardo. *O colonialismo como nosso impensado*. Lisboa: Gradiva, 2014.

LOURENÇO, Eduardo. *Mitologia da saudade, seguido de Portugal como destino*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

LOURENÇO, Eduardo. *O labirinto da saudade: psicanálise mítica do destino português*. Lisboa: Gradiva, 2001.

LOURENÇO, Eduardo. *A Nau de Ícaro seguido de Imagem e Miragem de Lusofonia*. Lisboa: Gradiva, 1999.

LOURENÇO, Eduardo. Divagação em torno de Lobo Antunes. In: Colóquio Internacional António Lobo Antunes, Évora, 2002. *A escrita e o mundo em António Lobo Antunes* (Actas do Colóquio Internacional António Lobo Antunes). Lisboa: Dom Quixote, 2004.

MACHADO, A. R. A diáspora portuguesa em três romances da literatura contemporânea: pontos e contrapontos. *Línguas & Letras, [S. l.]*, v. 18, n. 40, p. <http://dx.doi.org/10.5935/1981-4755.20170012>, 2017. DOI: 10.5935/rl&l.v18i40.12111. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/linguaseletras/article/view/12111>. Acesso em: 13 set. 2022.

MAIA, Alberto Filho Maciel. Segunda escolástica portuguesa, empirismo mitigado e a educação luso-brasileira. In: Encontro cearense de história da educação, 13.; encontro nacional do núcleo de história e memória da educação, 3.; simpósio nacional de estudos culturais e geoeeducacionais - Sinecegeo, 3., 25 a 27 set. 2014, Fortaleza (CE). *Anais*. Fortaleza (CE), 2014. p. 1858-1862. Disponível em <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/42240>. Acesso novembro de 2021.

MARTINS, Paulo Nuno. *A visão do corpo no Ocidente e no Oriente*. Revista Fénix, 2017. Disponível em: <https://www.revistafenix.pt/a-visao-do-corpo-no-ocidente-e-no-oriente/>. Acesso em julho de 2022.

MARZANO, Michela. *Dicionário do corpo*. Tradução de Lúcia Pereira de Souza, Maria Stela Gonçalves, Mariana Paolozzi Sérvulo da Cunha, Nicolás Nyimi Campanário. 1. ed. São Paulo: Loyola, 2012.

MIGNOLO, Walter. Desafios decoloniais hoje. Revista Epistemologias do Sul, Foz do Iguaçu, n. 1 v. 1, p. 12-32, 2017.

MIRANDA, Wander Melo. Nações literárias; Imagens da memória, imagens da nação. IN: MIRANDA, Wander Melo. *Nações Literárias*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2010, p.15-24; 35-52.

OLIVEIRA, Raquel Trentin. *O romance português contemporâneo e a apresentação de conflitos sociais: O vento assobiando nas gruas, de Lúcia Jorge*. Terra Roxa e outras terras-Revista de Estudos Literários, volume 21, p.113-124, set. 2011.

PAIM, Antonio. *História das ideias filosóficas no Brasil*. São Paulo: Edições Humanidades, 2007. 6ª edição.

PELBART, Peter Pál. *Vida capital- Ensaio de biopolítica*. 1. ed. São Paulo: Iluminuras, 2003.

PERALTA, Elsa. Abordagens teóricas ao estudo da memória social: Uma resenha política. *Revista Arquivos da Memória*, 2007: 4-23.

PERALTA, Elsa. O testemunho do “retorno”: deslocamento, história ilegítima, desidentificação. In: *Identidades em trânsito*. ALVES, Fernanda Mota; HAMMER, Gerd; LOURENÇO, Patrícia (Org). Lumus: Lisboa, 2018, p. 139-158. Disponível em: https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/35605/1/IdentidadesEmTransito_DIGITAL-OUT18.pdf. Acesso em: 27 jul. 2021.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, v.5, n.10, 1992, p. 200-212.

PORTUGAL, 1975. *Decreto-Lei nº 308-A/75*. Lisboa: Presidência da República, 1975. Disponível em: <<https://sites.google.com/site/nacionalidadeportuguesa/legislacao-revogada>> Acesso em 10 jun 2022.

QUENTAL, Antero de. *Causas da decadência dos povos peninsulares nos últimos três séculos*. Rio de Janeiro: Tinta da China, 2016.

REAL, Miguel. *O Romance Português Contemporâneo, 1950-2010*, Portugal: Editorial Caminho, 2012.

REIS, Bruno Cardoso. Visões das forças políticas portuguesas sobre o fim do império, dois planos em confronto e uma política exemplar de descolonização (1974- 1975). Em *O Adeus ao Império. 40 anos de Descolonização Portuguesa*, editado por Fernando Rosas, Mário Machaqueiro e Pedro Aires Oliveira, 78-101. Lisboa: Nova Vega, 2017.

RENAN, Ernest. *Que é uma nação?* Tradução de Samuel Titan Jr. *Plural*, Sociologia, São Paulo: USP, n.4, 1 sem 1997, p. 154-175.

RESENDE, Maria Ângela de Araújo. Mater dolorosas, mães virtuosas: mulheres escrevem a pátria. In: TOLENTINO, Magda Veloso Fernandes de. (Org.). *Nação e identidade: ensaios em literatura e crítica cultural*. São João del-Rei: UFSJ, 2007, v.1, p. 111-168.

RIBEIRO, Margarida Calafate. *Uma história de regressos: Império, Guerra Colonial e Pós-Colonialismo*. Porto: Edições Afrontamento, 2004.

SAID, E. W. *Cultura e imperialismo*. Trad.: Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. Tradução de Rosa Freire de Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras - UFMG, 2007.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Entre Próspero e Caliban: Colonialismo, Pós-Colonialismo e Identidade. In: RAMALHO, Maria Irene, Ribeiro, António Sousa (orgs.), *Entre ser e estar: raízes, percursos e discursos da identidade*, Porto: Edições Afrontamento, 2003, p. 23-85.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Modernidade, identidade e cultura de fronteira. In: *Tempo Social*; Ver. Sociol. USP, S. Paulo, 5(1-2): 31-52, 1993. Artigo (editado em nov. 1994).

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. Porto: Afrontamento, 1999.

SILVA, G. A novíssima literatura portuguesa: novas identidades de escrita. *Revista Desassossego*, [S.l], v.8, n.16. p.6-21, 2017. DOI: 10.11606/issn.2175-3180. V8i16p6-21. Disponível em: <https://revistas.usp.br/desassossego/article/view/122430>. Acesso em junho de 2021.

SILVA, Delmo Mattos da SILVA. *Democracia e corpo político em Hobbes: uma leitura do Elements of Law*. ETHIC@ (UFSC), v. 20, p. 735-753, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/1677-2954.2021.e84514>.

TOLENTINO, E. C. Retorno e retornados- um não lugar, um não estar. In: XV Congresso Internacional da ABRALIC- textualidades contemporâneas, 2017, Rio de Janeiro. *Anais eletrônicos do XV congresso internacional da ABRALIC- textualidades contemporâneas*, 2017. V. 4. p. 6049-6059.